

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Decrescimento e Economia Solidária:
existem elementos para uma plataforma comum?

Alan Ainer Bocato-Franco

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento

Dissertação de mestrado

Brasília – DF, abril/2014

Boccatto-Franco, Alan Ainer

Decrescimento e Economia Solidária: existem elementos para uma plataforma comum?/ Alan Ainer Boccatto-Franco
Brasília, 2014.
166 p.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Decrescimento. 2. Economia Solidária. I. Universidade de Brasília. CDS.
II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida para fins comerciais sem a autorização por escrito do autor.

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Decrescimento e Economia Solidária:
existem elementos para uma plataforma comum?

Alan Ainer Boccato-Franco

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Elimar Pinheiro do Nascimento, Doutor, (CDS/UnB)
(Orientador)

José Aroudo Mota, Doutor, (CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Valmor Schiochet, Doutor, (FURB)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 25 de abril de 2014

*Dedico esta pesquisa à minha Mãe, à minha filha
Lara, à minha companheira Isabela e a
nova vida em gestação.*

AGRADECIMENTOS

Aos colegas de mestrado que contribuíram nos debates sobre o projeto de pesquisa, especialmente à Roque Tumulo por indicar pessoas chaves para a pesquisa e Osmar Filho por ser meu companheiro de conversas, reflexões, sugestões, desabafos e criticas.

Ao Professor Elimar Pinheiro do Nascimento pela orientação.

Ao Ministério do Meio Ambiente por não ter criado empecilhos para conceder meu afastamento para a realização desta pesquisa, especialmente, ao Gerente Julio Pinho, à Diretora Claudia Calorio e ao Secretário Roberto Vizentin.

Ao Daniel Tygel por ter me indicado referências, documentos e fornecido informações.

À Antía Vilela por ter trazido da Espanha parte dos livros que foram essenciais nesta pesquisa.

À Ana Flávia Bádue por ter colaborado no processo de elaboração do projeto de pesquisa.

Ao Nerione Júnior por compartilhar bibliografia e revisão do Resumo.

À Mildred Gustack Delambre por colaborar na revisão do Resumo.

Às(os) pesquisadores/as, ativistas e técnicos que contribuíram indicando as bibliografias que compuseram o *corpus* de pesquisa.

Por fim, à Isabela Motta Cardoso por ouvir pacientemente e opinar sobre minhas ideias, por auxiliar nas revisões, por se dispor a auxiliar no *abstract* e, sobretudo, por todo apoio afetivo que foi essencial para manter meu equilíbrio físico, mental e emocional em todo o processo de elaboração da pesquisa.

RESUMO

A emergência da problemática ambiental, as crises econômicas e o desmoronamento das experiências do socialismo real que caracterizaram as últimas décadas do Século XX proporcionaram um contexto para o surgimento de movimentos alternativos tanto no Norte como no Sul do planeta. Um desses é o Decrescimento, surgido na França e com protagonismo maior no continente Europeu, defende o abandono da ideologia do crescimento econômico, já que ela gera desigualdades e colocou a humanidade sob risco de um colapso ambiental. Alguns autores têm desenhado a possibilidade de convergências entre o Decrescimento e movimentos sociais do Sul, cujo foco tem sido a análise dos problemas enfrentados pelo Sul decorrentes do modelo de desenvolvimento do Norte. A presente pesquisa se insere neste debate propondo um caminho adicional: os elementos teóricos que orientam grupos sociais presentes nos países do Sul, com foco no Brasil, em particular a Economia Solidária. A pergunta que guia esta pesquisa é: existem elementos suficientes entre a Economia Solidária no Brasil e o Decrescimento que permitem formar uma plataforma comum? Para respondê-la, partiu-se de aspectos teórico-conceituais presentes em amostras de textos de cada um dos movimentos. Como resultado, verificou-se que os elementos que distinguem os movimentos predominaram, numericamente, sobre os comuns; e estes sobre os antagônicos. Dentre os antagonismos, a Economia Solidária incorpora, qualificando, as noções de crescimento econômico e de desenvolvimento, enquanto que o Decrescimento rejeita-os. Estes antagonismos e algumas distinções foram discutidos a partir: da problematização e da qualificação que a Economia Solidária lança mão sobre esses temas; dos diferentes contextos históricos, composição de atores e demandas imediatas dos movimentos; das experiências práticas que acumulam e da (in)consistência de dados que apresentam, dentre outros. Dentre os elementos comuns, destacam-se: autonomia, democracia e igualdade; noção de bem-estar baseada em atributos qualitativos, relacionais e na harmonia entre os seres humanos e destes com a natureza; oposição ao consumismo e ao sentido de vida baseado em termos quantitativos e materialistas; diferenciam as necessidades essenciais, ou básicas, das necessidades criadas e atribuem valor positivo às primeiras; e se aproximam do *Buen Vivir*, identificam os movimentos por justiça ambiental como aliados e atores considerados como parte de cada um dos movimentos estudados fazem parte de uma mesma rede. A conclusão geral desta dissertação é que os elementos comuns apontam para a possibilidade de uma plataforma comum, vez que os antagônicos e distintos não inviabilizam o diálogo entre os movimentos. Conclui-se, por fim que o FBES é um ator da Economia Solidária que pode favorecer o diálogo com o Decrescimento.

Palavras-chave: Decrescimento; Economia Solidária

ABSTRACT

The emergence of the environment issue, economic crises and the decay of the real socialism experiences that characterized the twentieth century latest decades, created a context for the emergence of alternative social movements both in the North and South of the planet. Degrowth is one of those movements and it first emerged in France and with great relevance in Europe. It defends the abandonment of economic growth ideologies that generate inequalities and has put humanity under the threat of an environmental collapse. Authors have outlined possibilities of convergences between Degrowth and social movements in the South that has focused on the analysis of problems faced in the South caused by the economic growth model in the North. This research takes part on this debate and proposes an additional path: theoretical guiding elements of the social groups existing in the South countries, in particular Solidarity Economy in Brazil. The research's question is: are the sufficient elements between Solidarity Economy in Brazil and Degrowth enough to build a common platform? In order to answer this question, it was used theoretical-conceptual aspects present on text samples of each movement. As a result, it was verified that the movements distinguishing elements outnumbered the common elements, which outnumbered the antagonistic ones. When it comes to the antagonisms, Solidarity Economy incorporates notions of economic growth and development, while, on the other hand, Degrowth rejects them. The discussion of those antagonisms and other differences started off from the questioning and qualification of Solidarity Economy on those themes; different historical contexts, actors and immediate demands of the movements; accumulated practical experiences and (in) consistency of data, among others. Common elements that stand out are: autonomy, democracy and equality; notions of well-being based on qualitative and relational attributes and the harmony between human beings and their relationship to nature; opposition to consumerism and the meaning of life based on quantitative and materialist terms; they differentiate basic needs from created needs and attribute positive value to the basic ones; they approximate themselves to *Buen Vivir*, they identify movements for environmental justice as allies; and actors from both movements integrate the same network. The general conclusion is that common elements point out to the possibility of a common platform, once the antagonisms and differences do not hinder a dialog between the movements. Finally, it is concluded that FBES is a subject of Solidarity Economy that can benefit the dialog with Degrowth.

Key words: Degrowth; Solidarity Economy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias identificadas nos textos e respectivas perguntas orientadoras.....	26
Quadro 2 – Elementos comuns entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Prática Social e discursiva”.....	131
Quadro 3 – Elementos comuns entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Antagonismos” e “Atores”.....	132
Quadro 4 – Elementos comuns entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Valores”.....	133
Quadro 5 – Elementos distintos entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Acontecimentos”.....	134
Quadro 6 – Elementos distintos entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Valores”.....	134
Quadro 7 – Elementos distintos entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Prática Social e Discursiva”.....	135
Quadro 8 – Elementos distintos entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Atores”.....	139
Quadro 9 – Elementos antagônicos entre os movimentos e seus termos chave, por categoria analítica.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação dos textos do Decrescimento que constituem o <i>corpus</i> básico, com suas respectivas quantidades de citações e indicações.....	22
Tabela 2 – Relação dos textos selecionados da Economia Solidária que constituem o <i>corpus</i> básico, com suas respectivas quantidades de citações e indicações.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DS – Desenvolvimento Sustentável

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

ES – Economia Solidária

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM – Fórum Social Mundial

GT Brasileiro – Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MAUSS – Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra

PIB – Produto Interno Bruto

Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas

RES – Reti di Economia Solidale

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

RIPESS – Rede de Promoção da Economia Social e Solidária

Unisol – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO	17
1. METODOLOGIA	21
1.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS BÁSICO.....	22
1.1.1 Textos mais citados.....	23
1.1.2 Indicação de especialistas.....	24
1.2 ANÁLISE DO CORPUS BÁSICO.....	25
1.3 DELIMITAÇÃO DO CORPUS COMPLEMENTAR.....	26
1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CORPORA.....	27
1.5 DIÁLOGO ENTRE OS MOVIMENTOS.....	28
2. HISTÓRIA	29
2.1 HISTÓRIA “GERAL”.....	29
2.1.1 Limite do crescimento econômico: um tema desde o século XVIII.....	29
2.1.2 Cooperativismo e associacionismo.....	30
2.2 DÉCADAS DE 1960 a 1990.....	34
2.2.1 Bioeconomia e a falência do desenvolvimento.....	34
2.2.2 A crise do Estado providência, neoliberalismo e o desemprego.....	36
2.3 HISTÓRIA RECENTE.....	41
2.3.1 Da palavra decrescimento ao movimento social.....	41
2.3.2 Histórico da Economia Solidária no Brasil.....	44
2.4 COMPARAÇÃO.....	48
3 ATORES E ESTRUTURA	50
3.1 ATORES E ESTRUTURA DO DECRESCIMENTO.....	50
3.2 ATORES E ESTRUTURA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	52
3.3 COMPARAÇÃO.....	55
3.3.1 Atores e organização dos movimentos.....	55
4 INDÍDUOS, COLETIVIDADE E TOMADA DE DECISÕES	60
4.1 SOCIEDADE AUTÔNOMA E DEMOCRACIA NO DECRESCIMENTO.....	60
4.2 AUTOGESTÃO, AUTONOMIA E MERCADO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	67
4.2.1 Unidade entre posse e uso dos meios de produção e de distribuição; cooperação e a solidariedade.....	73
4.3 COMPARAÇÃO.....	80
5 USO DOS RECURSOS NATURAIS	86
5.1 SOCIEDADE POUPADORA; METABOLISMO ESTÁVEL E ENXUTO.....	86

5.1.1 Poupar para prolongar o futuro: entropia, intergeracionalidade, redução, substituição, reciclagem e ecoeficiência.....	88
5.1.2 Crítica ao desenvolvimento sustentável.....	94
5.1.3 Estabilidade no tamanho da Economia.....	96
5.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	98
5.2.1 Imprecisão, negação e proposição.....	99
5.2.2 Bem Viver e crítica ao (assimilação do) desenvolvimento sustentável.....	101
5.3 COMPARAÇÃO.....	103
5.3.1 Precisão e amplitude da análise.....	104
5.3.2 Aceitação e rejeição do desenvolvimento.....	106
5.3.3 Outras comparações.....	107
6 SENTIDO DA VIDA E CONSUMO.....	109
6.1 FELICIDADE, BEM-ESTAR E IGUALDADE NO DECRESCIMENTO.....	109
6.2 CONDIÇÕES DE VIDA, NECESSIDADES BÁSICAS E IGUALDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	114
6.3 COMPARAÇÃO.....	122
7 RELAÇÕES COM O ESTADO.....	124
7.1 ESTADO NO DECRESCIMENTO.....	124
7.2 ESTADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	125
7.3 COMPARAÇÃO.....	128
8. SINTESE DOS RESULTADOS.....	130
8.1 ELEMENTOS COMUNS.....	131
8.2 ELEMENTOS DISTINTOS.....	134
8.3 ELEMENTOS ANTAGÔNICOS.....	140
9. DISCUSSÃO.....	141
9.1 TEMA CENTRAL.....	141
9.2 REDUÇÃO DO CONSUMO E BEM-ESTAR.....	145
9.3 ESTADO.....	146
9.4 QUESTÃO SOCIAL.....	148
9.5 TECNOLOGIA.....	150
9.6 SUSTENTABILIDADE.....	151
9.7 RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS.....	152
CONCLUSÃO.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156
REFERÊNCIAS CITADAS NOS EXCERTOS.....	165

INTRODUÇÃO

A emergência da problemática ambiental, as crises econômicas e o desmoronamento das experiências do socialismo real que caracterizaram as últimas décadas do Século XX proporcionaram um contexto para o surgimento de movimentos alternativos tanto no Norte como no Sul do planeta. Dois destes movimentos são o Decrescimento na Europa e a Economia Solidária no Brasil (ES).

A Economia Solidária no Brasil é constituída por práticas de relações econômicas e sociais fundadas na colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral, e de capital em particular (FBES, 2003). Essas práticas são de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e cuja remuneração do trabalho é preponderante em relação ao capital (NASCIMENTO, 2011). Além de práticas, a Economia Solidária no Brasil é entendida como um movimento social que vem, desde sua constituição na transição do século XX para o XIX, ampliando sua institucionalidade, inclusive no aparato estatal brasileiro. Seu tema mobilizador é o trabalho autogestionário como forma de fazer frente a carência e precarização do emprego oriundas das crises e reestruturações da sociedade capitalista.

Nesse mesmo período temporal, a virada do século XX para o XXI, surgiu na Europa, sobretudo na França, um movimento social denominado Decrescimento. Agregando uma polissemia de atores, este movimento surge e evolui, por um lado, como uma resposta às crescentes constatações da finitude dos recursos naturais e do atingimento de seus limites, cujas consequências atingirão tanto os países do Norte quanto no Sul¹, além das desigualdades no acesso aos recursos naturais. Sob o ponto de vista ecológico-econômico, o Decrescimento tem o sentido de reduzir a escala de produção e de consumo, de modo que melhore o bem-estar humano e reforce as condições ecológicas (SCHNEIDER et al., 2010). Visto pelo lado político, a palavra decrescimento foi intencionalmente escolhida como um *slogan* cujo objetivo é romper com a hegemonia da ideologia do crescimento econômico, do progresso industrial, do produtivismo e do economicismo. O Decrescimento agrupa, assim, aqueles que têm realizado uma crítica radical à noção de desenvolvimento e objetivam desenhar os contornos de um projeto alternativo para uma política de pós-desenvolvimento (LATOUCHE, 2009a).

1 Nesta pesquisa as expressões “países do Sul”, “do Sul” e “Sul” se referem aos países emergentes e em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos. Já os países desenvolvidos serão tratados como: “países do Norte”, “do Norte” ou “Norte”. Neste sentido, Norte e Sul não são espaços puramente geográficos, relacionados aos Hemisférios que dividem a Terra, mas a um espaço social e simbólico. Essa forma de divisão dos países tem sido utilizada na literatura sobre o Decrescimento (LATOUCHE 2009a; MARTÍNEZ-ALIER 2012; SCHNEIDER et al., 2010). Por isso, países do Sul podem estar no Hemisfério Norte e vice-versa. Lembra a imagem que Gramsci (1975), entre outros, faziam do “Oriente” e “Ocidente”.

Atualmente encontra-se em diversos países grupos que se articulam sob o *slogan* do Decrescimento, sendo que o protagonismo maior se dá na França, Espanha, Itália e Canadá (DEMARIA et al., 2013). No Brasil é um tema embrionário. Encontram-se iniciativas como *blogs* (DECRESCIMENTO BRASIL, 2010), curso de extensão, disciplinas acadêmicas e eventos de apresentação e debate sobre o Decrescimento. Destaca-se que durante a Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro, no ano de 2012 aconteceu o Encontro sobre o Decrescimento que reuniu pesquisadores/as, militantes e interessados brasileiros e estrangeiros para debaterem o tema (DECRESCIMENTO BRASIL, 2012). Nesta oportunidade foi lançada a Rede Brasileira pelo Decrescimento Sustentável. Existe um livro específico sobre o Decrescimento publicado com autores brasileiros e estrangeiros (LÉNA e NASCIMENTO, 2012). Em termos de pesquisas e publicações acadêmicas no Brasil, ou que tratem do Brasil, o Decrescimento ainda é incipiente (BOCCATO-FRANCO, 2012), com poucos exemplos (BÁDUE, 2012; BOCCATO-FRANCO e NASCIMENTO, 2013; MEIRA, 2013; NASCIMENTO e GOMES, 2009).

Há um debate na literatura internacional se o Decrescimento é adequado ou aplicável tanto nos países do Norte como nos do Sul. Pode parecer um absurdo tratar de Decrescimento nos países do Sul, onde a redução na escala de produção e consumo não é necessária e nem desejável. Mas, isso não significa que esses países não devam construir uma sociedade fora da ideologia do crescimento, de modo a evitar os inconvenientes que marcaram o modelo de crescimento dos países do Norte (LATOUCHE 2009a). Respeitando a diversidade de contextos existentes no mundo é impossível que haja um modelo de Decrescimento único e válido em todos os casos. As implicações e o significado do Decrescimento, e suas respectivas proposições, devem ser diferentes para cada contexto (BAYON et al., 2011; LATOUCHE, 2009a).

No entanto, mesmo na diversidade há elementos que são comuns. As críticas à ideia de modernidade ocidental, incluindo a redução das desigualdades sociais e a autonomia política e cultural dos povos, são comuns aos “decrementistas” do Norte e a diferentes grupos sociais no Sul (BAYON et al., 2011). O movimento rejeita a hipótese de que um decrescimento no Norte causará o empobrecimento no Sul, e ainda mais, que o crescimento no Norte é essencial para promover o crescimento no Sul. Ao contrário, o crescimento daquele tem sido causador de empobrecimento deste. Assertiva que embora não seja plenamente verdadeira, o é parcialmente. Alguns países têm contribuído para o enriquecimento de outros a custo de seu próprio empobrecimento, como no caso de inúmeros países africanos fornecedores de produtos primários, cujo fornecimento foi suspenso, depois de destruir a agricultura tradicional, deixando um quadro de fome e

miséria. Ademais, os recursos naturais que os países do Norte podem obter hoje não serão possíveis de serem obtidos pelos países do Sul, pois eles são limitados (BAYON et al., 2011).

Alguns autores têm desenhado a possibilidade de convergências entre o Decrescimento e os movimentos sociais do Sul. Essas análises têm tratado: i) do potencial alinhamento entre os movimentos que defendem um Decrescimento no Norte com as organizações por justiça ambiental do Sul (MARTINEZ-ALIER, 2012); ii) da antiooperação nas relações entre Norte sobre o Sul que tem causado interferências negativas daquele sobre este (LLISTAR, 2008); iii) e da definição de um novo modelo de cooperação internacional Norte-Sul com foco na incidência política, na denúncia e na luta contra o modelo dominante de crescimento ilimitado (MOSANGINI, 2008). Em todas elas o elemento comum é a interferência do Norte sobre o Sul. Deste modo, a redução da atividade econômica do Norte é condição essencial para o florescimento de qualquer tentativa de construção de alternativas no Sul (LATOUCHE, 2009a).

Para o aprofundamento do debate em torno dessa convergência é necessária a promoção de uma plataforma comum onde movimentos sociais e acadêmicos de ambos os hemisférios que defendem uma economia de baixo impacto ecológico possam convergir (MARTINEZ-ALIER et al., 2010, p.1746). O elemento fundamental nesse debate, até então, é que o modelo de desenvolvimento do Norte impacta negativamente os países do Sul. Assim, a construção da plataforma comum tem sido orientada pela análise dos problemas enfrentados pelo Sul decorrentes do modelo de desenvolvimento do Norte.

É neste contexto que se insere a presente dissertação. O objetivo desta pesquisa é o de contribuir para a identificação de uma plataforma comum entre o movimento pelo Decrescimento e movimentos sociais no Sul. Para isso sugere uma orientação adicional: os elementos teóricos que orientam grupos sociais presentes nos países do Sul, com foco no Brasil, em particular a Economia Solidária. A pergunta que guia esta pesquisa é: existem elementos suficientes entre a Economia Solidária no Brasil e o Decrescimento que permitem formar uma plataforma comum? Neste estudo, plataforma comum é definida como sendo um conjunto de elementos que podem favorecer o diálogo e, eventualmente, o estabelecimento de alianças entre dois ou mais atores ou movimentos sociais.

Para responder à pergunta adotou-se procedimentos no sentido de definir um *corpus* textual para cada um dos movimentos que permitisse a análise comparativa de suas características teórico-conceituais. A fonte comparativa dos movimentos concentrou-se em textos. A seleção destes e a coleta de dados inspirou-se em conceitos e procedimentos presentes na Análise do Discurso e na Análise de Conteúdo. A partir da incidência de

referências na bibliografia especializada e consulta a especialistas constituiu-se um *corpus* básico do Decrescimento com 14 títulos, entre artigos, livros, capítulos de livros e declarações políticas, e 14 títulos, de mesma natureza, para a Economia Solidária. Utilizou-se, também, um *corpus* complementar que nasceu das referências e debates desenvolvidos durante a pesquisa, constante sobretudo de textos que explicavam afirmações, contextos ou atores, nem sempre suficientemente claros, no *corpus* básico. Uma vez identificados os elementos teórico-conceituais, classificou-os como comuns, distintos ou antagônicos.

O resultado da presente pesquisa é surpreendente, pois mesmo se verificando que os elementos que distinguem os movimentos predominaram, numericamente, sobre os comuns, e estes sobre os antagônicos, a conclusão geral é que os elementos comuns indicam a possibilidade de uma plataforma comum e os antagônicos e os distintos não inviabilizam um possível diálogo entre os movimentos.

A presente pesquisa tomou o caminho da generalidade. Considerando o pioneirismo em colocar a Economia Solidária no Brasil em relação ao Decrescimento, optou-se por fornecer um panorama amplo de elementos teórico-conceituais, o que seria prejudicado pelo aprofundamento em um ou outro tema específico. Assim, aponta-se diferentes caminhos, numa espécie de mapa, para que futuras pesquisas possam se dedicar à especificidade e à profundidade.

Para expor o processo de pesquisa e seus resultados esta dissertação foi estruturada em nove capítulos. No Capítulo 1, após esta introdução, estão descritos os conceitos e passos metodológicos utilizados. Nos Capítulos 2 ao 7 o Decrescimento e a Economia Solidária no Brasil são caracterizados por meio de diferentes temas, ao mesmo tempo que são feitas análises comparativas entre os movimentos. O Capítulo 2 trata dos aspectos históricos dos movimentos. A composição de atores e a estrutura dos movimentos são apresentadas e comparadas no Capítulo 3. O Capítulo 4 apresenta como tratam da autonomia, democracia, autogestão. No seguinte é abordado como os movimentos incorporam a questão do uso dos recursos naturais, seus entendimentos sobre desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e crescimento econômico, dentre outros. Já o Capítulo 6 caracteriza e compara os movimentos quanto às suas respectivas visões sobre bem-estar. Fechando a etapa de apresentação e comparação dos movimentos, o Capítulo 7 trata de suas relações com o Estado e com as políticas públicas. A síntese e sistematização resultante das comparações feitas são apresentadas no Capítulo 8. No Capítulo 9 procede-se uma discussão geral sobre os resultados. A dissertação se encerra com a Conclusão que retoma a questão colocada inicialmente e apontam-se limites da pesquisa e questões que possam orientar futuras pesquisas.

1. METODOLOGIA

A presente pesquisa consistiu numa análise teórica comparativa de dois movimentos, a Economia Solidária no Brasil e o Decrescimento. Para tanto, as fontes dos dados foram textos. Partiu-se do entendimento de que

o texto traz em si traços da ação individual e social que lhe deu origem e de que fez parte; da interação possibilitada também por ele; das relações sociais, mais ou menos assimétricas, entre as pessoas envolvidas na interação; de suas crenças, valores, histórias; do contexto sócio-histórico específico num mundo material particular, com mais ou menos recursos (RAMALHO e RESENDE, 2011, p.22).

A construção da metodologia de seleção dos textos e de coleta de dados foi inspirada em conceitos e procedimentos da Análise do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; 2008; RAMALHO e RESENDE, 2011) e da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004). Baseado na afirmativa de Fairclough (2001) de que não há procedimento fixo para a análise de um discurso, que varia de acordo com a natureza do projeto de pesquisa e conforme suas respectivas visões do discurso, adaptou-se uma metodologia própria para a presente dissertação.

A execução da pesquisa se deu, basicamente, em cinco atos: i) constituição do *corpus* básico; ii) análise deste *corpus* básico, que resultou na identificação e seleção dos elementos teóricos de cada um dos movimentos pesquisados; iii) definição do *corpus* complementar; iv) comparação dos elementos teóricos; v) e discussão dos resultados. A delimitação destes atos tem a função didática para facilitar aos/às leitores/as apreenderem nesta pesquisa qual o procedimento metodológico adotado. Isto não significa que se executou cada um deles de modo sequencial e linear. Mas que, na prática, consistiu num vai e vem em que o avanço para um ato poderia resultar na volta aos anteriores.

O conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos constitui o *corpus* da pesquisa (BARDIN, 2004). Este foi subdividido em dois, o básico e o complementar. O primeiro serviu para identificar os elementos teórico-conceituais que caracterizam cada um dos movimentos estudados. O segundo serviu para fornecer informações específicas e adicionais sobre parte destes elementos, de modo a enriquecer as informações e complementar suas análises.

A descrição de cada um dos quatro atos da metodologia segue nas subseções seguintes.

1.1 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* BÁSICO

A amostra de textos a partir da qual se identificou os aspectos teóricos da Economia Solidária no Brasil e do Decrescimento que serviram de base para a comparação consistiu em: i) 14 textos do Decrescimento, composto por nove artigos de revistas acadêmicas, três livros e duas declarações políticas; ii) e 14 textos da Economia Solidária, composto por sete livros, três capítulos de livro, um artigo e três documentos políticos, conforme tabelas 1 e 2 a seguir.

Tabela 1 – Relação dos textos do Decrescimento que constituem o *corpus* básico, com suas respectivas quantidades de citações e indicações. Os textos estão apresentados pelo título, autor(es/a) e ano de publicação.

Textos	Citações	Indicações
Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. (SCHNEIDER et al., 2010).	26	1
Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm (MARTINEZ-ALIER et al., 2010)	19	2
In defence of degrowth (KALLIS, 2011)	18	2
Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno (LATOUCHE, 2009b)	14	4
Socially sustainable economic degrowth (MARTINEZ-ALIER, 2009)	14	0
Escaping from the Economy: The Politics of Degrowth (FOURNIER, 2008)	14	0
Environment versus growth — A criticism of “degrowth” and a plea for “a-growth” (VAN DEN BERGH, 2011)	13	0
La apuesta por el decrecimiento ¿cómo salir del imaginario dominante? (LATOUCHE, 2009a)	12	2
Economic de-growth vs. steady-state economy. Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity? (KERSCHNER, 2010)	11	0
Degrowth (LATOUCHE, 2010)	7	0
Decrecimiento: 10 preguntas para comprenderlo y debatirlo (BAYON et al., 2011)	6	2
Macroscopic rebound effects as argument for economic degrowth (SCHNEIDER, 2008)	6	0
Degrowth Declaration of the Paris 2008 conference (RESEARCH & DEGROWTH, 2010)	6	3
Degrowth Declaration of the Barcelona 2010 conference (BARCELONA, 2010)	1	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 2 – Relação dos textos selecionados da Economia Solidária que constituem o *corpus* básico, com suas respectivas quantidades de citações e indicações. Os textos estão apresentados pelo título, autor(es) e ano de publicação.

Textos	Citações	Indicações
Introdução à economia solidária (SINGER, 2002a)	15	3
Economia solidária: uma abordagem internacional (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004)	9	0
Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil (GAIGER, 2004)	6	2
Economia solidária: um modo de produção e distribuição (SINGER, 2000)	6	0
O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado (LIMA, 2004)	6	0
A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil (SINGER, 2002b)	5	0
Economia de solidariedade e organização popular (RAZETO, 1999)	4	0
O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores (NOVAES, 2011)	1	2
Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital (FARIA, 2011)	1	2
Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades (BENINI, 2012)	0	2
A outra economia (CATTANI, 2003) substituído por Dicionário internacional da outra economia (CATTANI et al., 2009)	0	2
Carta de Princípios da Economia Solidária (FBES, 2003)	0	4
Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2012)	0	4
Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2013)	0	4

Fonte: Elaborado pelo autor.

A composição do *corpus* básico foi realizada por meio de dois procedimentos: i) textos mais citados; ii) e indicação de especialistas.

1.1.1 Textos mais citados

Um dos procedimentos para compor o *corpus* básico consistiu na identificação dos textos mais citados dentro de um conjunto mais amplo de artigos relacionados com cada um dos movimentos. Para tanto, executou-se as três etapas a seguir descritas.

Em primeiro lugar, utilizou-se a plataforma Periódicos Capes para se delimitar uma amostra de artigos. No caso da Economia Solidária, realizou-se a pesquisa no dia 08 de abril de 2013, utilizando-se a expressão “Economia Solidária”, no campo “assunto” e foram selecionados os artigos que apresentavam a palavra “Economia Solidária” no título ou nas palavras-chave. No caso do Decrescimento, realizou-se a pesquisa no dia 10 de abril de 2013, utilizando-se a palavra “*degrowth*” – Decrescimento em inglês – com os seguintes refinamentos de pesquisa: tipo de recurso – artigos; data inicial – 2008². Ordenou-se os resultados por “relevância” e selecionou-se os artigos mostrados nos 100³ primeiros registros que continham a palavra “*degrowth*” no título ou nas palavras-chave. A partir destes procedimentos encontrou-se 58 artigos para o Decrescimento e 42 para a Economia Solidária.

Em segundo lugar, com a ajuda do *software* de análise de texto QRS Nvivo versão 10⁴, identificou-se quais referências foram citadas em pelo menos 10%⁵ dos artigos encontrados na etapa anterior.

Em terceiro lugar, a partir destas referências, selecionou-se àquelas que se autoidentificavam com os movimentos, ou seja, as que apresentavam no seu título ou nas palavras-chave os termos “*degrowth*”, “*décroissance*” ou “*decrecimiento*”, no caso do Decrescimento. E, no caso da Economia Solidária, as que apresentavam no seu título o termo “Economia Solidária” ou, se tratando de livros, se identificavam explicitamente em alguma seção com a Economia Solidária.

1.1.2 Indicação de especialistas

Outro procedimento para a definição do *corpus* básico consistiu na indicação de textos por pessoas ligadas à Economia Solidária no Brasil ou ao Decrescimento. Para tanto, foram executadas as três etapas a seguir.

Primeiramente selecionou-se pesquisadores/as, ativistas ou assessores/as técnicos/as da Economia Solidária no Brasil e do Decrescimento que atenderam a pelo menos um dos seguintes critérios: i) possuísem artigos ou livros publicados sobre a temática e que tivessem disponível o endereço eletrônico para contato; ii) indicação do orientador desta pesquisa ou de colegas do curso de mestrado que têm conhecimento sobre os campos pesquisados; iii) e existência de contato já estabelecido com o autor desta pesquisa (troca

2 Optou-se por utilizar o ano de 2008, pois o termo *décroissance* foi traduzido para *degrowth* na segunda conferência internacional do Decrescimento no ano de 2008 (Schneider et al., 2010).

3 Optou-se por selecionar os 100 primeiros registros para facilitar a pesquisa, pois mesmo com os filtros foram mostrados 199 artigos.

4 Informações sobre o *software* podem ser encontradas em: http://www.qsrinternational.com/other-languages_portuguese.aspx [último acesso em 10/04/2013]

5 O valor de 10% foi definido arbitrariamente e as traduções de uma mesma obra foram contabilizadas conjuntamente.

de mensagens eletrônicas, conversas em congressos ou relações sociais);

A seguir, se solicitou a essas pessoas, via correio eletrônico, a identificação de até cinco publicações (artigos ou livros) e cinco documentos (manifestos, cartas políticas, dentre outros) essenciais para se apreender os fundamentos teóricos da Economia Solidária no Brasil ou do Decrescimento. Quatro pessoas ligadas à Economia Solidária e cinco ligadas ao Decrescimento responderam à solicitação.

Por fim, selecionou-se os textos que foram citados por mais de um/a informantes e que se autoidentificavam com os movimentos.

O *corpus* básico foi construído, então, na confluência destes dois procedimentos. A frequência de citações nos textos consultados, sendo selecionados os que alcançaram elevado número de menções; e aqueles que embora não tenham obtido elevado número de citações nos textos foram considerados relevantes por mais de um/a especialista. No total foram selecionados 28 títulos.

Ressalta-se que se substituiu a referência Cattani (2003) por Cattani e colaboradores (2009). Fez-se isto devido às dificuldades de encontrar Cattani (2003) em bibliotecas e livrarias. Por outro lado, Cattani e colaboradores (2009) estava acessível, inclusive em meio digital. Considerando que Cattani e colaboradores (2009) é uma versão ampliada e atualizada de Cattani (2003) optou-se por utilizar-se aquele em vez deste.

Uma vez definido o *corpus* básico, passou-se para sua análise.

1.2 ANÁLISE DO *CORPUS* BÁSICO

Como forma de explorar o *corpus* básico utilizou-se a noção de categorias analíticas presente em Ramalho e Resende (2011) que consiste em:

formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas. Por meio delas, podemos analisar textos buscando mapear conexões entre o discursivo e o não discursivo, tendo em vista seus efeitos sociais (p.112).

Segundo Ramalho e Resende (2011), a escolha das categorias analíticas deve ser consequência da leitura dos textos e do objetivo da pesquisa. Na presente dissertação escolheu-se oito categorias analíticas partindo-se da leitura prévia do *corpus* básico. Inspirando-se em Ramalho e Resende (2011) e em Fairclough (2001 e 2003) adotou-se perguntas que serviram para localizar nos textos essas categorias (Quadro 1).

Categorias Analíticas	Perguntas Orientadoras
Atores	Quem são os atores sociais citados? Os atores pertencem a que grupo social? São grupos específicos e restritos ou são genéricos? Os atores são protagonistas no movimento? Quais espaços de articulação dos atores? Os atores se articula com outros movimentos?
Acontecimentos	Quais acontecimentos sociais são considerados relevantes? Qual evento social e qual cadeia de eventos sociais o campo é parte? Qual prática social ou rede de práticas sociais pode estes eventos ter como referência ou serem enquadrados como parte?
Contexto	Qual o contexto de emergência do movimento?
Antagonismo	A qual forças antagônicas o movimento se opõe?
Escola/corrente teórica/filosófica	Que correntes/abordagem/escola/ramo filosófico, teórico são encontrados no texto ou são citados?
Valores	Com que valores (em termos do que é desejável ou indesejável) o texto se compromete?
Prática Social e Discursiva	Quais estruturas e relações sociais e hegemônicas que constituem a matriz da prática social e discursiva? Como ela aparece em relação às estruturas hegemônicas: é convencional e normativa, criativa e inovadora, orientada para reestruturá-la, opositiva, dentre outras?
Modelo	Propõe ser um novo modelo? Há proposição/intenção de mudanças nas estruturas sociais? Qual a natureza dessa mudança: reformista, revolucionária, de transição?

Quadro 1 – Categorias analíticas identificadas nos textos e respectivas perguntas orientadoras.

Fonte: Adaptado de Fairclough (2001, p. 283-290; 2008, p. 191-194) e Ramalho e Resende (2011, p. 114-116).

Para cada texto do *corpus* básico buscou-se identificar elementos que atendessem cada uma das categorias analíticas. Quando se julgou que os elementos identificados não forneciam informações suficientemente específicas lançou-se mão de textos adicionais, que se chamou, nesta dissertação, de *corpus* complementar.

1.3 DELIMITAÇÃO DO CORPUS COMPLEMENTAR

O *corpus* básico serviu de base para identificação dos elementos teóricos de cada um dos movimentos para colocá-los em relação. Mas, utilizou-se um *corpus* complementar para a descrição mais detalhada dos elementos teóricos. Por exemplo, no caso da contextualização da história recente do Decrescimento – subseção 2.3.1, julgou-se que o *corpus* básico poderia ser complementado com outros estudos mais específicos como Bádue (2012) e Demaria e colaboradores/a (2013).

Destaca-se que os textos incluídos no *corpus* complementar também seguiram o critério de se autoidentificarem explicitamente com os movimentos analisados – conforme subseção 1.1.1 (p.24) desta dissertação.

A partir dos *corpora* básico e complementar aprofundou-se os elementos teóricos identificados no ato anterior – subseção 1.2, guiando-se pelas perguntas do Quadro 2 que foram, em parte, formuladas pelo autor desta dissertação e, em parte, inspiradas nos trabalhos de Fairclough (2001; 2008) e Ramalho e Resende (2011).

Os resultados gerais destes dois momentos (análise dos *corpora* básico e complementar) foram descritos na forma de texto ou por meio da reprodução de excertos que continham elementos que atendessem às categorias de analíticas. Esta etapa teve como objetivo caracterizar cada um dos movimentos estudados, servindo para identificar elementos teóricos que possibilitaram a construção de um texto numa perspectiva descritivo-analítica sobre os movimentos para posterior comparação.

1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS *CORPORA*

Uma primeira consideração sobre os *corpora* básico e complementar diz respeito aos idiomas dos textos do Decrescimento: inglês, português e espanhol. Como se verá na subseção 2.3.1 o Decrescimento teve sua origem e tem forte protagonismo na França. Por isso, parte relevante de sua produção bibliográfica está no idioma francês. Isto poderia indicar uma fragilidade desta metodologia, já que pode excluir textos e autores franceses. No entanto, dos 14 textos do *corpus* básico, nove são de autores/as franceses/as (BAYON et al., 2011; FOURNIER, 2008; LATOUCHE, 2009a; 2009b; 2010; MARTINEZ-ALIER et al., 2010; RESEARCH & DEGROWTH, 2010; SCHNEIDER, 2008; SCHENEIDER et al., 2010). Destes, três são textos escritos originalmente na língua francesa e traduzidos para o espanhol (BAYON et al., 2011; LATOUCHE, 2009a) e para o português (LATOUCHE, 2009b). Além disso, o *corpus* complementar contou com outros textos de autores franceses (DEMARIA et al., 2013; FLIPO, 2008), além de uma dissertação de mestrado que analisou o Decrescimento na França a partir de entrevistas com protagonistas franceses e utilizando bibliografia daquele país (BÁDUE, 2012).

Uma segunda consideração é que se optou por realizar a seleção dos textos conforme descrito neste capítulo, pois se supôs que os elementos teóricos serão encontrados de modo mais sistemático e amplo nos textos que se autoidentificam com cada um dos dois campos e que são os mais citados nas suas respectivas literaturas. Assim, ao definir como critério a autoidentificação dos textos com as palavras-chave aplicou-se a regra de homogeneidade em que os documentos selecionados obedecem a critérios precisos de

escolha e não apresentam demasiada singularidade fora destes critérios (BARDIN, 2004). Este critério procurou também atender a regra da pertinência, em que os documentos escolhidos correspondem ao objetivo da análise, sendo, portanto, adequados enquanto fonte de informação (BARDIN, 2004).

Uma vez definida a amostra de textos, passa-se aos procedimentos para a análise.

1.5 DIÁLOGO ENTRE OS MOVIMENTOS

Os elementos teórico-conceituais relacionados às categorias analíticas foram apresentados por meio de citações diretas e indiretas aos textos consultados, sendo que as primeiras predominaram sobre as segundas. Deste modo, estruturou-se os Capítulos 2 ao 7 desta dissertação.

Cada um desses capítulos contém uma subseção intitulada “Comparação”, onde os movimentos foram colocados em relação, baseando-se nos elementos teórico-conceituais identificados. Para a comparação, os elementos foram classificados como comuns, distintos ou antagônicos entre os movimentos. Os significados de cada um desses três adjetivos foram baseados em Houaiss e Villar (2001), como segue: Comum – que pertence a dois a mais de dois, à maioria ou a todos os seres e pessoas; que é ação ou realização de duas ou mais pessoas ou coisas; que pertence, aplicável ou que compete a todos os elementos, pessoas ou coisas de determinado conjunto; que é usual, normal, habitual (p.780). Distinto – que não é igual, diferente (p.1061). Antagônico – que opõe duas forças ou princípios; contrário, incompatível, oposto (p.228). Foram utilizados seus substantivos como: a distinção – ação ou efeito de distinguir(-se), diferença, separação (p.1061); a similitude – semelhança, analogia, relação, paridade; e o antagonismo – forte oposição de ideias, sistemas, grupos sociais etc; incompatibilidade, rivalidade; força, princípio ou tendência contrária; oposição (p.228).

Uma vez identificados, classificados, sistematizados e relacionados os elementos teórico-conceituais de cada movimento, passou-se para a discussão sobre eles a partir de uma perspectiva comparativa, o que deu subsídio para a conclusão da pesquisa sobre uma possível plataforma comum entre os movimentos. No presente estudo plataforma comum foi definida como sendo um conjunto de elementos que podem favorecer o diálogo e, eventualmente, o estabelecimento de alianças entre dois ou mais atores ou movimentos sociais.

2. HISTÓRIA

O contexto histórico dos movimentos estão divididos em três partes principais. Cada uma delas contém duas subseções, sendo sempre a primeira tratando do Decrescimento e a segunda da Economia Solidária. Conta-se a história dos movimentos de modo intercalado em cada um dos períodos tratados: História “Geral”; Décadas de 1960 a 1990; e História Recente.

2.1 HISTÓRIA “GERAL”

2.1.1 Limite do crescimento econômico: um tema desde o século XVIII

Kerschner (2010, p.545) e Latouche (2009a, p.24-31) pontuaram de modo sistemático e sintético que a percepção de fatores que determinariam um limite ao crescimento da economia está presente no pensamento humano, pelo menos, desde o lançamento das bases que formam o paradigma neoclássico do crescimento econômico ilimitado. Os autores reconhecem que o entendimento de crescimento econômico como gerador de riqueza tem origem no século XVIII com Adam Smith, e que ele já reconhecia um provável fim do crescimento, tendo sido quem mencionou, pela primeira vez, o termo estado estacionário da economia. Segundo a retrospectiva de Kerschner (2010, p.545) e Latouche (2009a, p.26-27), além de Adam Smith, outros economistas clássicos explicaram um possível fim do crescimento como Thomas Malthus com os retornos decrescentes na agricultura, David Ricardo com o fim das terras aráveis e os retornos decrescentes e William S. Jevons⁶ com a exaustão dos recursos não renováveis. Kerschner (2010, p.545) observa que todos eles consideraram a natureza como fator limitante do crescimento.

Na perspectiva de Kerschner (2010, p.545), a percepção do fim inevitável do crescimento econômico inspirou diferentes especulações teóricas entre os economistas clássicos sobre o seu resultado para a sociedade. Para Adam Smith seria equivalente à pobreza, e para Thomas Malthus seria a condenação da humanidade à miséria. No entanto, ao contrário de uma visão negativa, John Stuart Mill imaginava uma sociedade sem crescimento estável, bem paga, afluyente, mas sem grandes fortunas e onde as pessoas teriam tempo suficiente de lazer (BAYON et al., 2011, p.43; KERSCHNER, 2010, p.545). John Stuart Mill acreditava numa sociedade em que os humanos se contentariam em viver

6 Não é intenção desta dissertação reconstruir a história do pensamento econômico quanto aos limites impostos pela natureza à economia. Intenciona-se, isto sim, apresentar quais fatos históricos são resgatados pela literatura do Decrescimento. Por isto, não se recorreu às obras originais da maioria dos autores citados, como Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, William S. Jevon, John Stuart Mill, Karl Marx, Josef Schumpeter e John Maynard Keynes. Deste modo, as obras de cada um desses autores estão devidamente referenciadas nos textos que serviram de fonte desta apresentação histórica, especialmente em Kerschner (2010).

num estado estável muito antes de chegar ao ponto que lhes obrigaria a isto (LATOUCHE, 2009b, p.27). Via, ainda, uma sociedade com melhorias consideráveis, que superaria as lutas intermináveis de uns contra os outros para se ter um bom estado social (KERSCHNER, 2010, p.545).

Contudo, o advento dos avanços tecnológicos da revolução industrial, a partir da metade do XIX, mudou a visão sobre o fim inevitável do crescimento econômico. A tecnologia superaria os limites impostos pela natureza, sobretudo na agricultura. O crescimento ilimitado aparece, então, como uma tendência. Karl Marx, por exemplo, foi um dos que a assumiram, considerando que a terra não era mais importante do que os outros fatores de produção, o capital e o trabalho. Apesar de que, segundo Kerschner (2010, p.545), Marx chegou a pensar, do ponto de vista analítico, que no socialismo uma utilidade marginal relativa decrescente levaria a sociedade a decidir sobre um ponto de suficiência. Mas, o que importa aqui é pontuar que a não diferenciação entre os três fatores de produção é um fato histórico relevante para o movimento do Decrescimento. Isto significou que a partir das últimas décadas do século XIX ocorreu o rompimento do laço que unia economia e natureza. A eliminação da terra das funções de produção, tratando-se de igual modo os três fatores de produção, levou posteriormente os teóricos neoclássicos a concluir pelo desaparecimento do meio biofísico na produção econômica. Dessa forma, esta não tinha mais limite ecológico (LATOUCHE, 2009a, p.21; 2009b, p.15; 2010, p.520).

Apesar de a tendência em se acreditar no crescimento ilimitado da economia, durante a primeira metade do século XX havia economistas que formavam uma exceção. Joseph Schumpeter se dedicou ao estado estacionário, caracterizando-o como uma economia que consumiria tudo o que produziria em cada período sem acumulação, crédito, poupança ou lucros. Mas, para ele isto só seria possível num cenário de colapso do capitalismo, superado pelo socialismo (KERSCHNER, 2010, p.545). Outro economista foi John Maynard Keynes para quem o fim do crescimento econômico seria decorrência da queda da eficiência marginal do capital, que levaria a uma taxa de juros próxima de zero. Este economista descreveu uma comunidade em estado quase estacionário caracterizada por uma população estável, a ausência de guerras e várias gerações de pleno emprego (BAYON et al., 2011, p.44 KERSCHNER, 2010, p.545).

2.1.2 Cooperativismo e associacionismo

Para fornecer a contextualização da história geral da Economia Solidária nos seus primórdios seguiu-se os escritos de Paul Singer ao qual é atribuído o pioneirismo no uso do termo Economia Solidária no Brasil, além de ser um grande responsável pela sua

divulgação e desenvolvimento teórico (FARIA, 2011). Também se utilizou França Filho e Laville (2004) que inseriram a Economia Solidária numa análise sociológica do desenvolvimento da própria economia. Enquanto Singer focaliza suas análises às terras inglesas, França Filho e Laville localizam em terras francesas. Assim, o apanhado histórico mais geral e temporalmente longínquo abarcou as duas áreas geográficas onde os processos sociais ocorridos no século XIX tiveram influências significativas nas transformações oriundas da revolução industrial para o resto dos países europeus e para o mundo.

A cooperativa de produção é a modalidade básica da Economia Solidária (SINGER, 2000, 2002a, 2002b). A partir desta afirmativa, Singer (2002a) busca as origens históricas da Economia Solidária nos movimentos operários da primeira metade do século XIX, inspiradores fundamentais do cooperativismo. O autor utiliza as diversas iniciativas cooperativistas, sobretudo inglesas, iniciando sua narrativa com Robert Owen, a quem atribui influência sobressalente no movimento cooperativista. Singer (2002a) faz referências às primeiras cooperativas owenistas, à cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale e à expansão de diversas cooperativas de consumo ao longo dos anos 1850 e 1860, às cooperativas de crédito, de compras e venda e, sobretudo, de produção que tiveram momentos de ascensão e declínios durante o século XIX e início do século XX. O autor localiza nesse processo a origem de parte das características da Economia Solidária, tal qual é conhecida hoje: i) propriedade coletiva dos meios de produção; ii) democracia nas decisões internas aos empreendimentos econômicos, em que cada membro possui um voto; iii) busca pela autonomia; iv) autogestão; v) e divisão das sobras entre os cooperados. A resistência ao capitalismo como uma das raízes da Economia Solidária também é destacada neste processo histórico. Referências como Robert Owen, Fournier e Saint-Simon são colocadas nesse contexto histórico inicial. A partir destes precedentes, a Economia Solidária tem os clássicos do socialismo utópico como seus inspiradores primordiais estando ligada, assim, à crítica operária e socialista ao capitalismo, e que se afirma como alternativa a este modo de produção (SINGER, 2000; 2002a; 2002b).

Enquanto Paul Singer foca sua análise nas consequências práticas da revolução industrial e nas soluções pragmáticas do movimento operário inglês, e suas formas alternativas de organização do trabalho e dos empreendimentos, França Filho e Laville (2004), sem desconsiderar esses aspectos, abordam o desenvolvimento da Economia Solidária em uma perspectiva sociológica. Para tanto, os autores partem do surgimento da modernidade. Recuperando a ideia de calculabilidade, em substituição à transcendência, o utilitarismo emerge propondo uma conduta individual do homem. A moral passa a ser

fundada no interesse econômico e o mercado autorregulado é dado como o espaço para a sua intermediação. Assume-se que o interesse econômico passa a ser o fundamento para favorecer uma ordem social.

Os autores remetem, também, a outro produto da modernidade que foi a consagração da chegada de um espaço público, como resultado da constituição da comunidade política. Este espaço público é diverso e constitui-se de instâncias de reflexão, discussão e argumentação propícias para promover uma sociabilidade democrática. Este espaço é ocupado pelas associações operárias onde

os espaços públicos populares se consolidam através de um associacionismo operário no qual o reagrupamento utiliza a força das corporações, ao mesmo tempo em que a ultrapassa, pois está baseado em princípios de liberdade e igualdade entre os membros cuja adesão é voluntária. Com esse associacionismo, entre outras missões coloca-se aquela de intervir na construção da economia (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.42).

A constituição desses espaços e sua disposição em intervir na economia surgem como resposta ao não cumprimento pela economia mercantil da realização da harmonia social. Torna-se evidente o sentimento de pertencimento à comunidade política, por meio da participação nos espaços públicos populares, mas ao mesmo tempo torna-se evidente uma grande disparidade social. Esta última percepção leva a retomada da noção de viver em conjunto, com o resgate de sua dimensão fraterna. Assim, coloca-se a necessidade de se ir além do utilitarismo para se reconceituar o laço social moderno. Nesse debate, França Filho e Laville (2004) utilizam a noção de solidariedade elaborada por Leroux em “que a solidariedade não pode ser concebida a partir do indivíduo ou da sociedade, pois ela é indissociável de uma relação” (p. 43). De modo que, em qualquer relação entre os seres há solidariedades recíprocas, pois nenhum ser foi concebido para viver apenas consigo, mas em interação com outros. Segundo esses autores, a formulação de Leroux teve repercussão no associacionismo operário francês, sendo que ele “intervém junto aos operários para fazer entidades produtivas que colocam a solidariedade no coração da economia” (p.42-43).

“Para os diferentes atores engajados nas associações operárias” continuam França Filho e Laville (2004, p.43), “a regulação da economia não podia ser delegada apenas ao mercado, era preciso agir em favor de uma economia plural que admitisse outros princípios além do mercado”. Assim, o *laissez-faire* liberal é confrontado, a partir de uma tentativa de sua superação pela regulação pelo trabalho. Os autores vão buscar nas abundantes e diferentes ideias e experiências implementadas na primeira metade do século XIX, com referências a Cabet e Blanc, os falanstérios e os buchézianos para identificar dois traços específicos dessas organizações: i) o agrupamento voluntário inspirado em laços sociais

que se mantém por meio de atividades econômicas que, por não serem separadas, dependem do comportamento econômico da reciprocidade; ii) e a ação comum baseada na igualdade entre os membros, o que lhes dá a capacidade de intervir nas mudanças institucionais, constituindo, assim, espaços públicos autônomos, no sentido de serem regulados pela solidariedade e não pelo dinheiro ou pelo poder administrativo.

Em nome dessa dupla inscrição, ao mesmo tempo na esfera econômica e na esfera política, como demonstra o exemplo francês da primeira metade do século XIX, a economia solidária mergulha suas raízes nas relações de pertencimento vividas que podem ser tradicionais. Entretanto, ela não se confunde com a economia tradicional, pois vai além do domínio privado, exprimindo no espaço público a reivindicação de um poder-agir na economia, isto é, a demanda de uma legitimação da iniciativa independente da detenção do capital. Ela funda assim, um empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e que não distingue o que é da ordem da produção e distribuição, combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.47).

Ao longo do século XIX os diferentes tipos de cooperativas e associações tiveram momentos de ascensão e de declínio, tanto por motivos internos à sua organização, como pelo ambiente externo competitivo em relação às empresas capitalistas. O próprio movimento operário deslocou o papel estratégico das cooperativas, na medida em que focou suas ações nas lutas por direitos do assalariado. De fato, os avanços nesses direitos melhoraram alguns aspectos da vida dos/as trabalhadores/as, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Como reconhecido por Singer (2002a), a ampliação das conquistas dos direitos dos assalariados fragilizou a “crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador” (p.109). De modo que, o movimento operário optou por focar sua ação na ampliação e/ou manutenção desses direitos, em vez de construir uma alternativa que superasse o regime do assalariamento. A pauta central era, então, a manutenção dos postos de trabalho. Singer (2002a) atribui a isto uma das causas do desinteresse pelo cooperativismo na primeira metade do século XX.

Além disso, após a Segunda Guerra Mundial inovações como os supermercados e as lojas de departamento, que dispensaram a figura do/a vendedor/a e o advento do carro, que facilitou concentrar a distribuição de mercadorias, reduziram os custos dos produtos. Somado a isto a emergência e a ostensividade da publicidade contribuíram para criar um novo padrão de consumo. Muda-se, desta maneira, o contexto competitivo do mercado. A manutenção das cooperativas de consumo ligadas a seus princípios tiveram, assim, dificuldades de concorrer (SINGER, 2002a, p.54-55). As cooperativas de crédito também sofreram forte concorrência dos intermediários financeiros privados e públicos de grande dimensão e com capacidade de aplicar as novas tecnologias de informação (SINGER,

2002a, p.69-74).

Complementarmente, França Filho e Laville (2004) analisam o declínio do associacionismo antes do final do século XIX como resultado de ações desencorajadoras ou repressoras do Estado que aceita o “princípio de uma economia mercantil constituída a partir da circulação autorregulada de mercadorias e de capitais, pelo qual o poder nas unidades de produção é ligado à detenção do capital” (p.49). Num alinhamento da economia com as noções liberais, as questões social e econômica ficam então separadas e esta última colocada para fora do debate político. Na esfera econômica, a finalidade de economia plural é abandonada. Ao contrário, trata-se do pleno desenvolvimento da economia mercantil que é favorecida pela empresa capitalista e pelo mercado autorregulado. Neste processo ocorre a perda de importância da economia não-monetária, que é regida pelos princípios da reciprocidade e da domesticidade, nos termos de Karl Polanyi. Esta perda se deu com o matrimônio Estado-mercado que separou e hierarquizou as economias, colocando em preponderância a economia mercantil, governada pelo princípio do mercado e a economia não-mercantil, governada pelo princípio da redistribuição – Estado (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Ao Estado cabia, portanto, a garantia da coesão social por meio de dispositivos de proteção, como leis do trabalho e mecanismos de redistribuição. Surgiu, então, a ideia dos direitos sociais e do Estado-providência de modo a complementar as imperfeições e desequilíbrios gerados pelo mercado autorregulado. Nessa separação, o trabalho assalariado passou a ganhar cada vez mais importância, adquirindo uma função de regulação social em que articula a relação entre o social e o econômico. França Filho e Laville (2004) consideram que a “criação de dispositivos de proteção cria condições de uma aceitação social do mercado de trabalho” (p.58), e a luta da classe trabalhadora passa da busca por alternativas à economia mercantil à luta pela garantia e ampliação dos direitos conquistados no Estado, dos empregos e dos salários, levando ao desinteresse pelo associacionismo.

2.2 DÉCADAS DE 1960 a 1990

2.2.1 Bioeconomia e a falência do desenvolvimento

Mesmo reconhecendo que a noção do limite do crescimento da economia já esteve presente no pensamento humano, pelo menos, desde o século XVIII, a construção histórica do Decrescimento mais recorrente em sua bibliografia está em fatos e autores da segunda metade do século XX. Mais especificamente, a partir de fins da década de 1960 e início da de 1970, momento em que o debate sobre o fim do crescimento econômico é reaquecido e

ganha amplitude mundial. Este é o período que se reconhece as raízes diretas do Decrescimento.

Em geral, remonta-se a ideia de Decrescimento a partir do primeiro informe do Clube de Roma, no ano de 1971, que ficou conhecido como “Os Limites do Crescimento” (BAYON et al., 2011, p.9). No ano seguinte ocorreu a Conferência de Estocolmo onde a questão ecológica foi reconhecida pela primeira vez pelos Estados do mundo (LATOUCHE, 2009a, p.20; 2010, p.520). A partir desta conferência houve a emergência de questões ambientais na pauta política mundial.

Para além da agenda política, a retomada da ideia do limite de crescimento econômico devido a questões naturais ganha novos contornos no campo da economia. Os decrescentistas reconhecem que este debate se dá na disciplina Economia Ecológica, a qual

K. E. Boulding, N. Georgescu-Roegen e H. T. Odum son considerados como los tres fundadores de esa rama de la economía que se niega a reducir la cuestión de la naturaliza a su valor monetario y que retoma la cuestión del “valor intrínseco” es decir, “no mercantil” de la naturaleza” (BAYON et al., 2011, p.42).

Destes três autores, os decrescentistas “*se alinean del lado de Georgescu-Roegen*” (BAYON, et al., 2011, p.39). Ele “*es conocido por haber importado el tema de la entropía a la economía*” (BAYON, et al., 2011, p.36). Latouche (2009b) reconhece que “entre os pioneiros da aplicação das leis da termodinâmica à economia, é conveniente destacar Serguei Podolinsky”. No entanto, continua o autor,

foi apenas nos anos 1970 que a questão da ecologia no seio da economia foi desenvolvida, resultando sobretudo do trabalho do grande cientista romeno Nicholas Georgescu-Roegen, que soube perceber as implicações bioeconômicas da lei da entropia, já pressentidas nos anos 1940-1950 por Alfred Lotka, Erwin Schrödinger, Norbert Wiener ou Léon Brillouin (p.14).

Para Bayon e colaboradores (2011) Georgescu-Roegen

funda lo que se ha convenido en llamar el paradigma “bioeconómico”, según el cual la actividad económica moderna, con todas sus máquinas térmicas, puede describirse como un acelerador de crecimiento de la entropía – y, por tanto, como una vasta empresa de rarefacción material de los recursos utilizables en pro de un crecimiento de las zonas estériles, dos desechos y de la polución (BAYON, et al., 2011, p.36).

A importância que os/as decrescentistas atribuem à Georgescu-Roegen é a de ter feito, em termos teóricos, o elo entre a natureza e a economia. Baseado neste autor, Latouche (2009b) reconhece que

o processo econômico real, diferentemente do modelo teórico, não é um processo puramente mecânico e reversível; de natureza entrópica, ele se desenrola numa biosfera que funciona num tempo marcado pela flecha do tempo. Disso decorre, para Nicholas Georgescu-Roegen, a impossibilidade

de um crescimento infinito e a necessidade de substituir a ciência econômica tradicional por uma bioeconomia, ou seja, pensar a economia no seio da biosfera (p.15-16).

Latouche (2010) agrega outro fato dessa época que constitui uma das raízes Decrescimento. O autor afirma que este movimento “*was formed, on one hand, in the awakening to the ecological crises and on the other, from the school of criticism of technology and development*” (p.520). O autor considera em Latouche (2009b) que “a tomada de consciência da crise do meio ambiente trouxe uma nova dimensão [à crítica do desenvolvimento]: não só a sociedade de crescimento não é desejável, como ela não é sustentável” (p.12). Reafirmando a alavancagem que a crise ecológica deu à crítica ao desenvolvimento Latouche (2009b) afirma que

paradoxalmente, a ideia do decrescimento nasceu de certo modo no Sul, mais particularmente na África. Com efeito, o projeto de uma sociedade autônoma e econômica [poupadora] emergiu na esteira da crítica ao desenvolvimento.

Faz mais de quarenta anos que uma pequena “internacional”, anti ou pós-desenvolvimentista, analisa e denuncia os malefícios do desenvolvimento na África (p.78).

E, continua o autor,

devido à crise ambiental e ao surgimento da globalização, o sucesso inesperado e totalmente relativo dessa crítica [ao desenvolvimento], que por muito tempo foi pregada no deserto, nos levou a aprofundar suas implicações sobre a economia e a sociedade do Norte. Na verdade a farsa do desenvolvimento sustentável diz respeito tanto ao Norte quanto ao Sul, e os perigos do crescimento já são planetários. Foi assim que nasceu a proposição do decrescimento (p.79-80).

A falência do desenvolvimento do Sul⁷ e a perda de referência no Norte ficaram evidentes a partir da década de 1970 e, sobretudo, na crise dos anos 1980, se fortalece a escola crítica ao desenvolvimento. Segundo Martínez-Alier e colaboradores (2010), as análises sobre a falência do desenvolvimento no Sul ganham força, assim como as críticas à tecnologia e à modernidade. Estas críticas já vinham desde a década de 1930 como consequência da I Guerra Mundial e a crise de 1929, no tempo em que Jacques Ellul e Bernard Charbonneau publicam críticas à modernidade e conclamam por uma revolução da civilização.

2.2.2 A crise do Estado providência, neoliberalismo e o desemprego

Para a Economia Solidária as décadas de 1960 e 1970 também são referências em

⁷ É importante ressaltar que a literatura do Decrescimento incorpora a expressão “falência do desenvolvimento no Sul” pautando-se nas análises do continente africano. Isto é devido, sobretudo, pelas influências de Serge Latouche que estudou esse continente. No entanto, a América Latina no período da década de 1960 e 1970 o contexto era outro. Ao contrário de uma “falência”, o desenvolvimento estava em plena expansão com altos índices de crescimento econômico capitaneados pelas ditaduras militares que se alastraram pelo continente.

seu processo histórico. Este panorama parte do entendimento de que o modelo de sociedade baseado no mercado e no Estado-providência que ganhou forte impulso no pós-Segunda Guerra Mundial entrou em crise após os “30 anos gloriosos” criando um novo contexto para a ressurgência de novas bases que constituem o que é a Economia Solidária hoje.

Durante a crise iniciada nos anos 1970, com o conseqüente aumento do desemprego em massa, o interesse pelo cooperativismo é retomado em muitos países, inclusive no Terceiro Mundo. Esse interesse se deu por meio de um “novo cooperativismo” caracterizado pela “volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002a, p.111). Como produto da contracultura dos anos 1970 emerge outra modalidade de cooperativa de produção que são as cooperativas de alimentos orgânicos, livrarias alternativas, editoras comunitárias e unidades promotoras de tecnologias alternativas (SINGER, 2002a, p.95).

França Filho e Laville (2004) desenham o mesmo panorama no surgimento da “nova Economia Solidária”. Citam, por exemplo, André Gorz para falar da crise do social-estatismo. Contextualizam a emergência dessa “nova Economia Solidária” por meio de duas crises no processo de recomposição das relações entre o econômico e o social: uma crise de valores e uma crise econômica. Essas crises que aplacaram a década de 1970, sobretudo nos países desenvolvidos, afirmam os autores, enterrou o “otimismo progressista, segundo o qual, graças aos instrumentos de controle econômicos e sociais poderia edificar-se para todos uma sociedade-providência” (p.77).

A primeira dessas crises, a de valores, teve como características: as dúvidas levantadas sobre o aumento das riquezas como garantia de bem-estar; a oposição do crescimento quantitativo ao crescimento qualitativo; e o surgimento dos novos movimentos sociais que numa onda de protestos em diferentes temáticas, embora pouco unificadas começaram

a fragilizar o dogma do crescimento popularizando os temas do crescimento zero, a denúncia dos prejuízos do progresso, da reapropriação da vida privada e do espaço público que defende os protestos antinucleares, ecologistas ou feministas. As aspirações de autonomia eclodem também no trabalho, tomando a forma de retiradas individuais e de violentas revoltas coletivas pelos trabalhadores sem qualificação. Apesar de sua dispersão, estas reivindicações abordam, de modo confuso no seu conjunto, uma reflexão sobre a saída da sociedade econômica, ou seja, da sociedade estruturada pela luta contra a escassez (FRANÇA FILHO E LAVILLE, p.73-74).

Além desses temas, segundo o entendimento de França Filho e Laville (2004), a crise de valores favoreceu a crítica da relação Estado-mercado, em que a “crença na produção do

progresso econômico e social pela complementariedade entre mercado e redistribuição, típica do período de expansão, é por sua vez questionada” (p.74). A crítica dos anos 1970 foi direcionada, assim, tanto para o crescimento material como para o papel do Estado. Foram levantadas dúvidas da capacidade de intervenção do Estado nas imperfeições do mercado. Ademais, foram realizadas denúncias das lógicas burocráticas e centralizadoras das instituições redistributivas; explicitou-se a incapacidade do Estado-providência “em produzir uma maneira de viver em conjunto gratificante para todos os indivíduos” (p.74). Observa-se, assim, concluem os autores,

que, no momento em que a sinergia Estado-mercado atingia seu pleno rendimento, ela fora objeto de uma primeira crise na qual colocou-se em discussão, o consenso próprio ao regime econômico do período de crescimento. Esta crise de valores foi seguida por uma segunda crise, qualificada de “crise econômica” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p.75).

Esta crise econômica foi desencadeada, ainda segundo os autores, pela desaceleração da alta demanda nos países desenvolvidos, que adotaram a exportação como forma de ampliar mercados, o que levou a uma exacerbação da concorrência. Houve também a revolução da informação que contribuiu ainda mais para a redução do número dos empregos, devido aos altos ganhos de produtividade. Desta forma, a eficácia do Estado-providência foi prejudicada já que estava “grandemente ligada a sua capacidade de encontrar mecanismos de seguridade nas relações sociais homogeneizadas pelo assalariamento” (p.76-77).

É então lógico que a crise econômica, ao abrigar reestruturações no seio da economia mercantil, tenha provocado dificuldades financeiras na economia não-mercantil. Com o aumento do desemprego, o Estado fica ao mesmo tempo privado de uma parte dos seus recursos e solicitado para novos compromissos financeiros: medidas de apoio ao sistema produtivo, redução das taxas de desemprego (...) A asfixia que se abate sobre o Estado-providência amplifica a crítica social a seu respeito (p.77).

Apesar dos autores reconhecerem que as crises deram um novo impulso às propostas alternativas oriundas das diversas pautas sociais, a agenda que se tornou hegemônica no mundo capitalista ao longo da década de 1980 se manteve presa à economia mercantil. Ganharam força aqueles que defendiam que as conquistas sociais é que aprisionavam a sociedade a uma rigidez burocrática. Aplicou-se, então, uma agenda neoliberal, em que se radicalizou a função do mercado na definição dos salários, numa economia voltada para a oferta e numa drástica redução da intervenção estatal, inclusive sobre a proteção social. Neste processo, emergiu a especialização do emprego e a terceirização, levando ao deslocamento da sociedade industrial para a sociedade de serviços. A redução dos custos do trabalho levou ao aumento das diferenças nas escalas de renda. Houve um processo de financeirização da economia em nível planetário, o que reduziu as taxas de rentabilidade

ligadas ao trabalho e restringiu as margens de manobra das políticas dos Estados. Ademais, observou-se uma precarização contínua dos empregos (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.80-87).

No entanto, toda essa fórmula não conseguiu retomar o nível de criação de empregos das décadas passadas, além de constituir um processo de precarização dos empregos existentes. Assim, a sociedade mercantil entra na década de 1990 com uma nova problemática que é a fragilização de seu principal instrumento de sociabilização, o emprego. O emprego, contudo, continua sendo o principal fator de integração social, pois é através dele que a população ativa tem acesso à proteção social, ao consumo e à inserção na sociedade. Deste modo, a resolução da falta de emprego não se encerra mais no próprio emprego, pois é, acima de tudo, um problema de sociabilidade. França Filho e Laville (2004) explicam isso fazendo referência ao conceito de “desfiliação” de Robert Castel, para quem o desemprego pode isolar suas vítimas levando-as a um distanciamento dos valores compartilhados pela própria sociedade. Entra-se numa “espiral que conduz à exclusão” em que a perda de emprego leva a uma perda de “sociabilidade e de engajamento que transmitem valores e normas sociais [...] que diminuem as chances de se reencontrar um emprego 'digno', pois os critérios de recrutamento tendem a privilegiar as capacidades relacionais” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 88).

É neste espaço temporal do início da década de 1990 que o conceito de Economia Solidária é elaborado na Europa, sobretudo na França. Isto se deu como resultado das pesquisas desenvolvidas no *Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie (CRIDA)* em Paris (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.109), cujo foco era o fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais – os serviços de proximidade ou serviços solidários:

o fenômeno da economia solidária e sua problemática vêm, assim, posicionar-se num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade. Estes foram fundados historicamente em torno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais: o Estado e o mercado, encontrando no trabalho, ou seja, na relação assalariada, sua estrutura fundamental. Neste sentido, torna-se coerente propor a leitura de uma economia solidária em termos de crise do trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.111)

Entretanto, este panorama de crises que percorreu as décadas de 1970 a 1990 diz respeito, segundo os autores, à Economia Solidária na perspectiva europeia. Para França Filho e Laville (2004), este contexto não é tratado com relevância na perspectiva da ES no Brasil, pois,

o circuito formal do trabalho, essencialmente baseado nas esferas do mercado e do Estado, jamais conseguiu absorver o conjunto dos

trabalhadores. A expressão sociedade salarial nunca vingou neste cenário de sociedade (p.158)

Ao tratar especificamente da emergência da Economia Solidária no Brasil na década de 1990, os autores reconhecem que a

dinâmica da exclusão assume novos contornos: em particular, ela acrescenta os excluídos de sempre (uma ampla parcela da população que sempre viveu à margem dos circuitos formais da economia), um amplo contingente de novos desempregados, vitimados pelo panorama político dos últimos anos, marcado pela ascensão do projeto neoliberal que vem acompanhando, no contexto dos países terceiro-mundistas, pelos programas de ajuste estrutural das suas economias. Estes programas ou políticas, num contexto de crise fiscal dos Estados, têm agravado os processos de exclusão (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.159).

Singer (2002a), por sua vez, inclui o Brasil nesse contexto histórico mais geral da Economia Solidária. Remontando à primeira metade do século XX o autor considera que “na medida em que o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados, a situação destes foi melhorando” (p.109). Continua o autor,

mesmo em países semi-industrializados, como o Brasil, os direitos obtidos pelos sindicatos deram a muitos assalariados formais (com carteira assinada) um padrão de vida de classe média.

Este avanço se acentuou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial e debilitou a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação (p.109).

Para o autor isto foi “sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela Economia Solidária” (p. 110). Entretanto, “tudo isso mudou radicalmente a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou o seu retorno” (p.110). Isto resultou no ressurgimento “com força cada vez maior [d]a Economia Solidária na maioria dos países” (p.110). Na realidade, enfatiza o autor, “ela foi reinventada” (p.110-111). Esta reinvenção “está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda” (p.111). Uma dessas transformações foi a crise do socialismo real da Europa Oriental no período de 1985 a 1991. Segundo o autor, a desilusão com o planejamento central da economia levou muitos socialistas e comunistas a se reconciliarem com o capitalismo, “mas muitos outros sentem-se desafiados a buscar um novo modelo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos os cidadãos” (p. 111).

A outra transformação de contexto foi o

semifracasso dos governos e partidos social-democratas, principalmente na Europa, mas também, *mutatis mutandi*, na América Latina. Mesmo vencendo eleições e exercendo o poder governamental, os social-democratas não conseguiram muito mais do que atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado de bem-estar social. Não tentaram reverter a privatização dos serviços públicos nem

a desregulamentação das finanças mundiais, submetendo as economias nacionais, sobretudo na periferia, aos ditames do grande capital financeiro global (SINGER, 2002a, p.111-112).

Singer (2002a) olhando para o contexto brasileiro, afirma que

com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalhos foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil (p.122).

Assim, Singer (2002a) atribui à crise econômica dos anos 1970 e seu desenrolar até a década de 1990 como parte do contexto histórico da ES no Brasil.

2.3 HISTÓRIA RECENTE

2.3.1 Da palavra decrescimento ao movimento social

O panorama histórico apresentado até aqui mostra que parte das ideias do Decrescimento foi formulada nos últimos dois séculos e ganharam novos contornos e força nos últimos 30 anos do século XX. Mas, “*fue a comienzos del nuevo milenio que el decrecimiento se convirtió en Francia en un tema militante*” (BAYON et al., 2011, p.10).

O que hoje se chama de Decrescimento – uma palavra no idioma português – faz referência à palavra francesa *décroissance*. O termo *décroissance*, no sentido empregado pelo movimento, foi usado pela primeira vez na tradução francesa da coletânea de textos de Georgescu-Roegen organizada por Jacques Grinevald e Ivo Rens no ano de 1979 intitulada *Demain la décroissance* (BAYON et al., 2011; FOURNIER, 2008). Nesta publicação o uso da palavra *décroissance* estava associado com a noção de *declining* utilizada por Georgescu-Roegen (LATOUCHE, 2010; MARÍNEZ-ALIER et al., 2010).

Os eventos que imediatamente antecederam o nascimento do movimento pelo Decrescimento se deram em Lyon, França, em 2001 no despertar de protestos por cidades sem carros, campanhas antipublicidade, dentre outros (DEMARIA et al., 2013). No início do ano de 2002 sob a direção de Vincent Cheynet e de Bruno Clémentin a revista francesa *Silence* publicou dois dossiês sobre o Decrescimento⁸. Com textos de Serge Latouche, François Schneider, Mauro Bonaiuti, e dos diretores da revista, o tema foi apresentado para um público mais amplo (BÁDUE, 2012)⁹. A partir dessa publicação é que o Decrescimento passou a ser utilizado como *slogan* para denominar um movimento social (BAYON et al., 2011).

8 Um dos dossiês, o da edição de número 280 da revista, está disponível em meio digital: http://www.revuesilence.net/epuises/200_299/silence280.pdf

9 As referências no *corpus* básico do Decrescimento apresentam a história recente deste movimento de maneira demasiada sintética. Por isso, optou-se utilizar Bádue (2012) como uma referência tendo em vista que sua pesquisa trata da remontar a história de formação do movimento a partir dos relatos dos protagonistas franceses deste movimento e de seus textos fundantes.

Ainda naquele ano de 2002 realizou-se em Paris o colóquio *Défaire le développement, refaire le monde* organizada pela associação *La ligne d'horizon*, conjuntamente com o jornal *Le Monde Diplomatique* e com o projeto *MOST* da Unesco (BÁDUE, 2012). Bádue (2012) identificou que alguns protagonistas do Decrescimento francês consideram este colóquio como a origem do movimento decrescentista na França. A autora identificou, ainda, relatos de que a crítica ao crescimento foi central no evento e constatou o reconhecimento da difusão sem precedentes, ao menos na França, de ideias sobre pós-desenvolvimento e Decrescimento. No evento havia menções aos movimentos antiglobalização e ao I Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre. Sobre este último, Bádue (2012) observa que as alusões não eram aleatórias, mas identificadoras de um espaço para a construção de alternativas que ia para além das críticas ao neoliberalismo. Reconhecendo a importância do FSM e dos movimentos antiglobalização no colóquio, a autora chega a perguntar “por que razões, então, apenas o colóquio seria apontado como fundador do Decrescimento? Por que não o FSM ou mesmo as manifestações de Seattle?” A resposta dada pela autora é que “o que era relativamente exclusivo ao colóquio não era a sua proposta de 'refazer o mundo', mas de refazê-lo sem ter que passar pela noção de desenvolvimento” (p. 80). Destaca-se que Serge Latouche, que posteriormente veio a se tornar uma das principais referências para o Decrescimento, é um reconhecido autor do pós-desenvolvimento e esteve bastante engajado no evento. A própria organizadora do colóquio, *La Ligne d'Horizon*, se dedica ao tema do pós-desenvolvimento, inspirada na produção de François Partant, um crítico contundente dos modelos de desenvolvimento implementados nos países do chamado Terceiro Mundo. O colóquio contou, ainda, com a presença de inúmeras personalidades indianas, de modo que se deu uma legitimidade à crítica ao desenvolvimento sob a perspectiva do Sul (BÁDUE, 2012).

O movimento ganha um amplo espaço de debate na França a partir do ano de 2004 com a criação da revista mensal *La Décroissance, le journal de la joie de vivre*, que teria sido a primeira publicação definida pelo termo *décroissance* (BÁDUE, 2013; DEMARIA et al., 2013). Ou, ainda, como apurou Bádue (2012), teria transformado uma palavra de circulação marginal em *slogan*. Latouche (2009b) observa que em poucos meses, entre os anos de 2003 e 2004, o tema do Decrescimento conquistou espaço político e midiático relevante, transformando-se em assunto de debates entre os Verdes, a Confederação Camponesa, o movimento antiglobalização, dentre outros.

No ano de 2005, conforme relata Bádue (2012), Vincent Cheynet organizou a *Marche pour la Décroissance*, como parte da campanha antipublicitária da revista *Casseurs de Pub* contra a Fórmula 1. Este evento teve repercussões amplas, em parte devido à ação de

François Schneider que partiu da pequena cidade Luc-en-Diois, ainda no ano 2004, acompanhado de uma mula com destino à Lyon, onde se integrou à marcha. Pelo percurso de mais de 200 quilômetros François Schneider promoveu debates sobre o Decrescimento nas vilas e cidades por onde parava. Integrado à marcha, esta partiu de Lyon com destino à cidade Magny-Cours sede do Grande Prêmio da França de Fórmula 1. Ao longo de um mês a marcha promoveu seu objetivo que era, mais do que divulgar o Decrescimento, o de colocar em contato grupos e pessoas que parecessem alinhadas com a proposta da marcha. Os conceitos que estavam em debate podem ser apreendidos em um dos diversos relatos divulgados sobre a marcha:

simplicité, frugalité, solidarité; de la marche, du repos, de la musique, des chants, de la nourriture saine et naturelle (herbes et plantes cueillies le long des chemins, produits locaux bio, etc.) des ateliers-débats sur divers thèmes (logiciels libres, médias alternatifs, agriculture biodynamique, politique, techniques de relaxation, etc.). Du temps pour vivre, pour (re)trouver un bonheur simple, pour contempler, pour (re)trouver des liens, en construire, en renouer... Un fonctionnement en autogestion démocratique; chaque jour un ou plusieurs cercles avec des règles simples, ou chaque décision collective est prise. Une autonomie individuelle, de la solidarité simple et bienveillante, ... (CROIBIEN, 2005)

O lançamento de outra revista francesa destinada ao Decrescimento, *Entropia*, também é parte da história do movimento. Lançada em 2006, seu objetivo era fortalecer as bases teóricas do Decrescimento a partir de questões filosóficas, antropológicas e éticas. Numa perspectiva de complementar as publicações até então existentes, esta revista buscava ir além das críticas simplificadas e imediatas e dos “estilos de vida supostamente libertários sem que se reflita sobre a natureza das relações sociais, culturais, morais, políticas e econômicas” (BÁDUE, 2012, p.85).

O Decrescimento conquistou espaço na área acadêmica quando no ano de 2007 adeptos do movimento ligados à academia criaram a associação internacional *Research and Degrowth (R&D)*. Esta associação foi uma das protagonistas da organização da *First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity* realizada em Paris no ano de 2008. A partir desta conferência ocorre a consolidação do debate internacional sobre o Decrescimento e marca o nascimento dele como área de pesquisa internacional. Além disso, é nesta conferência que é consensuado o uso do termo *degrowth* no idioma inglês para se referir ao termo *décroissance* (DEMARIA et al., 2013). Até o ano de 2012 outras três conferências internacionais foram realizadas: Barcelona, em 2010, e Montreal e Veneza, em 2012.

Parte dos acontecimentos apresentados acima é reconhecidamente responsável pela criação e consolidação do Decrescimento como *slogan* na França e sua expansão para outras localidades. Antes dos acontecimentos no período de 2002 a 2006 a palavra

Decrescimento

não fazia sentido como nome de qualquer mobilização político-ecológica, ao contrário do que verificamos hoje na França, e somente com a sistematização conceitual dessas questões pelas revistas, pelos colóquios e pelos jornais é que as “práticas” de Decrescimento puderam se identificar entre si sob a rubrica de uma mobilização político-ecológica (BÁDUE, 2012, p.89).

2.3.2 Histórico da Economia Solidária no Brasil

O uso do termo Economia Solidária no Brasil é recente. Atribui-se a Paul Singer o pioneirismo na utilização do termo em um artigo publicado em 1996 na revista *Teoria & Debate* intitulado: “Desemprego: uma solução não capitalista” (FARIA, 2011). Apesar de haver um texto do chileno Luiz Razeto publicado no Brasil que trata da Economia da Solidariedade, no qual é utilizado o termo Economia Solidária, e a caracteriza muito semelhantemente ao entendimento que veio ser dado à Economia Solidária no Brasil (RAZETO, 1993). Independentemente da data exata e do autor, é na década de 1990 que a ideia de ES, tal como se apresenta hoje no Brasil, foi forjada e passou a ser uma palavra ao redor da qual passaram a orbitar práticas sociais, econômicas, técnicas, políticas e acadêmicas.

Segundo Singer (2002b) a Economia Solidária surge no Brasil, provavelmente, como resposta à crise econômica de 1981/1983 que desencadeou processos de falência de indústrias, inclusive das de grande porte. Essa crise, somada a abertura às importações promovidas no início da década de 1990, caracterizou os anos 1980/1990 no Brasil como propícios para o fechamento de fábricas e criação de desemprego em massa. Uma resposta inovadora até então foi a recuperação dessas fábricas pelos/as trabalhadores/as por meio da constituição de cooperativas. Algumas experiências foram bem-sucedidas e com o apoio de sindicatos e instituições de financiamento espalharam-se por todo o país. Dentre estas experiências estava a da empresa de calçados Makerly que faliu no início dos anos 1990 e seu controle majoritário foi transferido aos/às seus/suas trabalhadores/as. Esta experiência se tornou amplamente conhecida servindo de base para o desenvolvimento de uma metodologia de transferência de empresas aos/às seus/suas trabalhadores/as. Outras grandes empresas também entraram em falência e foram transformadas em instituições autogestionárias. No ano de 1994 representantes de seis empresas autogestionárias realizaram o I Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, onde se decidiu criar a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag). Esta instituição surgiu da necessidade de se articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar espaço para o debate e produção de alternativas aos processos de falência de empresas numa “década do desemprego”

(NAKANO, 2000). E a Anteag cumpriu esse papel, tornou-se referência nacional para a recuperação de empresas, construiu uma metodologia de autogestão e estabeleceu relações com outros atores, como sindicatos, bancos de desenvolvimento, secretarias de Estado, universidades, dentre outros (FARIA, 2011).

Os sindicatos entram na Economia Solidária como resposta à crise do trabalho que assolava os anos 1990 no Brasil. Inicialmente a partir das parcerias de sindicatos com a Anteag e do envolvimento dos sindicatos do ABC com a criação da Unisol, o envolvimento do movimento sindical mais amplo se deu com o lançamento pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1999, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) (SINGER, 2002b). A ADS surgiu com um amplo programa que envolveu ações de crédito solidário, educação, pesquisa, incubação e formação de redes de Economia Solidária (FARIA, 2011).

Singer (2002b) também agrega ao histórico recente da Economia Solidária no Brasil as experiências de autogestão oriundas da reforma agrária, sobretudo, organizadas no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Faz referência à criação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) no ano de 1989, e a criação do Sistema de Cooperativista dos Assentados (SCA) nos anos de 1991 e 1992, constituído por cooperativas agropecuárias, cooperativas de comercialização, grupos coletivos, associações, cooperativas centrais em nível estadual e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) em nível nacional, além das Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs). O SCA procurava possibilitar aos assentamentos uma estrutura democrática em que a Economia Solidária possa avançar, permitindo que os assentados rompessem com o isolamento e passassem a atuar de modo cooperativo.

A Caritas Brasileira, organização ligada à Igreja Católica, foi outro ator presente na história do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. Esta entidade apoiou milhares de experiências espalhadas por todo o país, os chamados Projetos Alternativos Comunitários (PAC). Desde 1984 os PACs buscaram soluções criativas e autônomas para os problemas das populações excluídas socioeconomicamente (BERTUCCI, 1996 *apud* SINGER, 2002b). Grande parte desses PACs eram produtivos e coincidiam com a experiência do MST. Havia um reconhecimento da capacidade dos PACs de reinserir produtivamente pessoas socialmente excluídas e empobrecidas. Assim, essas experiências se multiplicaram ao longo da década de 1990 (SINGER, 2002b).

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (ACCMV) contribuiu para a aceleração do desenvolvimento de experiências de Economia Solidária, quando, em 1994, passou a fomentar a geração de trabalho e renda, em vez de se limitar à simples

distribuição de alimentos. A ACCMV era um amplo movimento de massas. Singer (2002b) chega a supor que essa mudança de tática da ACCMV foi influenciada pela Cáritas, visto que um representante desta instituição fazia parte da Secretaria Nacional daquela. Uma das consequências da ACCMV é destacada na história da Economia Solidária no Brasil: a criação da Cooperativa de Trabalho de Manguinhos (Cootram) no Rio de Janeiro. Um dos aspectos relevantes da experiência da Cootram é que inaugurou o envolvimento permanente de universidades nas experiências originárias da ES. Neste caso tratava-se da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desencadeando um processo de envolvimento do setor acadêmico brasileiro para ajudar a construir a Economia Solidária (SINGER, 2002b).

A partir dessa experiência, outras universidades se envolveram resultando na constituição das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). A primeira delas foi criada em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O papel desempenhado pelas ITCPs era o de prestar assessoria técnica contínua aos empreendimentos solidários. Com apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc) foram incentivadas a criação de mais ITCPs. No ano de 1999 cria-se a rede de incubadoras que se integra à Fundação Unitrabalho. A finalidade desta fundação era a de colocar à disposição dos/as trabalhadores/as os serviços das universidades. Mais que assessoria técnica passaram a estar disponíveis para a Economia Solidária o ensino, a pesquisa e a extensão universitária (SINGER, 2002b).

Até aqui a Economia Solidária consistia em diferentes atividades e atores dispersos. A articulação em nível nacional dessa diversidade teve como marco o seminário Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, do desenvolvimento humano, solidário e sustentável. Realizado durante o I Fórum Social Mundial (FSM), no município de Porto Alegre, no ano de 2001, o seminário reuniu diversas instituições engajadas no desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. No ano seguinte, durante o II FSM, doze entidades e redes¹⁰ consolidaram o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro). Nesse mesmo ano o GT Brasileiro realizou a I Plenária Nacional de Economia Solidária. No III FSM, em 2003, realizou a II Plenária Nacional e no mesmo ano, em Brasília, promoveu a III Plenária Nacional com a participação de mais de 900 pessoas que deliberaram pela criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A incumbência do FBES era de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país

10 As 12 entidades que compunham o GT Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); ANTEAG; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; MST/Concrab; Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); ADS/CUT; UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).

e fazer a interlocução com o governo, em torno de uma Carta de Princípios e de uma Plataforma de Lutas da Economia Solidária (FBES, [20--]).

O GT Brasileiro em interlocução com a equipe de transição do novo Governo Federal eleito no ano de 2002 formulou a Carta ao Governo Lula, pleiteando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (GT BRASILEIRO, 2004). Atendendo esta demanda, a SENAES foi criada no ano de 2003 integrada na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para o cargo de secretário foi nomeado Paul Singer que compôs uma equipe com quadros técnicos e políticos oriundos das ITCPs, do Programa de Economia Solidária do Rio Grande do Sul (SEDAI/RS), da Igreja Católica e dos movimentos sociais (FARIA, 2011).

França Filho e Laville (2004) apresentam um entendimento complementar ao desenvolvimento da ES no Brasil. Apesar de reconhecerem a importância das iniciativas de cooperativas vindas com os imigrantes europeus, os autores consideram que “o fenômeno de emergência de uma Economia Solidária compreende-se principalmente em razão do peso de uma tradição de economia popular na vida de amplas parcelas da população” (p.178). Os autores se referem à economia popular como compreendendo

um leque amplo de iniciativas socioeconômicas, mais ou menos autôcentradas ou heterôcentradas (voltadas para fora delas próprias enquanto organização), isto é, oscilando de simples formas de sobrevivência dos mais pobres (marcados por um alto grau de precariedade institucional) até a ideia de modos de organização democráticos” (p.164).

Ressaltam como característica fundamental dessas iniciativas a solidariedade que cimeta a “base fundamental sobre a qual erguem-se as atividades econômicas” (p.162). Para os autores,

estas iniciativas representam, de um certo modo, um prolongamento das solidariedades ordinárias, isto é, aquelas que se praticam no cotidiano mesmo da vida no interior dos grupos primários. Parece residir, precisamente neste aspecto, o traço característico maior dessa economia popular. Ou seja, ela encontra no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades.

Dito de outro modo, com o conceito de economia popular, trata-se, segundo nosso entendimento de atividades econômicas sob uma base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local – mas que muitas vezes pode até articular-se com o plano institucional [...] (p. 162-163).

A Economia Solidária no Brasil se articula na sua origem com as iniciativas de economia popular, no entanto, dela se distingue. Ainda segundo França-Filho e Laville (2004), “muitas das experiências que hoje batizamos de Economia Solidária, encontram-se absolutamente vinculadas a uma base local e popular” (p.164). A diferenciação fundamental que os autores apresentam é que a capacidade da economia popular em atacar

problemáticas sociais mais gerais “parece muito pequena, restringindo-se quase que inteiramente a uma dimensão comunitária” (p.165). Já as iniciativas da Economia Solidária

não se limitam a esfera da chamada “reprodução simples” e se orientam mais para a “reprodução ampliada” das condições de vida em sociedade. Ou seja, sua ação abrange tanto o plano do nível de renda quanto aquele das condições de vida mais gerais, o que significa inscrever uma tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando, desse modo, uma abertura da sua ação sobre o espaço público (p.165).

2.4 COMPARAÇÃO

Os movimentos fazem referências ao século XIX no seu traçado histórico, mas para destacar fatos distintos. A Economia Solidária se remete aos movimentos associacionistas e cooperativistas para incorporar em sua história as lutas pela superação do assalariamento pela via da autogestão (SINGER, 2002a). E, ainda, as lutas pela retomada da pluralidade econômica, pela retomada dos princípios organizacionais da domesticidade e da reciprocidade (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Assim, os movimentos de trabalhadores/as do século XIX deixam como herança histórica à Economia Solidária a tentativa de restabelecer a ligação entre o econômico e o social separado pela economia mercantil.

Já o Decrescimento se remete àquele século para incorporar em seu histórico o surgimento das bases de parte dos fundamentos da economia neoclássica que sustentam o modelo socioeconômico contemporâneo: a necessidade do crescimento econômico como gerador de riqueza, a suposta ilimitabilidade deste crescimento viabilizada pelo progresso tecnológico e o desaparecimento dos limites biofísicos nas análises econômicas. É neste contexto histórico que aparece um problema relevante para o Decrescimento: a quebra do elo entre a economia e a base biofísica.

Em última análise, os movimentos lançam mão de referências ao século XIX para buscar nesse período as bases históricas de seus respectivos temas mobilizadores: a autogestão dos trabalhadores/as, no caso da ES e a inviabilidade do crescimento econômico ilimitado e a conseqüente necessidade da diminuição das atividades econômicas, no caso do Decrescimento. Caracteriza-se, então, uma distinção entre os movimentos.

Os movimentos também fazem referências em seus contextos históricos às crises e debates que tomaram as décadas de 1960 e 1970 e que influenciaram às décadas seguintes. Apesar disso, os movimentos articulam acontecimentos distintos desse período. O Decrescimento se foca na emergência do debate ambiental para o nível global, no campo político e científico, que reaqueceu as discussões sobre os limites do crescimento

econômico e o restabelecimento do elo entre natureza e economia em termos teóricos. Assim como faz referências à falência do desenvolvimento no Sul. A partir disto, o Decrescimento demarca nas décadas de 1960 e 1970 o surgimento de parte de suas raízes conceituais diretas: a bioeconomia e a crítica ao desenvolvimento. Já para na Economia Solidária os fatos ressaltados desta época é o desemprego em massa. Considerando que os movimentos focam em acontecimentos diferentes do contexto das últimas décadas do século XX, caracteriza-se, então, outra distinção.

O registro histórico recente dos movimentos apresentam mais um período que são comuns. Ambos são constituídos tais como se apresentam na atualidade durante a transição dos séculos XX para o XXI. No entanto, a convergências se encerram nisto.

O Decrescimento surge e se difunde principalmente a partir de ações diretas de oposição, por exemplo, à publicidade, a eventos esportivos e à construção de infraestruturas de grande magnitude; além de meios teórico-discursivos como eventos e publicações de cunho político, panfletário e acadêmico. Já a Economia Solidária no Brasil surge a partir de ações práticas – *e.g.* a conquista do controle de fábricas falidas e a organização da produção camponesa, e se difunde por meio da ampliação dessas práticas e da articulação e constituição de espaços político-institucionais. Na origem, o objetivo do Decrescimento era problematizar o desenvolvimento quanto a sua inviabilidade social e ambiental. Enquanto que na ES, era o de resolver problemas sociais imediatos enfrentados pelos atores diretamente envolvidos no movimento – *e.g.* desemprego. Constitui-se, assim, mais uma distinção entre os movimentos.

A história recente da Economia Solidária no Brasil destaca que desde o seu início não só houve uma intensa presença de instituições – *e.g.* Cáritas e sindicatos, como já havia um processo de estruturação formal e institucional do movimento – *e.g.* criação da Anteag e do FBES. Há também uma expressiva presença do Estado na origem da ES no Brasil, passando para dentro do aparato estatal – *e.g.* SENAES. Este processo, por sua vez, está ausente no Decrescimento. Isto caracteriza uma distinção entre os movimentos que será retomada nos Capítulos 6 e 7 em que se trata, respectivamente, da institucionalização dos movimentos e de suas relações com o Estado.

Outra distinção observada entre os movimentos é que a constituição da Economia Solidária no Brasil tem uma expressiva base social em situação de fragilidade de acesso a direitos básicos e ligada aos setores populares. Enquanto que no Decrescimento, isto está ausente, constituindo-se de setores sociais aparentemente de classe média. O tema dos atores de cada um dos movimentos será retomado no Capítulo 6.

3 ATORES E ESTRUTURA

Este capítulo visa identificar elementos, predominantemente, da categoria analítica atores. Assim, sua construção é orientada pelas perguntas como: Quem são os atores sociais citados? Os atores pertencem a que grupo social? São grupos específicos e restritos ou são genéricos? Os atores são protagonistas no movimento? Quais espaços de articulação dos atores? Os atores se articula com outros movimentos?

Este capítulo foi construído basicamente com textos complementares ao *corpus* básico, pois neste, avaliou-se que a abordagem sobre os atores careciam de informações.

3.1 ATORES E ESTRUTURA DO DECRESCIMENTO

A história recente do Decrescimento descrita no Capítulo 2 tem início no ano de 2001 a partir das mobilizações de grupos que tinham ligações com ações de resistências aos grandes projetos de infraestrutura, aos movimentos antipublicidade e pela construção de alternativas. Quase quinze anos depois o movimento é ampliado de tal modo que consiste numa diversidade de pessoas, grupos e redes pertencentes ao campo acadêmico, dos movimentos sociais, de entidades de classe, partidos, ativistas e praticantes individuais. Nessa pluralidade existe tanto aqueles/as que se autorreconhecem como decrescentistas, como também os/as que apenas apoiam ou simpatizam com o Decrescimento. Na literatura pesquisada encontrou-se uma variedade de temas que compõe essa diversidade de atores como, por exemplo, agroecologia, justiça ambiental, conflitos ambientais e defesa de territórios, neorruralismo, consumo crítico, simplicidade voluntária, Economia Solidária, moedas locais, feminismo, ecovilas, movimentos pela autoprodução, mobilidade urbana, agricultura urbana, movimentos pela não-violência e pacifismo, antipublicidade, medicina preventiva e alternativa, dentre outros (BÁDUE 2012; BAYON et al., 2011; DEMARIA et al., 2013; LATOUCHE, 2009a; MARTINEZ-ALIER, 2012; SCHNEIDER et al., 2010).

Essa variedade age e interage em múltiplos níveis e dimensões, formando uma diversidade de estratégias e entendimentos sobre as mudanças sociais que devem ser implementadas. A interação destes diferentes atores sob o termo Decrescimento não tem sido isento de conflitos e de complementariedades (DEMARIA, et al., 2013). Alguns defendem mudanças radicais nas instituições existentes, enquanto que outros defendem sua transformação ou conservação parcial. Alguns grupos se articulam em torno da ideia do Decrescimento sustentável, ligados à disciplina Economia Ecológica e outros grupos, o Decrescimento à *La Française*, são fortemente influenciados pela crítica do pós-desenvolvimento (MARÍNEZ-ALIER et al., 2010). Mesmo dentro do movimento pelo

Decrescimento francês pode-se identificar diferentes tendências (BÁDUE, 2012).

Num cruzamento entre atores e ações, Demaria e colaboradores/a (2013) categorizaram essa diversidade em cinco estratégias de ação. A primeira delas é o "ativismo oposicionista"¹¹ que consiste em ações que expressam posicionamentos contrários a determinadas iniciativas, seja pública ou privada. As ações oposicionistas podem consistir diferentes estratégias como, por exemplo, boicotes, desobediência civil, ação direta e protestos. Como exemplo os/a autores/a citam campanhas contra a expansão de autoestradas, aeroportos, trens de alta velocidade e outras infraestruturas.

A segunda consiste na "construção de alternativas" que compreende a promoção de alternativas participativas locais, descentralizadas e de pequena escala, como reciclagem, reuso, vegetarianismo ou veganismo, moradia comunitária, agroecologia, ecovilas, Economia Solidária, cooperativas de consumo, bancos alternativos, ou cooperativas de crédito, cooperativas de energia renovável descentralizadas, dentre outras. Como exemplo, Demaria e colaboradores/a (2013) citam a *Reti di Economia Solidale (RES)* da Itália, e seus mais de vinte *Distretti di Economia Solidale*.

A terceira compreende as estratégias "reformistas" caracterizadas por ações que buscam preservar instituições já existentes, mesmo que o movimento se oponha a elas ou as desafiem. Como exemplo, os/a autores/a citam a necessidade de se defender o sistema de seguridade social ou de saúde pública, creches e escolas públicas, e outras instituições do sistema de bem-estar social. Ou ainda as instituições democráticas atuais que necessitam ser superadas por espaços de maior participação, mas que ao mesmo tempo são defendidas quando colocadas sob risco em tempos de crise.

A quarta é a "pesquisa". A partir da primeira conferência internacional pelo Decrescimento, no ano de 2008, o Decrescimento se constituiu numa área internacional de pesquisa acadêmica (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010), consistindo num ramo das ciências da sustentabilidade, podendo ser chamada de "estudos do Decrescimento econômico", relacionada com os "estudos de transição socioecológicos" (MARTINEZ-ALIER et al., 2011). Constitui um exemplo de "*activst-led science*" que combina explicitamente conhecimentos acadêmicos e ativistas. Além da participação de centenas de pessoas ligadas à academia de diversos países nas quatro conferências internacionais, a literatura do Decrescimento é composta por quase uma centena de artigos acadêmicos, contando com edições e seções especiais de revistas (CATTANEO et al., 2012; CNS, 2012; KALLIS, et al., 2010; KALLIS et al., 2012; SEKULOVA et al., 2013). Conta, ainda, com uma associação acadêmica, *Research & Degrowth*, que promove pesquisas e eventos sobre o tema do Decrescimento

11 Realizou-se a tradução livre dos termos adotados no original: *oppositional activism, building alternatives, reformism, research e acting on different scales* (DEMARIA et al. 2013, p.201-205).

(RESEARCH & DEGROWTH, [20--]).

A última consiste na “ação em diferentes escalas”. O movimento pelo Decrescimento entende que cada escala necessita de ações apropriadas a ela. Assim, atua desde a escala local, como do movimento *Transition Towns*¹², como nas escalas nacional, como a *Rete per la Decrescita* na Itália, e internacional, como nas conferências internacionais.

O Decrescimento consiste, então, “numa multiplicidade de associações, coletivos, discursividades, conceitos, produções teóricas, protestos, ações de rua, revistas e jornais” (BÁDUE, 2012). Essa multiplicidade que se articula em diferentes escalas e níveis em torno da palavra decrescimento tem o potencial de criar uma rede de redes (DEMARIA et al., 2013). Ou ainda de se organizar em forma de “nebulosa”, onde o termo comum do conjunto não se sobrepõe às diferenças que o compõe, favorecendo uma atuação fluida, oposta à centralização, em que há sentidos que são comuns, mas sem que estes – ou grupos ou pessoas – prevaleçam sobre os demais (BÁDUE, 2012). Essa forma descentralizada e de múltiplos sentidos não é só uma forma de organizar o movimento, mas já é a transformação prática de organização societal defendida pelo Decrescimento. Ou seja, não é apenas um método, mas um objetivo. A nebulosa é, portanto, “um conceito, um método de ação social, política e ecológica e uma forma de existência acionada pelos próprios defensores do Decrescimento” (BÁDUE, 2012, p. 74-75).

3.2 ATORES E ESTRUTURA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária no Brasil envolve um universo diversificado de atores sociais, que variam em seus tipos e graus de institucionalização, funções, autonomia em relação a outros atores, esfera de atuação, dentre outras. É uma diversidade que não facilita a análise científica, que não se enquadra em modelos teóricos prévios, pois emerge cotidianamente de práticas concretas muito diversas (CUNHA, 2012a). Deve ser entendido, portanto, como um campo de práticas em construção que para França-Filho (2007) parece evoluir de formas de auto-organização socioeconômica – empreendimentos econômicos solidários – para formas de auto-organização sociopolítica – redes e fóruns.

Ao se analisar a estrutura organizacional da ES no Brasil é possível identificar pelo menos quatro categorias ou instâncias organizativas, sendo elas: i) os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES); ii) as Entidades de Apoio e Fomento (EAF); iii) redes e fóruns de Economia Solidária; iv) e institucionalidades políticas do Estado.

12 O movimento das *Transition Towns* – Cidades em Transição – foi criado pelo inglês Rob Hopkins com o objetivo de transformar as cidades em modelos sustentáveis, menos dependentes do petróleo, mais integradas à natureza e mais resistentes a crises externas, tanto econômicas como ecológicas” (TRANSITION BRASIL, [20--]). Estas iniciativas estão localizados em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. Uma possível relação entre elas e o Decrescimento no Brasil já foi apontada em Boccato-Franco e colaboradores/a (2012).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são formas de auto-organização socioeconômica, com administração democrática por meio da prática da autogestão (FRANÇA FILHO, 2007; LECHAT et al., 2007; SINGER, 2002a). Os EES são heterogêneos no que se refere: i) ao seu grau de institucionalidade – do quase informal e emergente ao formal e consolidado; ii) à sua origem – estimuladas por programas de fomento de ONGs ou de órgãos governamentais, oriundas de iniciativas do movimento social e da falência de empresas; iii) e aos seus âmbitos de atuação – troca de produtos e serviço (clubes de troca), produção e prestação de serviços – associações e grupos de produção, cooperativas de produtores, empresas recuperadas), comercialização ou organização para comercialização (centrais de comercialização, feiras, lojas, armazéns, entrepostos e centros públicos de formação de estoque e comercialização), poupança, crédito ou finanças solidárias (cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos solidários), consumo ou uso coletivo de bens e/ou serviços (cooperativas, grupos ou núcleos de consumo) (FBES, 2013; FRANÇA FILHO 2007; GUIMARÃES et al., 2006). No ano de 2007 havia no Brasil 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários mapeados no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), envolvendo diretamente 1.687.496 de trabalhadores/as (SENAES, 2013).

De modo sintético, os EES são caracterizados: i) pelo compromisso de criar trabalho e de beneficiar a comunidade ou um grupo específico de pessoas como valor maior do que o lucro; ii) e pelo poder de decisão baseado numa estrutura democrática. Assim, os EES possibilitam superar a ideia de empresa produtiva como sinônimo de empreendimentos lucrativos com fins utilitários, e com estrutura organizacional hierárquica e autoritária. Para além dessa visão, com os EES abre-se a possibilidade para a implementação de atividades econômicas sem fins de acumulação privada e que beneficiam grupos e comunidades específicas, onde se valoriza o trabalho antes do lucro (FRANÇA FILHO, 2007). Parte dos EES estão organizados em associações ou uniões que exercem a função, sobretudo, de instrumento de representação política. Exemplos são a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol), a Anteg, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab/MST), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol).

As Entidades de Apoio e Fomento (EAF) são organizações que prestam assessoria aos EES. Elas fazem a mediação entre as demandas dos EES, com suas particularidades, fragilidades, aspirações e sua inserção na lógica institucional do seu entorno. No rol dessas entidades, encontram-se igrejas e pastorais sociais (e.g. Cáritas), movimento sindical, (e.g.

ADS/CUT), incubadoras universitárias (e.g. ITCPs), além de organizações não governamentais com tradição no trabalho de organização popular, ou de assessoria aos movimentos sociais, ou com expertise no trabalho e na organização de base social, ou num segmento específico das práticas de Economia Solidária, dentre outras (FRANÇA-FILHO, 2007).

A terceira categoria organizacional, as redes e fóruns da Economia Solidária, são espaços de auto-organização que agregam atores da Economia Solidária para encaminhar questões em comum. Ambos tendem a se articular entre si. Os fóruns também são formas de redes e também compostos por redes. São espaços que dão legitimidade à ES e são, sobretudo os fóruns, interlocutores privilegiados com o Estado. Assumem, portanto, um caráter de organização política, sendo instrumentos para a consolidação de um aparato de regulação jurídico-político e de marcos legais que dê institucionalização à Economia Solidária (FRANÇA-FILHO, 2007). Podem ser específicos quanto à área de atuação e aos atores aglutinados como, por exemplo, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e o Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (FACES do Brasil). Como podem ser amplos e agregar atores de diferentes áreas e categorias organizativas como, por exemplo, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os fóruns estaduais, regionais e locais de Economia Solidária.

As institucionalidades políticas do Estado são a quarta categoria organizacional da Economia Solidária. Aqui pode se enquadrar todo o aparato estatal que tem como foco a ES como, por exemplo, no nível federal a Secretaria Nacional para a Economia Solidária (SENAES), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), as Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES) e diversos programas e políticas públicas que beneficiam e atendem direta ou indiretamente a Economia Solidária¹³. Assim, pode-se falar em uma rede de políticas públicas para a ES no Brasil abrangendo um universo de 27 órgãos públicos federais com algum grau de inserção nessa temática (CUNHA, 2012b). E a inserção da ES no âmbito do Estado ganha capilaridade em outros níveis com as secretarias, diretorias, departamentos, conselhos e conferências estaduais e municipais espalhados por todas as regiões do País. Parte destas entidades articulam-se na Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária¹⁴. A inserção da ES não se limita ao

13 Exemplos dessas políticas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (CUNHA, 2012a)

14 “A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária é formada pela articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de Prefeituras e Governos Estaduais. Ela existe para proporcionar a interlocução, o intercâmbio, a sistematização, a proposição de políticas públicas governamentais e a realização de projetos comuns, para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, de modo a qualificar as ações desenvolvidas, a partir dos órgãos de governo voltados para este segmento” (REDE DE GESTORES, [20--]).

poder Executivo, mas inclui articulações com o Legislativo, como as frentes parlamentares¹⁵.

Um espaço de articulação que parece ser central do movimento da Economia Solidária no Brasil é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Trata-se de um instrumento de articulação composto por três dos quatro seguimentos que compõem a estrutura da Economia Solidária: i) empreendimentos da Economia Solidária; ii) entidades de assessoria e/ou de fomento e iii) Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. O FBES é composto por mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 Empreendimentos de Economia Solidária (EES), 500 entidades de apoio e fomento, 12 governos estaduais e 200 municípios (FBES, [20--]) cuja instância máxima de deliberação são as Plenárias Nacionais.

A extensão das relações do movimento da Economia Solidária vai para além de suas “fronteiras”, em que atores típicos da ES mantêm interlocução e articulação com outros movimentos e atores sociais. Um exemplo foi o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, realizado no ano de 2011 e que contou com a organização do FBES conjuntamente com atores de outros movimentos sociais¹⁶. Como o próprio nome já diz, esse evento colocou em diálogo atores sociais de, pelo menos, seis campos de atuação social. O encontro foi motivado “pela identificação e sistematização de casos emblemáticos que expressam as variadas formas de resistência das camadas populares em suas diferentes expressões socioculturais e sua capacidade de gerar propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico em nosso país” (CARTA DE SALVADOR, 2011, p.1). Outro exemplo é a aproximação da ES, também por meio do FBES, com o *Buen Vivir*, como será tratado na subseção 5.2.2 desta dissertação. Esta aproximação da ES com outros movimentos é um indicativo de uma percepção de que os antagonismos a serem superados pela agenda da Economia Solidária é comum a outros movimentos sociais. E, que a luta é sistêmica ao invés de setorializada.

3.3 COMPARAÇÃO

3.3.1 Atores e organização dos movimentos

Constata-se que experiências da Economia Solidária na Itália compõem a diversidade de grupos que se articularam em torno do termo Decrescimento. Uma delas é a *Reti di*

15 No nível federal existe a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária no Brasil (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [201-]).

16 Outras instituições que fizeram parte da organização do encontro foram: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia); Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO); Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Economia Solidale (RES). Esta, por sua vez, faz parte conjuntamente com o FBES da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) (RIPESS, [20--]). Ou seja, uma iniciativa considerada pertencente ao Decrescimento e uma iniciativa da Economia Solidária do Brasil fazem parte de uma mesma rede. Isto pode ser considerado um elemento comum entre o Decrescimento e a ES no Brasil, tendo em vista que atores de ambos compartilham um mesmo ambiente de articulação, a RIPESS, sob um conjunto de princípios comuns.

Além disso, tanto a Economia Solidária quanto o Decrescimento tem explicitamente se aproximado do conceito/movimento pelo *Buen Vivir*. Há um esforço na aproximação entre *Buen Vivir* e/ou Economia Solidária e/ou Decrescimento em eventos como, por exemplo: os *Encuentros entre decrecimiento y buen vivir* que vem ocorrendo anualmente em Bilbao, Espanha, desde o ano de 2011 (BILBAO, 2013); o grupo de trabalho *Real utopias: from Solidarity Economy to the “buen vivir”* realizado durante a Conferência Internacional do Decrescimento em Veneza (VENICE, 2012, p.25); e a V Plenária Nacional de Economia Solidária, cujo tema foi “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável” (FBES, 2013) – conforme apresentado na subseção 5.2.2 desta dissertação.

Constata-se, ainda, que organizações sociais ligadas à Economia Solidária no Brasil promoveram o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências que resultou numa carta política, a Carta de Salvador (CARTA DE SALVADOR, 2011). Esta consiste da afirmação de convergências existentes entre os movimentos ligados à agroecologia, à saúde e à justiça ambiental, à soberania alimentar, à Economia Solidária e ao feminismo. Martínez-Alier (2012) reconhece um destes movimentos, o da justiça ambiental, como um potencial aliado no Sul do Decrescimento, visto que, para o autor, defendem identidades e territórios locais e os conflitos que enfrentam são consequência do metabolismo da economia mundial que alcança suas últimas fronteiras de expansão. Segundo o autor, ao lutarem contra as trocas ecologicamente desiguais e contra os passivos ambientais, o movimento pela justiça ambiental atesta a necessidade de Decrescimento.

Considerando que ambos se aproximam do *Buen Vivir* e reconhecem os movimentos por justiça ambiental como aliados, caracteriza-se, então, similitudes entre o Decrescimento e a Economia Solidária no Brasil.

Os atores da Economia Solidária no Brasil são, no geral, oriundos de setores da sociedade historicamente excluídos ou em situação de risco. Provêm de situações de luta contra o desemprego – cooperativas que assumem fábricas falidas; de luta pelo acesso à terra – MST; de busca pela (re)inserção na sociedade – egressos do sistema prisional,

portadores de transtornos mentais, dentre outros. A história demonstra que a ES no Brasil foi se compondo de atores, instituições e iniciativas que buscam garantir condições elementares de sobrevivência de determinados grupos sociais, ou mais estabilidade e oportunidades aos que já estavam inseridos, mas de maneira vulnerável. Parece então, que parte dos atores que construíram e que continuam construindo o movimento da Economia Solidária no Brasil estão, na sua maioria, na categoria dos movimentos populares reivindicativos, nos termos de Doimo (1995, p.95-114), cujas principais demandas dizem respeito aos acesso a direitos sociais (ICAZA, 2009).

O que se apreende da literatura do Decrescimento pesquisada é que seus atores se constituem de grupos inseridos socioeconomicamente, mas que promovem o questionamento do próprio sistema. O Decrescimento é, em parte, originário de movimentos antissistema, como antipublicidade, contra a construção de grandes obras, antiglobalização, dentre outros. Aparentemente, nenhum desses grupos são oriundos de setores populacionais tão vulnerabilizados como parte daqueles da ES no Brasil. Desta forma, os movimentos são formados predominantemente por atores com condições sociais distintas.

Quanto a formato de organização da Economia Solidária no Brasil e do Decrescimento, ambos são constituídos por diferentes atores que interagem de múltiplas formas em distintos níveis. Os movimentos criam, assim, rede de redes. São, então, semelhantes nesse aspecto. Ambos buscam se organizar social, política e economicamente de maneira difusa e incorporam a horizontalidade e a decisão coletiva como princípios que regem a interação de seus participantes, de modo a evitar que grupos ou pessoas prevaleçam sobre os demais. Há, então, nos movimentos uma convergência de forma e de princípios de organização. E, por estes princípios serem os que norteiam o modelo de sociedade que pretendem construir, os movimentos devem ser, portanto, entendidos como espaços de experimentação prática do tipo de organização societal que buscam.

Mas, há distinções que podem inclusive, ser antagônicas. Isto pois, no Decrescimento não há uma estrutura formal e inexistem instâncias que conferem centralização e hierarquia no movimento. Já a ES no Brasil apresenta uma estrutura formal e há instâncias com relações hierárquicas¹⁷, como é o caso das relações entre os Fóruns Municipais, Estaduais e o Nacional, embora as decisões sejam coletivas. Há, também, relativa burocratização do movimento, chegando a ser considerada por Faria (2011) como uma economia dos gestores. Entretanto, na presente pesquisa não se aprofundou na análise destes aspectos na ES, o que demandaria um estudo a parte.

¹⁷ Hierarquia é empregada no sentido de “classificação crescente ou decrescente, segundo uma escala de valor, de grandeza ou de importância” (HOUAISS e VILLAR, 2010, p. 406).

A partir da presente pesquisa não ficou claro se a multiplicidade de atores e ações que a literatura do Decrescimento faz referências se autorreconhecem como parte deste movimento ou se trata de uma iniciativa dos militantes e autores em agregar essa multiplicidade ao redor do termo Decrescimento. Por exemplo, os grupos do *Transition Towns* utilizam o termo Decrescimento e se reconhecem como parte do movimento ou estão meramente promovendo ações que os/as decrescentistas identificam como convergentes com as ideias do movimento? O mesmo questionamento vale para a *RES*, as iniciativas por moradias comunitárias, que também são entendidas no contexto do Decrescimento. Esta é uma questão que ficará em aberto nesta pesquisa.

Quanto à Economia Solidária no Brasil, parece estar mais claro que os atores que a literatura faz referência se autorreconhecem como articulados nesse movimento. Das quatro categorias de atores da ES em praticamente todas elas as organizações ou instituições utilizam a expressão “Economia Solidária” para se autodenominarem – e.g. EES, FBES, SENAES, CNES, ADS/CUT e Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária – ou se não trazem o termo consigo, pelo menos, estão articuladas nas redes de Economia Solidária ou ainda estão ligadas diretamente na história ou no fortalecimento do movimento – e.g. ITCPs e Cáritas.

Quanto às estratégias de ação de cada movimento também observam-se distinções e similitudes. A primeira dessas estratégias diz respeito ao ativismo oposicionista, cuja relevância é singular desde a origem do movimento pelo Decrescimento. Já na ES no Brasil, não se encontrou qualquer referência a esta estratégia de ação. A outra é a construção de alternativas que, segundo os/a atores/a no Decrescimento, compreende, dentre outras: iniciativas participativas locais, descentralizadas e de pequenas escalas, como reciclagem, reuso, cooperativas de consumo, bancos alternativos, ou cooperativas de crédito. Demaria e colaboradores/a (2013) citam a Economia Solidária dentro desta categoria, e exemplificam-na fazendo referência à *Reti di Economia Solidale (RES)* da Itália. Nestes termos, pode-se sugerir que diversas iniciativas da ES no Brasil são convergentes com esta estratégia de ação do Decrescimento. São inúmeras as cooperativas de consumo e atividades de coleta seletiva de lixo para reciclagem e reutilização de resíduos que compõem os EES (SENAES, 2013). Além da presença de bancos e moedas comunitárias, cooperativas de crédito e iniciativas que ressaltam a economia local como alternativa e que já foram identificados pontos convergentes entre ES e Decrescimento (BOCCATO-FRANCO e NASCIMENTO, 2013; GOMES e NASCIMENTO, 2010).

Salienta-se, no entanto, que as alternativas propostas na Economia Solidária estão centradas na dimensão trabalho-produção-consumo, enquanto que no Decrescimento, além

de não tratarem expressivamente dessa dimensão, avança em outras direções evocando, por exemplo, o vegetarianismo, as ecovilas e as moradias comunitárias¹⁸. Estas últimas são um tipo de habitação colaborativa, cujas características fundamentais incluem: a participação dos/as residentes nas diferentes atividades da comunidade, seja no planejamento ou na execução de tarefas e serviços; possuem amplas instalações e equipamentos de uso comum; adotam processos participativos e diretos de tomada de decisão sobre todos os aspectos da organização comunitária, garantindo que cada pessoa tenha direito a voz e a um voto; e não existe hierarquia (LIETAERT, 2010). Ao incluir as moradias comunitárias na matriz de alternativas do Decrescimento, o movimento busca experimentar a implementação de princípios de autogestão, horizontalidade, participação, além de constituir espaços com grande potencial para ir além da economia de mercado e recriar relações e laços sociais. Assim, transcende o âmbito trabalho-produção-consumo como espaço de experimentação e de transformação ao qual a ES no Brasil se mantém restrita. Caracteriza-se, então, outra distinção.

18 Moradia comunitária é a tradução livre do termo em inglês *cohousing*.

4 INDIVÍDUOS, COLETIVIDADE E TOMADA DE DECISÕES

Elementos presentes nos movimentos que dizem respeito aos processos de tomada de decisão e às liberdades coletivas e individuais trazem à luz conceitos como autonomia, democracia e autogestão. O presente capítulo trata dessas temáticas e das determinações que interferem nesses princípios e procedimentos como, por exemplo, a tecnologia e o mercado. Contribui assim para identificar as categorias analíticas valores, antagonismo, prática social e discursiva e escola/corrente teórica/filosófica.

4.1 SOCIEDADE AUTÔNOMA E DEMOCRACIA NO DECRESCIMENTO

Nos textos de Serge Latouche é recorrente a referência à construção de uma sociedade autônoma pela via do Decrescimento (LATOUCHE, 2009a, p.225; 2009b, p.12, 41, 42, 78; 2010, p.520). Não por acaso que Martínez-Alier e colaboradores (2010) ao se referirem aos pensadores franceses do Decrescimento observam que

in their writings, we find the aspiration to get rid of capitalism which destroys man and nature, but without explicitly aspiring to construct a “radiant socialism” (see e.g., Ariès, 2005). Instead their keyword is autonomy: autonomy of individuals, small groups, regions, and the like (p. 1744.).

Colocando luz sobre o sentido da autonomia para o Decrescimento, Latouche (2009b) afirma que

deve-se entender autonomia no sentido forte, etimológico (*autonomos*, “que se dá suas próprias leis”), em relação à heteronomia da “mão invisível” do mercado, da ditadura dos mercados financeiros e dos ditamos da tecnociência na sociedade (super)moderna (p.55).

O autor reconhece que

o projeto de uma sociedade autônoma e econômica abarcado pelo *slogan* do decrescimento não é de ontem. Sem remontar a algumas utopias do primeiro socialismo, nem à tradição anarquista renovada pelo situacionismo, ele foi formulado desde o fim dos anos 1960 e de uma forma próxima da nossa, por André Gorz, François Partant, Jacques Ellul, Bernard Charbonneau, mas sobretudo por Cornelius Castoriadis e Ivan Illich. O fracasso do desenvolvimento do Sul e a perda de referências no Norte levaram esses pensadores a questionar a sociedade de consumo e suas bases imaginárias: o progresso, a ciência e a técnica (LATOUCHE 2009b, p.13).

Martínez-Alier e colaboradores (2010) complementam o sentido da autonomia no Decrescimento, seguindo no mesmo rumo de Serge Latouche e acrescentando a figura do Estado, como se vê:

Illich (1994) also acknowledged the importance of Ellul's ideas and criticized modern institutions, including education and medicine, arguing that they tend to create and multiply impediments to people's autonomy. Illich instead promoted a vision of a ‘modern subsistence society’ as a way of life in a

post-industrial economy where people would be less dependent on the market and the State and technology would be developed to generate what he coined as 'genuine use values' (Illich, 1981) (p.1743).

Nestes excertos, vê-se referências explícitas ou citações diretas de André Gorz, Bernard Charbonneau, Ivan Illich e Jacques Ellul¹⁹. Nos textos do *corpus* básicos estes autores são citados de modo mais ou menos geral, sem um aprofundamento²⁰. Por isso, lançou-se mão, de modo complementar, da pesquisa de Bádue (2012) que estudou o movimento pelo Decrescimento francês em relação a movimentos precedentes, cujo ponto de partida da autora foi a *nouvelle gauche* – nova esquerda. Para tanto, Bádue (2012) abordou as ideias centrais desses quatro autores:

muitas das propostas e práticas envolvidas com o decrescimento, apesar de aparecerem aos olhos de jovens militantes como uma novidade, já estiveram presentes nas mobilizações da nova esquerda nos anos 1960. Contudo, apesar da proximidade entre as ações, o que é retomado deste período na construção do decrescimento é menos o repertório das práticas do que a produção teórica de autores como Bernard Charbonneau, Jacques Ellul, Ivan Illich e André Gorz (p.13).

Resguardadas as diferenças entre eles, segundo a autora, seus pontos em comum dizem respeito à ampliação da determinação que a técnica assumiu nas dimensões fundamentais da vida humana como as necessidades, o trabalho e o desejo, levando ao desaparecimento das condições da autodeterminação humana e, portanto, de sua liberdade. Por ser o progresso técnico típico da sociedade industrial, a expansão desta restringe os espaços de autonomia, determinando a vida das pessoas em função da própria indústria.

Bádue (2012) explica como Ivan Illich caracteriza um dos aspectos da submissão da vida humana à técnica. Esta submissão se refere à transformação das necessidades humanas na necessidade de se consumir um produto industrial. Por exemplo, a necessidade de mobilidade passou a ser a necessidade de se ter um carro. A sede se transformou na necessidade de tomar refrigerante. Além disto, parte das necessidades são criadas pela própria sociedade industrial como, por exemplo, o advento dos veículos automotores tornou as distâncias que as pessoas devem percorrer cotidianamente intransponíveis sem que se utilize esses veículos. Deste modo, a industrialização criou a necessidade de veículos automotores e só a indústria os produz. Em termos mais gerais, a indústria passou a deter um monopólio radical sobre as necessidades humanas, em que a

19 Não é intenção desta dissertação se aprofundar no debate teórico a respeito da autonomia e democracia, mas tão somente apresentar as fontes teóricas utilizadas pela literatura do Decrescimento sobre essas temáticas. Por isto, não se recorreu às obras originais dos autores citados, como André Gorz, Bernard Charbonneau, Ivan Illich, Jacques Ellul, Takis Fotopoulos e Cornelius Castoriadis. Deste modo, as obras de cada um desses autores estão devidamente referenciadas nos textos dos *corpora* básico e complementar citados.

20 Os textos do decrescimento presentes no *corpus* básico têm a generalidade como característica, pois são uma espécie de introdução geral ao decrescimento.

técnica industrial não só produz as necessidades para as pessoas, como somente os bens e serviços produzidos por ela é que são capazes de atenderem essas necessidades.

Nestes termos, Bayon e colaboradores (2011) classificam a crítica de Illich como uma “*crítica del sistema de necesidades*” (p.23). Ao se referirem a ela os autores, argumentam que Ivan Illich propunha uma crítica extensa à industrialização.

En todos los “progresos” aportados por la industria en la esfera de la productividad, él [Illich] identificaba dos umbrales. El primero se cruza cuando una actividad social es confinada a un cuerpo de especialistas (la salud confiada a los médicos, por ejemplo). El segundo se alcanza cuando la población es totalmente dependiente y cuando, “por falta de medios” (que de todas as maneras deberían ser infinitos), se crea una jerarquía en el acceso a los servicios. La utilidad marginal del excedente de especialización comienza a decrecer, pues es la institución la que crea la escasez a la cual pretende poder responder enseguida (p. 32).

Para exemplificar, os autores afirmam que

para llevar una “existencia digna”, en los países desarrollados las personas deben consumir enormemente, so pena de ser excluidos. Y ese consumo no puede ser reducido fácilmente, ya que está determinado por la configuración de las infraestructuras. ¿Como vivir sin automóvil en una zona residencial? [...]. En consecuencia, el poder del utillaje se vuelve contra el hombre: “El poder del hombre sobre la herramienta se ha transformado en poder de la herramienta sobre el hombre”²¹ (p. 32-33).

Outro aspecto da submissão da vida humana à técnica diz respeito aos desejos das pessoas. Recuperando uma formulação de Ellul, Bádue (2012) faz referência ao fato de que “até o mais íntimo do sujeito converge com a ordem da técnica, de modo que os desejos sejam satisfeitos por produtos (que logo são substituídos)” (p.45).

Com as necessidades e os desejos humanos atrelados ao produto industrial ocorre uma profissionalização dos serviços de todos os tipos. Um exemplo disto é o paradoxo do carro, no qual:

na aparência, ele [o carro] conferia aos seus proprietários uma independência ilimitada, permitindo-lhes deslocarem-se por horas e em itinerários de sua escolha, numa velocidade igual ou superior à da estrada de ferro. Porém, na realidade essa autonomia aparente tinha como inverso uma dependência radical: diferentemente do cavaleiro, do charreteiro ou do ciclista, o motorista iria depender, para alimentação de energia ou para reparo da menor avaria, de vendedores e de especialistas em carburação, em lubrificação, em ignição e na troca de peças. Diferentemente de todos os outros proprietários de meios de locomoção, o automobilista iria ter uma relação de *usuário-consumidor* – e não de possuidor e mestre – com o veículo do qual formalmente era o proprietário. Dito de outra maneira, esse veículo obrigaria a consumir e a utilizar uma grande quantidade de serviços e de produtos industriais que somente terceiros poderiam lhe fornecer (GORZ, 2010 [1978], p. 41).

21 Os autores fazem uma citação direta de Illich (2004, p.469)

Latouche (2009b, p.124-125) reconhece a problemática dessa profissionalização utilizando a seguinte citação direta de André Gorz:

a force de monétariser, de professionnaliser, de transformer en emplois les rares activités d'autoproduction et d'autoservice que nous assumons encore nous-mêmes, ne réduit-on pas, jusqu'à finalement l'anéantir, notre capacité à nous prendre en charge nous-mêmes, sapant ainsi les fondements de l'autonomie existentielle mais aussi les fondements de la socialité vécue et du tissu relationnel? (GORZ,1991, p.65).

Nestes termos, o que André Gorz coloca em dúvida é que a industrialização torna o ser humano incapaz de cuidar de si, de autodeterminar suas necessidades e desejos e satisfazê-los por sua própria conta. Para praticamente tudo depende de profissionais especializados e de uma enormidade de bens e serviços altamente específicos.

Outra implicação, ainda nos termos de André Gorz conforme explicado por Bádue (2012), é que a técnica não está disponível para a maioria das pessoas, já que é controlada pelo capital que produz apenas aquela que seja passível de entrar na lógica da dominação. Uma vez dominada a técnica, ela serve para reger as relações de poder, de produção e da divisão hierárquica do trabalho. Nas palavras de Charbonneau, a ciência, enquanto base da técnica, ao mesmo tempo que melhorou a condição de vida das massas, concentrou nas mãos de poucos especialistas a autoridade e o poder (BÁDUE, 2012).

Para além da determinação da técnica sobre a humanidade há um segundo sentido da autonomia no Decrescimento que está relacionado com a democracia. Parte-se do entendimento de que *“la sociedad de crecimiento es necesariamente una sociedad fuertemente estatalizada y burocratizada”* (BAYON et al., 2011, p.47). Agrega-se, assim, a determinação das instituições sobre a sociedade que acaba por fragilizar a autonomia política das pessoas, na medida que reduz suas capacidades de intervenção direta nas decisões. Bayon e colaboradores (2011), argumentam por um

recuestionamiento radical del sistema de necesidades instaurado por los países desarrollados, ya sean capitalistas o socialistas. Este tema ha sido objeto dos trabajos propuestos nos anos 1970 por Ivan Illich, para quien el problema no reside solamente en la “mercantilización del mundo”, sino en el hecho de que las instituciones que se suponía eran productos de los ciudadanos, con o sin mediación representativa – esa es la definición mínima de la democracia – se han convertido en fines de si mismas, y solo persiguen su propia expansión destructiva. El ciudadano, pensado como fuente de normatividad, se ha convertido en un obstáculo que las instituciones quieren plegar a sus propios deseos. Illich muestra así que, más allá de determinados umbrales, el crecimiento del poder colectivo de las instituciones y de los instrumentos se vuelve contra la sociedad (BAYON et al., 2011, p. 25).

Bayon e colaboradores (2011) afirmam que *“una de las razones más importantes que hace necesario el decrecimiento es la amenaza que las instituciones del crecimiento económico lanzan sobre la democracia”* (p.209). Assim, os autores chegam a questionar se

realmente “¿vivimos aún en democracia?” (p.210) ou ainda se “¿la economía es la democracia?” (p.212). Para esta última pergunta, a resposta é que “la economía del crecimiento es un estado social (en el sentido de Tocqueville) que es incompatible con la democracia, y ello se debe a múltiples razones” (p.212-213).

Uma dessas razões é que a ciência econômica “se basa por completo en la idea de que existen evoluciones sociales que son 'pareto-óptimas', es decir, que un agente ve mejorar sus condiciones sin que ningún otro agente vea deteriorarse la suya” (p.213). Outra razão é que “la economía se basa en estadísticas de consumo que son tomadas de las estadísticas de venta; ella supone que todo bien consumido lo es voluntariamente y que ese consumo es el resultado de un arbitraje racional, informado y libre” (p.213) Mais uma razão da incompatibilidade com a democracia procede da

centralización administrativa contra la cual nos alertaba Tocqueville. En el plano material, esa centralización asume la forma de lo que Alain Gras, después de Thomas P. Hugues, llama “macrosistemas técnicos”, redes de flujo que permiten la organización centralizada del poder vía los sistemas de información, también llamados “redes” (BAYON et al., 2011, p.213).

Para os decrescentistas, continuam Bayon e colaboradores (2011),

lo que la “democracia de mercado” llama “opción privada” es la “libre opción” del individuo a solas delante de las estantería del supermercado frente a la pseudo-competencia de las diferentes marcas que pertenecen a una misma entidad central. Lo que esa entidad central prohíbe con el pretexto de la defensa de la “esfera privada”, es la libre discusión de las personas con respecto a sus estilos de vida, ya que esas discusiones escapan a la comparación de dos marcas de un mismo producto (p.216).

Para concluir a constatação de que a democracia “se encuentra en un estado deplorable” (p.217), Bayon e colaboradores (2011) afirmam que vivemos numa situação que Oliver Borraz chama de *recreancy*:

ante a un riesgo colectivo que ellas mismas han producido, as élites y las instituciones tratan antes todo, de protegerse a sí mismas, de generar la “aceptabilidad social del riesgo” y no de sondear a los ciudadanos para conocer las reformas capaces de hacer con que las instituciones sean adecuadas para sus aspiraciones.

El argumento de la “democracia” vuelve a imponer la paz social y el silencio; respetar la democracia es renunciar a perturbar un orden público que las autoridades consideran ser el menos malo de los mundos posibles. La democracia se resume entonces en poder seleccionar entre partidos políticos cuyos programas es casi idénticos (p.217-218).

Fournier (2008) por sua vez, reconhece no Decrescimento o debate entre o imperativo econômico e a escolha democrática.

A concept central to degrowth is that of democracy, and with it, the affirmation of choice in the face of the supposed inevitability or autonomy of the growth economy. Degrowth foregrounds choice by firmly placing what are usually presented as inevitable economic rules or forces within a democratic framework, and questioning “immutable” economic precepts

such as the commonly deployed notion that growth (and efficiency) will help protect and create jobs; and surely no one could stand against this! (p.535).

Além disso, a problematização da humanidade pela fonte democrática do Decrescimento trata da *“amenaza que la sociedad de consumo hace pesar sobre las libertades individuales y colectivas”* (BAYON et al., 2011, p.44-45). Nesta perspectiva, conduzida sobremaneira por Vincent Cheynet, Bruno Clémentin e Paul Ariès, na sociedade de consumo as fontes principais da opressão são

los modos de vida impuestos por la maquinaria social, la “felicidad conforme” y sus vectores privilegiados como son la publicidad y el falso discurso de libertad que ella transmite. La publicidad esconde lo que desalentaría las vendas, pone ante los ojos del ciudadano un mundo encantado donde los transgénicos salvan los hambrientos, donde las centrales nucleares son apropiadas y los obreros son “socios” de sus patrones (BAYON et al., 2011, p.45).

Avançando da problematização para a proposição, Latouche (2009a; 2009b) defende um projeto de renascimento do local em que a democracia e autonomia são essenciais e estão interconectadas. Para o autor, elas são duas facetas de um programa de realocização da vida humana. Ao tratar da primeira como uma “democracia ecológica local” Latouche (2009b, p.59) faz referências a experiências e proposições teóricas.

Uma das iniciativas mais originais e promissoras é certamente a rede das comunas novas na Itália. Trata-se de uma associação constituída de pesquisadores, movimentos sociais e várias autoridades locais de pequenas comunas, mas também de entidades mais importantes, como a província (departamento) de Milão e a região Toscana, que, no plano local, quer resolver de maneira honesta os problemas produzidos pela desmedida da sociedade de crescimento (LATOUCHE, 2009b, p.62).

Estas iniciativas se reúnem na *Associazione Rete Nuovo Municipio*. Para ilustrá-las Latouche (2009a), reproduz parte se sua carta política e afirma que

se trata de “un proyecto político que valoriza los recursos y las especificidades locales, al fomentar procesos de autonomía consciente y responsable, y al rechazar la conducción exterior (heterodirección) de la mano invisible del mercado planetario”.²² En la perspectiva ofrecida, lo local no es un microcosmos cerrado, sino un núcleo en una red de relaciones transversales virtuosas y solidarias, con el objetivo de experimentar practicas de refuerzo democrático capaces de resistir a la dominación liberal. Dicho de otra manera, se trata de laboratorios de análisis crítico y de autogobierno para la defensa del bien común (p.192-193).

O autor também fala da necessidade de *“inventar o reinventar [...] una democracia de proximidad”*, ou seja, a *“democracia ecológica se realizará dentro del 'localismo”* (LATOUCHE, 2009a, p.191). Nesta perspectiva, Latouche (2009a) faz referências ao filósofo grego Takis Fotopoulos

22 O autor faz uma citação direta da Carta del Nuovo Municipio (ARNM, [2---])

que desarrolló esta idea, el localismo se presenta casi exclusivamente bajo esta dimensión política, al ser también la solución a las contradicciones económicas. La democracia generalizada que preconiza este autor supone una “confederación de *demos*”, es decir de pequeñas unidades esenciales (p.191).

Ainda se baseando em Takis Fotopoulos, Latouche (2009a) afirma que *“la política ya no sería sólo una técnica para mantener el poder y ejercerlo, sino volvería a ser la autogestión de la sociedad por parte de sus miembros”* (p.193).

Além de uma abordagem da ação política local por meio da democracia, Latouche (2009b) trata da outra vertente do localismo e que dá mais uma dimensão da autonomia no Decrescimento, mas que está interligada as dimensões tratadas nos parágrafos acima. Trata-se da “autonomia econômica local” (p. 64). Segundo Latouche (2009a) consiste em

producir de manera local, esencialmente productos que sirvan para satisfacer las necesidades de la población a partir de empresas locales financiadas por el ahorro generado localmente (p.188).

O autor sugere que a realocização “implica na busca da autossuficiência alimentar em primeiro lugar, depois econômica e financeira” em que “conviria manter e desenvolver a atividade básica em cada região: agricultura e horticultura, de preferência orgânica” (LATOUCHE, 2009b, p. 64). Utilizando as ideias de Willem Hoogendijk, Latouche (2009b) descreve como seria um novo modelo de produção orgânica:

uma agricultura extensiva ao ar livre em fazendas mistas [...]. Uma horticultura extensiva, também, com as atividades de conservação e de secagem dos produtos e as outras transformações relacionadas. Em seguida, nossos dejetos, incluindo no longo prazo, nossos excrementos, devem retornar à terra como fertilizantes, alimentos para gado e adubo. Comprando regularmente “cestas de verdura e legumes” de agricultores individuais e lhes dando uma mão na colheita (como já se pratica um pouco por toda parte no mundo), podemos tecer vínculos mais estreitos entre fazendeiros/criadores e consumidores de seus produtos (p.65).

Adicionalmente à autonomia alimentar, Latouche (2009b) também fala em se obter

a autonomia energética local: as energias renováveis “são adaptadas às sociedades descentralizadas, sem grandes concentrações humanas. Mas essa dispersão é também uma vantagem: cada região do mundo possui um potencial natural para desenvolver um ou vários negócios de energia renovável”²³ (p.66).

Completando o projeto de autonomia econômica local, Latouche (2009b) defende o incentivo ao comércio local, já que “um emprego precário gerado nas grandes redes de varejo destrói cinco empregos duradouros nos comércios de vizinhança”²⁴ (p. 66). Além de uma verdadeira política monetária local “para manter o poder de compra dos habitantes, os fluxos monetários deveriam permanecer na região o máximo possível, ao passo que as

23 O autor faz uma citação direta de Cochet (2005, p.140)

24 Esta é uma citação direta de Jacquiau (2006)

decisões econômicas devem ser tomadas no nível da região, também aí o máximo possível”²⁵ (p.67).

Para concluir sua abordagem sobre estratégia de renascimento local, Latouche (2009a) considera que

se trata de coordinar la protesta social con la protesta ecológica, con la solidaridad hacia los excluidos del Norte y del Sur, con todas las iniciativas asociativas que van en el sentido de una revitalización de lo local, para articular, en una sociedad autónoma, que participa no decrecimiento convivencial (p.195).

Avançando para textos complementares ao *corpus* básico que analisam especificamente a autonomia e a democracia no Decrescimento, depreende-se que os significados destes termos está em aberto e em pleno debate (CATTANEO et al., 2012). Existe tanto uma diversidade de adjetivos dado à democracia, tais como direta, inclusiva, participativa, deliberativa, real, ou representativa, como diferenças na forma de seu entendimento: ora como um regime social mais amplo e um conceito substantivo que não pode ser descolado da autonomia; ora como um simples mecanismo ou procedimento de tomada de decisão (ASARA et al., 2013). Há também referências na defesa de uma radicalização da democracia, ao mesmo tempo que há o reconhecimento da relevância da democracia representativa e suas deficiências, com propostas para sua melhoria por meio de uma maior participação dos/as cidadãos/ãs (LATOUCHE, 2009a). Neste último caso, há o reconhecimento, por exemplo, de propostas como “*los presupuestos participativos (según el modelo de Porto Alegre en Brasil), los consejos de barrio, etc.*” (BAYON et al., 2011, p.47). Outrossim, a democracia direta, nos termos de Cornelius Castoriadis, que não se limita ao sentido da autogestão de trabalhadores/as num determinado empreendimento, mas a auto-organização da sociedade em formas coletivas de participação direta nas tomadas de decisões. Neste caso, a democracia seria mais que um modelo institucional ou um regime. Ela seria a própria sociedade autônoma em que as decisões coletivas são soberanas, e onde os/as cidadãos/ãs estão conscientes de que são eles/elas mesmos/as que definem os limites para seu próprio poder (ASARA et al., 2013).

4.2 AUTOGESTÃO, AUTONOMIA E MERCADO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária no Brasil, tem “como seu principal elemento constitutivo a autogestão” (BENINI, 2012, p.41), o que faz este preceito estar presente em todo o *corpus* básico da ES analisado nesta dissertação. Apesar desta ampla referência ao termo, o seu emprego carece de precisão. Faria (2011) reconhece que

25 Parte de uma citação direta de Lietaer (2006, p.76)

é notória a existência do problema do nominalismo ou, mais precisamente, da utilização de expressões e conceitos operando como quase sinônimos. Assim, por exemplo, os termos autogestão e cooperativismo podem aparecer lado a lado, referindo-se a uma mesma situação, com o conteúdo ancorado quase sempre na nova forma assumida pela propriedade das empresas (p.34).

Além do nominalismo, há uma polissemia em torno da palavra autogestão, “passando por espectro que vai desde defensores do 'socialismo de mercado’”, no qual seria possível uma conciliação da autogestão dentro das fábricas com a competição no mercado, “até aqueles que questionam a propriedade dos meios de produção e a perda do controle do produto do trabalho numa sociedade regida pela produção de mercadorias” (NOVAES, 2011, p.68). Se trata, então, de uma palavra em disputa.

Para Novaes (2011, p.68), “a Economia Solidária deu muita atenção às decisões 'democráticas' realizadas 'dentro dos muros' de Cooperativas Populares, Associações de Trabalhadores e Fábricas Recuperadas, sem, no entanto, realizar uma crítica profunda aos 'mecanismos de mercado’”. O autor entende que tanto os teóricos quanto os movimentos sociais que compõem a ES no Brasil questionam a propriedade dos meios de produção, que devem estar nas mãos dos/as trabalhadores/as, mas não questionam a necessidade de uma coordenação global da produção pelos produtores associados, deixando-a esta ao mercado. Considerando como absurda esta formulação, Novaes (2011) recorre a autores como István Mészáros, Charles Bettelheim, Ernest Mandel e Maurício Tragtenberg para defender uma abordagem da autogestão que extrapole os muros dos empreendimentos solidários e que busquem a coordenação global da produção, de modo que os/as trabalhadores/as atinjam o controle social de suas próprias vidas. A crítica que Novaes (2011) constrói é destinada ao fato de que

os pesquisadores da Economia Solidária no Brasil seguem propondo uma contradição a conciliação de “autogestão” das fábricas e competição no “mercado”, cooperação e competição, “eficiência” da cooperativa e “anarquia” da produção (p.76).

O autor destina sua crítica nominalmente à Paul Singer “o mais ilustre de todos os expoentes da Economia Solidária no Brasil” (p.76). Para tanto, usa uma referência direta em que afirma que o colapso do socialismo real convenceu a maior parte dos marxistas de que o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição de mercado (p.76). Baseando-se em Ernest Mandel, Novaes (2011) problematiza esta ideia de conciliação de mercado e de competição:

ele [Mandel] nos lembra que o grosso de bens intermediários não é alocado através do “mercado”. Eles são feitos sob encomenda. O mesmo argumento vale para as licitações públicas, pois estas não conduzem à fabricação de diversos produtos que poderiam ser obtidos numa prateleira. Sendo assim, Mandel (1991) acredita que a maior parte da produção no capitalismo atual

atende a padrões estabelecidos de consumo e à técnicas pré-determinadas de produção, que são em grande medida, senão completamente independentes do “mercado” (p. 76).

Complementando a defesa de que a competição é relativa, Novaes (2011) se baseia em João Bernardo para afirmar que

uma parte muito considerável do comércio mundial, que as estatísticas continuam a apresentar convencionalmente sob a forma de transações entre países, é na realidade constituída hoje por transferências de bens e de serviços dentro das mesmas empresas transacionais (p.77).

Ao problematizar a ideia de mercado e de “concorrência pura”, Novaes (2011) critica também os defensores das Redes de Economia Solidária (RES) que, segundo ele, “acreditam que é possível 'blindar' ou 'isolar' a Economia Solidária dos 'efeitos negativos' da 'concorrência' sob os empreendimentos econômicos solidários” (p.81). Para o autor

é evidente que os defensores das redes estão interessados na expansão e na integração entre os diversos empreendimentos da Economia Solidária. No entanto, um breve olhar para a inserção das Cooperativas, Associações de Trabalhadores e Fábricas Recuperadas nos mostraria que o capital transnacional domina praticamente todas as etapas da cadeia produtiva. Quando se tenta “integrar” ou “fechar” relações entre as cooperativas, logo se verifica que os empreendimentos são, na verdade, concorrentes por um mesmo “mercado” ou têm um baixo grau de complementariedade (p.81)

Como proposta, Novaes (2011, p.91) sugere que o mercado deve ser substituído totalmente pela “autogestão articulada dos produtores” nos termos de Ernest Mandel, de modo que os/as trabalhadores/as sejam participantes ativos/as das tomadas de decisão direta da economia e da sociedade, e não apenas dos empreendimentos. Ao mesmo tempo o autor afirma que

apesar de questionarem de alguma forma a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores, os defensores das Redes de Economia Solidária e o professor Paul Singer, não vislumbram, nem sequer a título especulativo, a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados. O “mercado” passa a ser naturalizado como algo que não pode ser superado. Poderíamos dizer que isso pode estar ocorrendo em função do contexto defensivo que vive a classe trabalhadora, no entanto, em nenhum momento tanto os teóricos da Economia Solidária quanto os movimentos sociais que a congregam sequer sinalizam teoricamente tal necessidade (NOVAES, 2011, p.82).

Faria (2011) agrega Cornélio Castoriadis no debate sobre a autogestão, dando a ela um sentido que também vai para além das fábricas e das fronteiras entre os países, na ideia da autoinstitucionalização de uma nova sociedade autônoma e autogestionária.

uma sociedade autogerida é uma sociedade onde todas as decisões são tomadas pela coletividade que é, a cada vez, concernida pelo objeto dessas decisões. Isto é, um sistema onde aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente o que devem fazer e como fazê-lo nos limites exclusivos que lhes traçar sua coexistência com outras unidades coletivas. Desta forma, decisões que dizem respeito aos trabalhadores de uma oficina

devem ser tomadas pelos trabalhadores dessa oficina; aquelas que se referem a outras oficinas ao mesmo tempo, pelos respectivos trabalhadores ou pelos delegados eleitos ou revogáveis; aquelas que dizem respeito a toda a empresa; por todo o pessoal da empresa; aquelas que se referem ao bairro, pelos moradores desse bairro, e aquelas que dizem respeito a toda a sociedade, pela totalidade dos homens e das mulheres que nela vivem (Castoriadis, 1983, p.212-213).

Faria (2011) sugere como desafio à autogestão o de formar redes de intercâmbio para a produção material, rompendo com o mercado concorrencial capitalista. Esse sentido mais amplo da autogestão neutralizaria o risco de ser reduzida a um simples procedimento técnico de gestão industrial e reafirma o seu conteúdo utópico e o seu potencial anticapitalista, unificando a luta política e a luta econômica, ligadas à experiência histórica do movimento operário.

Para o autor, a implementação da autogestão nestes termos choca-se frontalmente com o sistema capitalista vigente que é, em tese, concorrencial, hierárquico e com predominância da heteronomia. Assim, as experiências autogestionárias imersas nesse contexto enfrentam vários obstáculos, entre os quais: “o isolamento, que implica no estabelecimento de relações com o mercado mundial; a questão tecnológica, que permite apenas o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas; e o Estado, cujo fundamento legalista procura enquadrar essas experiências nas normas jurídicas capitalistas” (p.305). Dessarte:

o problema da transição para um novo modo de produção significa, nesta perspectiva, a criação das condições sociais que permitem o desenvolvimento das relações coletivas e igualitárias no campo da produção e em outras esferas da vida social, dando azo ao surgimento de um novo mercado fundado na solidariedade, uma nova tecnologia e a reorganização do processo técnico sob princípios próprios de produtividade, com a produção de outros tipos de produtos tendo em vista outro modelo de consumo.

A este processo João Bernardo chamou “Lei do institucional”, referindo-se, grosso modo, aos momentos em que os trabalhadores se revelam capazes de inverter as contradições resultantes da lei do valor, lei fundamental do modo de produção capitalista (FARIA, 2011, p. 314-315).

Saindo do debate acadêmico e entrando no discurso político da ES no Brasil, o FBES (2013) afirma que

na Economia Solidária utilizamos a autogestão, como princípio fundamental para todos os grupos e organizações que trabalham de maneira associada, sejam eles entidades de apoio, empreendimentos econômicos solidários ou programas e projetos de políticas públicas voltados para a Economia Solidária.

[...].

A autogestão precisa ser construída no coletivo, é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida, e não apenas na gestão do empreendimento, embora seja a forma mais expressiva pela busca do compartilhamento da gestão do trabalho, buscando a autonomia e a independência sócio-política e econômica dos indivíduos que compõem

cada coletivo. A autogestão é um princípio da economia solidária que pensa a transformação da organização da sociedade (p.39).

A partir deste excerto, identifica-se o entendimento de que a autogestão deve ir para além dos muros dos empreendimentos e abarca diferentes setores e atores da sociedade. Identifica-se, também, que a ideia de autogestão vem ligada com a ideia de autonomia. Reforçando esse entendimento, o documento final da V Plenária Nacional do FBES, traz uma subseção intitulada “Autogestão e Autonomia” (FBES, 2013, p.39-42). Tal qual autogestão, a autonomia deve ser partilhada em todas as instituições envolvidas na rede que constitui a Economia Solidária, não só nos empreendimentos produtivos:

para a autogestão acontecer é necessário que o trabalho coletivo busque sempre construir espaços de autonomia nos empreendimentos solidários e nas entidades de apoio, nos fóruns e em nossas metodologias de formação, articulação política e na realização de assembleias e plenárias; para decidir em conjunto, assegurando a democracia interna (FBES, 2013, p.40).

Inexiste uma definição clara do significado da autonomia nos textos do FBES que compõem o *corpus* básico. Mas, pode-se identificar o emprego do termo em, pelo menos, duas acepções: autonomia em relação ao Estado e autonomia em relação ao mercado. A primeira trata dos recursos governamentais, em que se busca uma relação com as políticas públicas enquanto direitos, mas não numa relação de dependência com programas de governo. Esta formulação pode ser apreendida nos seguintes excertos:

A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores (FBES, 2003, p.3).

Com vistas à sustentabilidade econômica dos EES [Empreendimentos Econômicos Solidários] e o desenvolvimento da Economia Solidária, é necessário romper com sua dependência do Estado/governo nas três instâncias governamentais. Enquanto movimento social a economia solidária deve ter total autonomia para apresentar suas demandas e manter sua natureza, pautando e demandando políticas públicas. O rompimento é no sentido de reafirmar a autonomia dos EES e do movimento em relação ao Estado, reconhecer a necessidade de pensar a correlação de forças com o Estado. Queremos que os trabalhadores sejam sujeitos da própria história e não inseri-los no sistema atual, mas libertá-los (FBES, 2013, p. 36).

Assim, autonomia se relaciona com a viabilidade das atividades sem serem dependentes do governo e do Estado (FBES, 2003; 2013).

A segunda noção diz respeito à autonomia em relação ao que produzir e para quem produzir, sem que isto seja determinado pelo mercado capitalista. O problema apresentado aqui é que a lógica do capital é um limitante à autonomia dos empreendimentos solidários. Afirmam, assim, que “a construção da autonomia passa por estabelecer outras formas de comercialização, um novo mercado” em que haja uma articulação muito próxima entre as

necessidades sociais e os grupos produtores (FBES, 2013, p.48). Neste sentido, o FBES (2013) apresenta sua visão sobre um “novo mercado”:

é muito importante que discutamos profundamente o tema “mercado”, sua função e importância. Precisamos fomentar outras relações de mercado, com espaços de trocas de produtos e serviços, compreendendo o mercado como espaço provedor da vida, da troca e do encontro, e não de lucro, além do estímulo às novas práticas de consumo, implicando em uma revisão de valores, e de uma educação voltada ao consumo responsável (p. 36).

Por entenderem a relevância da determinação do mercado capitalista nos empreendimentos da ES, está presente nas orientações políticas resultantes da V Plenária Nacional da Economia Solidária uma subseção específica ao tema mercado (FBES, 2013, p.46-50). Apresentam a “nossa concepção de mercado, nosso ideal de economia” em que afirmam que a

emancipação é a/o produtor/a ter autonomia para produzir e um mercado solidário garantido. É quando o próprio grupo toma as decisões (o que fazer e como agir) em espaços coletivos, traçando os caminhos a serem trilhados para se tornar independente, assumindo erros e acertos, que se sustenta economicamente e que faz sua própria gestão consolidando sua produção (FBES, 2013, p.48).

Reforçando a importância de ser ter independência para se escolher o que produzir, o FBES (2013) orienta que

para construirmos na prática esta emancipação é necessário ter uma leitura real da sociedade para eleger prioridades: produzir para quem e para quê? Por isso precisamos ser criativos na (re)invenção do mercado, porque o mercado existente hoje não oferece as condições para os empreendimentos solidários, cuja lógica não é de grande escala, mas é carregada de forte sentido cultural, ligada aos povos e comunidades que a praticam. Como tornar os nossos empreendimentos sustentáveis economicamente? Temos muitos caminhos: um deles é pensar em produzir o que precisamos, para todas/os.

[...].

A emancipação só irá acontecer quando avançarmos na articulação, de nossas necessidades com os grupos de agricultoras/es, produtoras/es, artesãs/ãos, cooperativas de serviços, enfim, todas/os as/os que fazem a Economia Solidária, no bairro, na comunidade, na cidade, no estado, no país (FBES, 2013, p.48-49).

A democracia aparece nos textos do FBES, na maioria das vezes relacionada com a autogestão. No entanto, esse termo é citado sem aprofundamento sobre o seu significado. Ela é evocada como um princípio ou um valor que deve ser perseguido.

O movimento de Economia Solidária propõe que os movimentos sociais construam conosco o viver e trabalhar nos princípios da autogestão, da democracia e da solidariedade [...] (FBES, 2013, p.28).

[...] precisamos ter uma mudança de atitude, pela necessidade de enfrentamento ao capitalismo, exigindo a implantação de um projeto político fundamentado nos valores do bem viver: cooperação, solidariedade, autogestão, na democracia, [...] (FBES, 2013, p.33).

A autogestão é essencial para garantir a sustentabilidade que se concretiza principalmente através do exercício cotidiano da democracia, participação coletiva, [...] (FBES, 2013, p.41).

Aparece também como um objetivo:

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.

[...]

O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento (FBES, 2003, p.3).

Como um procedimento:

A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa (FBES, 2003, p.3).

E, por fim, como crítica:

Na atual cultura política, o que observamos é a privação do conhecimento, a falta da democracia real, a imposição da mídia (FBES, 2013, p.33).

Mothé (2009) proporciona ao *corpus* básico da ES uma teorização da relação entre autogestão e democracia. Para o autor, “a autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta” (p.26). No contexto da autogestão, o autor apresenta resumidamente três tipos de democracia: a representativa, a participativa e a radical. O autor não faz relações entre a representativa e a autogestão, o que leva a crer que são incompatíveis. Por outro lado, o autor considera que

a democracia participativa é uma forma atenuada de autogestão, consistindo em reunir-se, em assembleias, o conjunto dos atores envolvidos em um tema com vistas a debater-lo [...] Frequentemente, o papel dessas assembleias é apenas consultivo, e a participação nesses encontros não é conquistada por seus executantes, mas viabilizada pelos dirigentes (p.26).

Já a democracia radical

é uma forma ampliada de autogestão, na qual todos os cidadãos devem poder debater e votar sobre as leis e regras administrativas que lhes digam respeito. Sua consequência é o aumento do poder direto do cidadão e a diminuição da margem de manobra de seus representantes e de expertos (p.26).

4.2.1 Unidade entre posse e uso dos meios de produção e de distribuição; cooperação e a solidariedade

A análise sobre o tratamento dado à autogestão, democracia e autonomia nos textos do *corpus* básico da Economia Solidária leva a outro debate existente nesse movimento: o da unidade entre posse e uso dos meios de produção. Descrever este debate traz a luz mais elementos que permitem colocar a ES no Brasil e o decrescimento em relação.

A Economia Solidária tem como uma de suas características básicas a propriedade coletiva ou associativa dos meios de produção onde devem prevalecer relações de cooperação, em detrimento da competição. A cooperativa é a forma organizacional típica dos empreendimentos econômicos solidários. Pelo fato dos empreendimentos serem propriedade dos/as trabalhadores/as há autores que defendem não existir separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção (SINGER, 2002b). Busca-se, então, organizar o trabalho isento das figuras do patrão/patroa e do/a empregado/a, onde o trabalho é coletivo e autogestionário (FBES, 2013, p.28). O trabalho “é visto como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, contrapondo-se à alienação da produção nas relações do trabalho capitalista, e isto só é possível com a autogestão vivida por todas/os que a praticam” (FBES, 2013, p.39).

A partir destas formulações textuais depreende-se indícios que há na ES no Brasil a intenção de superação: i) da propriedade privada; ii) da divisão hierárquica do trabalho, iii) das relações competitivas; iv) e da heteronomia. Para Singer (2002a), em última instância, a ES foi concebida para ser “uma alternativa superior ao capitalismo” (p.114). Entretanto, a Economia Solidária como promotora destas superações tem sido objeto de debate acadêmico, conforme segue abaixo.

Aqueles que relativizam a capacidade da ES em superar o capitalismo se apoiam, de modo mais ou menos explícito, nas mediações de segundo grau que estruturam o capital, formuladas por István Mészáros, sistematizadas em Benini (2012): i) a propriedade privada dos meios de produção; ii) o intercâmbio comercial, que submete o valor de uso à lógica de acumulação do valor de troca; iii) e a divisão social e hierárquica do trabalho. Baseado nestas mediações e fazendo referências à Rosa Luxemburgo e Maurício Tragtenberg, Benini (2012) entende que a evolução esperada de uma cooperativa é se tornar uma empresa capitalista. Isto ocorre, pois os elementos estruturantes do capital também estão contidos nas cooperativas já que

continua a primazia da propriedade privada dos meios de produção, pois ainda que não haja o proprietário individual, temos a figura de um “proprietário coletivo”, mas um coletivo restrito a grupos de associados, que tendem a competir entre si, pois não temos um sistema de trabalho coletivo plenamente integrado, mas sim um conjunto de unidades produtivas

(chamadas cooperativas), que estão desconexas, logo, flutuam sobre a lógica e os imperativos do valor de troca, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários (ou núcleos de trabalho associado) estão integrados entre si pelas mediações alienadoras do capital (BENINI, 2012, p.43).

Novaes (2011) aponta os limites da Economia Solidária como estratégia de superação do capitalismo já que ela se foca na mudança formal da propriedade dos meios de produção ou da apropriação das forças produtivas desenvolvidas pelo capital. O autor classifica a visão de Paul Singer e dos simpatizantes de Robert Owen como “apropriacionista”, pois considera que eles colocam em questão a propriedade das forças produtivas ao invés de sua reestruturação. A consequência, segundo o autor, é a superação do capitalismo, mas não a do capital, já que o aparato tecnológico capitalista é importado, tal qual, para os empreendimentos autogestionários. Junto com esse aparato, vêm, inexoravelmente, as relações sociais de produção do capital. A base desta crítica está em Novaes e Dagnino (2004) que se apoiam em: i) Andrew Feenberg que sugere que ao contrário da tecnologia aparecer como uma “instância não-social de pura racionalidade técnica” ela “nada mais é que um artefato sociocultural e que, por isso, não está livre de influências históricas, políticas, culturais” (p.191-192); ii) David Noble que também acredita que as relações sociais moldam a tecnologia, que a classe social dominante traz para a técnica seus valores e que há um desequilíbrio de poder nas decisões técnicas; iii) Rubem Alves que “destrói a ideia comumente disseminada” inclusive por “muitos teóricos da Economia Solidária” (p.197) de uma suposta neutralidade em que “[...] a tecnologia em si não é nem boa nem má, é a maneira como ela é utilizada que determina seu valor” chegando a afirmar que “os objetivos do sistema não são os produtos criados por ele, mas o bom andamento do sistema em si mesmo” (ALVES, 1968 *apud* NOVAES e DAGNINO, 2004, p.197); iv) e André Gorz e Charles Bettelheim como críticos do determinismo tecnológico que

afirmam que o marxismo tradicional deixou muito a desejar ao não compreender que a técnica de produção capitalista traz consigo a marca das relações capitalistas de produção e, portanto, relações sociais de produção distintas só poderiam se consolidar com o concurso de uma mudança radical e simultânea dos meios e técnicas de produção (e não apenas de seu emprego) (p.200).

Baseado nestes autores, Novaes (2011) destina sua crítica à tradição tecnicista da esquerda que entende a tecnologia e a ciência como neutras em que a técnica não estaria impregnada pelas relações capitalistas de produção. Em última instância, segundo o autor, implica em acreditar que as mesmas inovações tecnológicas que levaram à divisão do trabalho, sua intensificação e sua exploração no sistema capitalista, que é competitivo, poderiam favorecer a cooperação e o fim da divisão do trabalho. Para tanto, bastaria pôr um fim na propriedade privada. Para Novaes (2011) esta visão é equivocada. Segundo ele, se

focar apenas na propriedade das forças produtivas sem reestruturá-las é manter a divisão hierárquica do trabalho com sua natureza alienadora, pois a tecnologia foi constituída dessa e para essa natureza. E na Economia Solidária há a adoção da base técnica do capitalismo, assim como de seus processos materiais de produção.

Deste modo, a Economia Solidária estaria integrada pelas mediações alienadoras do capital. Portanto, não seria capaz de promover mudanças substantivas no regime socioeconômico. Benini e colaboradores (2012) advogam que

o limite da economia solidária não está centrado nas dificuldades de se praticar a autogestão no capitalismo, mas sim em não entender que autogestão implica em superar as mediações do capital, o que significa contrapor as instituições de dominação capitalista, logo, implica em se constituir uma organicidade, não fragmentada, dos elementos e mediação próprios do trabalho enquanto ontologia latente. Superar a fragmentação, das inúmeras formas de economia solidária, significaria simultaneamente desmontar as mediações alienadoras de segundo grau do capital (p.19).

Singer (2000) respondeu explicitamente o argumento de Rosa de Luxemburgo, e por extensão de outros/as críticos/as, que consideram que a ES não apresenta mudança fundamental no sistema socioeconômico, já que não elimina o capital. Para Singer esta conclusão é falsa:

primeiro, porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado de que só a prática proporciona. De outro modo, o que colocar no lugar da gestão capitalista? Certamente não um planejamento geral que centraliza todas as decisões econômicas nas mãos dum pequeno número de “especialistas”. Segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar. Afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e portanto de estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador. Terceiro, o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva (SINGER, 2000, p.18).

Ademais, Singer (2000) considera que a cooperativa permite que os/as trabalhadores/as se autoexplorarem menos do que na empresa capitalista, já que não têm a obrigação de produzir lucros proporcionais ao capital investido, além de terem autonomia para decidirem quando e como trabalhar.

Gaiger (2003) é outro que busca identificar características que diferenciam positivamente a Economia Solidária da economia capitalista. O autor analisa o caráter alternativo das práticas de autogestão e de cooperação na ES sob a luz da categoria modo de produção. Mais especificamente contrastando a ES com o modo de produção capitalista, que é definido pela reunião de quatro características da vida econômica:

a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força de trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção (p.187-188).

O autor interpreta que há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção nas práticas da Economia Solidária, ocorrendo uma reversão do princípio e da finalidade da “extração do trabalho excedente”. Considera, ainda, que as relações de produção dos empreendimentos solidários são contrárias à forma social de produção assalariada, sendo que “nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital” (p.139). O autor entende os empreendimentos solidários

como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. Nos dias atuais, as inovações principais que a nova forma traz e mostra-se capaz de reproduzir concentram-se no âmbito das relações internas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos solidários. A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista (GAIGER, 2003, p.194).

Mesmo reconhecendo os limites que o entorno capitalista coloca à ES, Singer (2000) e Gaiger (2003) apostam nas vantagens comparativas dos empreendimentos solidários em relação à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. Parte dessas vantagens seriam dadas pela: i) ausência da apropriação do excedente para fins privados que pode levar a uma redução de custos com controle e supervisão, com estímulos à fidelidade, à eficiência e à adesão dos/as trabalhadores/as aos objetivos da empresa; ii) flexibilização dos custos econômicos para se adequar às flutuações do mercado, já que os ganhos podem ser socializados alterando a jornada de trabalho ou a redução das retiradas individuais; iii) a existência de vínculos entre os resultados do empreendimento e os benefícios dos/as trabalhadores/as, além da menor rotatividade da força de trabalho e da partilha dos valores e objetivos da organização que favorecem o zelo e a atitude de colaboração dos/as trabalhadores/as (GAIGER, 2003).

Uma forma de relativizar a polêmica entre o entendimento da Economia Solidária como rompedora de estruturas ou como simples ajuste às estruturas é o reconhecimento das coerções que limitam a ES em implementar sua lógica, pois a “obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios” (GAIGER, 2003, p. 201). Parte disso é reconhecer que assumir a base técnica herdada do capitalismo é uma exigência posta à

Economia Solidária. Mas, para constituir traços distintivos a ES deve retirar dela os “benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação” (GAIGER, 2003, p.201). Seria, então, não aceitar a técnica capitalista acriticamente, mas reconhecer a inevitabilidade atual de incorporação do aparato técnico mas, ao mesmo tempo acreditar que há um espaço de criação de singularidades que poderá viabilizar a superação do capital.

Gaiger (2003) defende que há uma construção de novas forças produtivas no contexto dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Esta construção se dá a partir do processo de formação dos recursos humanos em cooperação e em autogestão nos ambientes “seja escolar, técnico-profissional ou geral, visando ao desenvolvimento de uma cultura autogestionária e ao aperfeiçoamento permanente” formando uma nova cultura profissional (p. 204). A partir disso, o autor chega a enxergar a “criação de novas forças produtivas – nesse caso, intelectuais – impulsionada por uma nova forma social de produção” (p. 204). Considera, ainda, que “a introdução de novas forças produtivas, em antítese às que sustentam o modo material de produção dominante, é um processo eminentemente social, sujeito a descontinuidades e a reveses, não um fruto instantâneo da materialidade” (p. 205). E que “as experiências concretas de solidarismo econômico teriam a faculdade de arrancar os trabalhadores de um contexto prático de reiteração da consciência alienada, quer no agir, quer nos fins que elege” (p. 205). Mas, o autor pondera que

salvo poucas iniciativas de maior porte ou relativa maturidade, esses mecanismos são experimentais: valem por seu significado intrínseco, não pelo seu impacto. Para assegurar sua reprodução, os empreendimentos solidários precisam lidar adaptativamente com as externalidades capitalistas. As tentativas de romper o círculo, por meio de contatos, trazem reforço moral e político, mas carecem por hora de práticas efetivas de intercâmbio econômico, tanto mais quando envolvem segmentos e atores sociais diferentes (GAIGER, 2003, p. 205).

No sentido de reconhecer os limites e potencialidades da Economia Solidária, Benini e colaboradores (2012) afirmam que a ES apesar da sua subordinação à funcionalidade do capital, também questiona diretamente as suas mediações. Numa análise dialética os autores rejeitam tanto a ES como um movimento de ruptura, quanto de funcionalidade do estabelecido. Para eles, é o reconhecimento por parte do movimento da Economia Solidária das tensões e subordinação estrutural e sistêmica que criam “novos elementos de sustentação, indo além do processo imediato de trabalho e produção”, em que se destaca a criação de moedas sociais, cooperativas de crédito, tecnologias sociais, constituição de redes solidárias (BENINI et al., 2012, p.13). Além disso, há uma

gama de inovações, discussões, experimentos e pessoas envolvidas no desafio de se superar as relações de trabalho subordinadas ao capital, de negar a mercantilização de todos os aspectos da reprodução social, e de se ter como opção e horizonte de relações de produção e sociais de cunho autogestionário – uma nova e efetiva forma de trabalho associado (BENINI et al., 2012, p.18).

Os autores consideram ainda que

como, em última instância, não é possível uma autogestão plena ou efetiva dentro do modo de produção capitalista, tais tentativas de autogestão e experiências de economia solidária, de forma reativa, ou refletida, discutida e planejada, vêm buscando criar outros aspectos sistêmicos, transbordando além das unidades de produção, na forma de cooperativas ou empresas solidárias e, com isso, incluindo/inovando em aspectos importantes da reprodução social (BENINI et al., 2012, p.18).

Faria (2011) constata que “o antagonismo entre heterogestão e autogestão, próprio do modo de produção capitalista, longe de estar solucionado com a posse coletiva da propriedade, dá lugar a uma tensão entre as relações de produção e as relações de propriedade” (p.40).

Retomando o debate da aceitação da tecnologia capitalista pela ES, a despeito da crítica feita por Novaes (2011), parece que o discurso FBES vai ao sentido de um posicionamento crítico sobre a tecnologia. De modo explícito, em uma das orientações de ação resultantes da V Plenária Nacional da Economia Solidária lê-se:

re-significar a compreensão de técnica, tecnologia e conhecimento, de forma a avançar na compreensão de que a técnica é imbuída de um processo histórico, que responde a demandas estruturais e que a Economia Solidária precisa recriá-la dando-lhe novo significado (FBES, 2013, p. 70).

Ao fazer referências à tecnologia social, o FBES (2013) traz elementos aparentemente antagônicos à tecnologia capitalista, tais como a valorização “do saber local” (p.29) e de diversos grupos sociais como, por exemplo, mulheres, povos e comunidade tradicionais, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e pessoas com deficiência (p.70). Almeja-se, assim, que sejam construídos a partir da “produção e a [da] socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com – e pelos – empreendimentos solidários” (p.67), de modo que sejam “coerentes com a realidade cultural, social e econômica dos empreendimentos/redes” (p.70). Ademais, devem “estar voltados para a construção da autonomia e empoderamento dos/as trabalhadores/as associados/as (p.70).

Incorporando outros elementos à tecnologia, o FBES (2013) defende que

precisamos aprender o bem viver a partir também da espiritualidade, estabelecimento de relações distintas com a natureza e demais formas de vida. Isso pode acontecer a partir do aprendizado com os modos de vida das comunidades tradicionais, que possuem uma relação diferenciada com os seres vivos, na contramão do processo de mercantilização da vida.

Buscar um equilíbrio entre o tradicional e o moderno. Resgatar relações de respeito com o ambiente, de forma que o progresso tecnológico e científico esteja alinhando com tal pressuposto (p.37).

Como uma das estratégias para se conquistar a autonomia e a autogestão dos empreendimentos e fazer frente ao capitalismo, FBES (2013) orienta pela promoção de ações locais.

A Economia Solidária se contrapõe ao capitalismo quando valoriza uma concepção de desenvolvimento baseada nas potencialidades locais, e provoca naquelas/es que com ela se envolvem uma mudança de postura diante da vida e da economia. É o enraizamento comunitário que permite aos Empreendimentos Econômicos Solidários o compartilhamento de dificuldades com o coletivo local, gerando uma nova cultura pautada no trabalho coletivo, autogestionário e emancipatório (p.32).

Assim, nós temos que buscar no cotidiano de nossas vidas exercer o consumo consciente, identificando o que se produz localmente, evitando os produtos que venham de muito longe, pois isso contribui para reforçar as grandes corporações internacionais. Quanto mais próximos são as/os produtoras/es e as/os consumidoras/es, conseguiremos ter uma alimentação mais saudável, qualidade de vida, produção e comercialização sem exploração. Isto implica na mudança de hábitos em busca do bem-estar coletivo (p.35).

Precisamos reforçar a nossa estratégia de articulações em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo em nível local, territorial e estadual, através da organização de grupos para consumo consciente, estimulando as articulações para compras coletivas. Ou ainda, da promoção de eventos e feiras de trocas, resgatando práticas de trabalho em mutirão, trocas de mercadorias e moedas sociais (p.50).

4.3 COMPARAÇÃO

Constata-se no *corpus* básico da Economia Solidária e do Decrescimento referências à autonomia e à democracia. No caso da Economia Solidária, ambas são mobilizadas a partir do debate sobre autogestão. Esta, por sua vez, está, praticamente, ausente no Decrescimento. De fato parece haver uma diferença de importância atribuída a cada um desses termos. Enquanto que o Decrescimento assume a construção de uma sociedade autônoma como um de seus objetivos, a ES assume a autogestão como o princípio articulador do movimento. Deste modo, caracteriza-se uma distinção entre os movimentos: o Decrescimento coloca entre seus princípios fundantes a autonomia, enquanto que a ES, a autogestão.

Embora os movimentos estejam internamente em pleno debate teórico sobre os diferentes sentidos dados à autonomia, à democracia e à autogestão, existe o entendimento de que elas são mais que meros procedimentos administrativos. Cada um desses termos parecem ser entendidos como princípios que devem abranger diversas dimensões da vida social. Evoca-se, a partir deles, princípios para a transformação da ordem vigente, em que

se busca empoderar os indivíduos e as coletividades para a tomada de decisão nos aspectos políticos, econômicos e sociais. Encontra-se aqui elementos comuns entre os movimentos.

Ambos tratam da democracia, mas há diferenças de abordagem e de intensidade desse tema nos movimentos. Na ES a democracia aparece relacionada à autogestão. As referências à palavra democracia, na maioria das vezes, estão soltas nos textos, de modo pontual, sem uma construção argumentativa substantiva em torno dela. A partir delas, sobretudo das formulações de Mothé (2009) e do FBES (2003; 2013), depreende-se uma preferência na ES pela democracia participativa ou direta – radical – no contexto da autogestão.

A crítica democrática no Decrescimento, por sua vez, aparece como substantiva, ampla e densa. É reconhecida como parte de suas raízes conceituais (BAYON et al., 2011; FLIPO, 2008). Neste movimento o mercado, a publicidade, o consumo, a estatização e a burocratização da sociedade e seus macrosistemas técnicos, e os imperativos econômicos são colocados como elementos que fragilizam a democracia. Esta é problematizada, então, para além de procedimentos de decisão coletiva – se é direta, representativa, etc. A crítica é, sobretudo, destinada à prevalência dos aspectos econômicos sobre a sociedade o que acaba por dirimir as liberdades individuais e coletivas. Considerando as diferentes abordagens quanto à democracia, constata-se uma distinção entre os movimentos.

Constata-se que a crítica à tecnologia está presente nos movimentos. No entanto, elas são mobilizadas por meios, intensidades e naturezas diferentes em cada um deles. Embora neste último podem ser encontradas convergências. Enquanto no Decrescimento a crítica tecnológica é parte de suas fontes conceituais fundamentais, na ES ela não está presente de modo substantivo. Constatou-se que há autores que ressaltam que a questão tecnológica não está sendo devidamente tratada pelo movimento. Inclusive quando se trata das tecnologias sociais, fato reconhecido por Dagnino (2009) que afirma a “quase completa ausência do tema na produção bibliográfica dos autores do campo da ES” (p.318). Deste modo, a crítica tecnológica entra na literatura da ES por meio da crítica à própria Economia Solidária que, segundo Novaes (2011), tem negligenciado esta questão.

Quanto ao meio, no Decrescimento essa crítica recai sobre a submissão da vida humana à técnica, o que fragiliza a autonomia das pessoas. A crítica recai de modo mais amplo à sociedade industrial. Enquanto que na Economia Solidária o que mobiliza a crítica são as determinações ou barreiras que a tecnologia capitalista impõem à prática da autogestão.

Quanto a natureza da crítica, a importância dada pelo Decrescimento à superação da sociedade pautada no progresso tecnológico parte do entendimento de que este é a base do paradigma do crescimento ilimitado e consiste numa relevante barreira para a sua superação. Além de resultar na heteronomia, cria, segundo os/as decrescentistas, a falsa noção de que tecnologia é a fonte singular da resolução dos problemas enfrentados pela humanidade, sobretudo o dos limites biofísicos. O Decrescimento ressalta a determinação da técnica sobre aspectos elementares da vida humana (necessidades, desejo e trabalho) e a concentração dela nas mãos dos grupos que detêm o poder econômico e político, o que limita a liberdade individual. Ademais, reconhece que por ser o progresso técnico típico da sociedade industrial, a expansão desta restringe os espaços de autonomia, determinando a vida humana em função da própria indústria.

No contexto da Economia Solidária no Brasil, existem autores que consideram que a tecnologia capitalista não é neutra, já que é um produto de influências históricas, políticas, culturais, portadora dos valores das classes dominantes que detêm o poder nas decisões técnicas e que traz consigo as relações sociais de produção do capital. Para Novaes (2011) e Novaes e Dagnino (2004), há autores da ES no Brasil que não reconhecem que esta tecnologia guarda em si relações sociais de produção típicas do capital consistindo, portanto, numa tecnologia heterogestionária. Seria, então uma barreira estrutural para os empreendimentos autogestionários. Para estes autores, o fato da ES centrar sua análise na propriedade dos meios de produção e nas possibilidades de reorganização do processo de trabalho, acaba por minimizar ou ignorar os entraves técnicos para se atingir a autogestão. Apesar desta crítica ser nominalmente endereçada a Paul Singer, uma notória referência para a ES no Brasil, identificou-se que no âmbito discursivo o FBES faz a defesa de uma tecnologia social, além de orientar o movimento para uma ressignificação da técnica que claramente se diferencia da tecnologia capitalista.

Percebe-se, então, que há no movimento da ES correntes divergentes a respeito da tecnologia. Aquela que aceita a tecnologia capitalista, ou que não a critica explicitamente ou não a faz de modo substantivo, diverge não só da outra corrente no próprio movimento como também do Decrescimento. Já entre a outra corrente, a que faz a crítica tecnológica, e o Decrescimento parece haver similitudes mas, também distinções. Assumindo-se o risco de uma leitura superficial sobre como essa crítica aparece em cada um dos movimentos, segue-se um exercício que pode inspirar análises futuras mais aprofundadas.

Em primeiro lugar, está presente na literatura de ambos, por meio dos diferentes autores mobilizados por cada um, o reconhecimento: i) da tecnologia como não neutra e indisponível para a humanidade, pois é essencialmente desenvolvida para a dominação

pelos grupos que detêm o poder político-econômico; ii) de que a tecnologia é utilizada para reproduzir a si e para preservar o domínio desses grupos; iii) de que a tecnologia é constituída por relações sociais de produção que não favorecem a autodeterminação do indivíduo e de um empreendimento, consistindo, assim, a uma barreira para a autonomia, conforme ressaltado na literatura do Decrescimento, e a um entrave para a autogestão, conforme literatura da ES.

Uma diferença é que enquanto o Decrescimento dirige sua crítica à tecnologia denominada industrial, na ES o destino é a tecnologia capitalista. Isto se dá, pois os/as decrescentistas focam sua crítica na ideologia do progresso técnico industrial, típica das sociedades industriais que, segundo eles, é comum tanto no capitalismo como no socialismo real. Já os autores da ES no Brasil demonstram terem o entendimento de que o socialismo real importou o aparato tecnológico capitalista, não fazendo menção específica, pelo menos nas referências utilizadas na presente pesquisa, ao tecnicismo industrialista comum em ambos os sistemas socioeconômicos.

Em segundo lugar, se a técnica está indisponível para a maioria das pessoas, já que é controlada pelo capital, que produz apenas aquela que seja passível de entrar na lógica da dominação, conforme ressaltado na literatura do Decrescimento; e se no documento político da ES analisado há a defesa de uma tecnologia que incorpore o saber local e a assimilação da diversidade de técnicas presentes em diferentes grupos sociais, ou seja, o conhecimento técnico disponível às pessoas; deduz-se, então, que a tecnologia social defendida pelo FBES (2013) têm como intenção fazer frente ao domínio da técnica pelas classes dominantes, já que ela é construída a partir do conhecimento presente na comunidade, cujo objetivo é, justamente, a acessibilidade à técnica. Parece, assim, ser antagônica não só à tecnologia capitalista, mas à industrial/produtivista. De modo que, a defesa do desenvolvimento de uma técnica nos termos do FBES (2013) pode ser parte da estratégia para superação da problemática tecnológica levantada pelo Decrescimento. Supõe-se, assim, que há neste aspecto elementos comuns entre os movimentos.

Em terceiro lugar, se a técnica industrial determina a criação de necessidades das pessoas e só ela é capaz de supri-las, incluindo as necessidades essenciais/básicas – conforme ressaltado na literatura do Decrescimento; e se na ES defende-se o aperfeiçoamento de modelos técnicos que sejam coerentes com a realidade cultural, social e econômica dos empreendimentos e redes solidárias, e que agreguem elementos que se constitua num instrumento que vá na contramão da mercantilização da vida; deduz-se, então, que o modelo tecnológico almejado por parte da ES no Brasil pode contribuir para interromper a criação de necessidades pela indústria e atender às demandas

essenciais/básicas, já que é desenvolvida a partir de demandas locais para resolver problemas imediatos. Estaria aqui mais uma similitude entre o Decrescimento e a ES no Brasil.

No contexto do debate autonomia/democracia o Decrescimento faz referências ao mercado. E no contexto da autogestão/autonomia a Economia Solidária também faz referência a ele. Um elemento comum é que há em ambos o reconhecimento de que no mercado não há concorrência, ou real possibilidade de escolha. Isto porque parte do que se consome não está nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais, já que são bens intermediários, segundo o entendimento de parte da ES, ou porque o mercado é oligopolizado, segundo ambos. Mas, uma distinção é que para a ES essa falta de escolha é um entrave para a autogestão dos empreendimentos solidários já que o mercado tira a liberdade de se decidir o que produzir e para quem produzir, enquanto que para o Decrescimento reduz as possibilidades de escolhas dos indivíduos.

Ainda sobre o mercado, observa-se que na Economia Solidária há um embate entre duas correntes divergentes que compõem o movimento. De um lado estão os que acreditam na possibilidade de conciliação entre a autogestão dos empreendimentos solidários e a competição no mercado. Do outro lado, estão aqueles que negam isso. Há, então, quem defenda o rompimento com o mercado capitalista, seja por meio de redes de intercâmbio para a produção material (FARIA, 2009), seja pela autogestão articulada dos produtores (NOVAES, 2011), ou seja pela construção de um novo mercado (FBES, 2013). E há quem defenda a adequação dos empreendimentos à competição do mercado (GAIGER; 2003; SINGER, 2002). Este embate caracteriza uma distinção entre o Decrescimento e a ES, já que no primeiro a não aceitação do mercado tal qual ele é parece ser um consenso. Essa diferença pode, ainda, caracterizar um antagonismo entre a parte da ES que aceita o mercado e o Decrescimento.

O Decrescimento apresenta uma crítica que é totalmente ausente ou estranha à Economia Solidária, e aqui reside mais uma distinção entre ambos. Trata-se da crítica ao imperativo econômico do crescimento e suas instituições – corporações privadas e o Estado. O movimento entende a economia do crescimento – ou a ciência econômica ou simplesmente a economia – como incompatível com a democracia. Assim, o Decrescimento propõe, como uma espécie de palavra de ordem, sair da economia (FOURNIER, 2008; LATOUCHE, 2009).

A Economia Solidária se refere ao Estado no contexto da autonomia. O movimento orienta por uma relação de não dependência aos recursos governamentais, mas sim uma relação de garantia de direitos. Ao aceitar a relação com o Estado nestes termos, a ES

reconhece e não questiona a própria existência do Estado como elemento de burocratização e centralização da sociedade. No máximo, clama pela maior abertura dos canais de diálogos com seus agentes. Este debate, por sua vez, está ausente no Decrescimento para quem a existência do Estado é por si geradora de heteronomia, pois é em sua natureza centralizador. O Decrescimento não clama por direitos frente ao Estado. Aqui reside uma distinção entre os movimentos. Uma apresentação do entendimento dos movimentos e suas relações com o Estado é feita no Capítulo 7, onde retoma-se esta comparação.

Classifica-se como elementos comum entre os movimentos o fato de que ambos defendem a promoção da dimensão local. O Decrescimento defende isto como uma estratégia política, relacionada aos aspectos democráticos, e como estratégia econômica. Esta última também está presente na Economia Solidária.

Por fim, ao se discutir autonomia e democracia o Decrescimento introduz reflexões acerca do consumo, publicidade e das necessidades criadas. Estes elementos não são mobilizados pela Economia Solidária quando ela trata de autogestão, autonomia e democracia. Mas, isto não significa que a ES não trata deles. O consumo, a publicidade e as necessidades, são abordados pela Economia Solidária, mas em outro contexto que será tratado no próximo capítulo.

5 USO DOS RECURSOS NATURAIS

A sustentabilidade ambiental e o uso dos recursos naturais é tema presente no discurso da Economia Solidária no Brasil e do Decrescimento. Este capítulo analisa como cada movimento aborda essas temáticas. A partir delas, apreende-se suas concepções sobre o desenvolvimento – sustentável, crescimento econômico, estratégias de sustentabilidade, tamanho e dinâmica da economia, dentre outros.

5.1 SOCIEDADE POUPADORA; METABOLISMO ESTÁVEL E ENXUTO

Ao mesmo tempo que Serge Latouche defende a construção de uma sociedade autônoma, como visto na subseção 4.1 (p.52), ele defende uma sociedade “poupadora”²⁶ (LATOUCHE, 2009a, p.225; 2009b, p.12, 41, 42, 78; 2010, p.520). Mais do que isso, o Decrescimento visa uma de sociedade com um “*stable and leaner metabolism*” (KALLIS, 2011, p.879). Estas formulações expressam um dos elementos articuladores do Decrescimento: a impossibilidade do crescimento ilimitado da economia devido aos limites dos recursos naturais.

O pano de fundo para as considerações do Decrescimento sobre o uso dos recursos naturais provém de dados e indicadores que dão indícios da exaustão da produtividade dos ecossistemas. São utilizados indicadores como a pegada ecológica (BAYON et al., 2011, p.147-148; FLIPO, 2008, p.27; LATOUCHE, 2009a, p.39-41) e dados presentes em diversos documentos, estudos científicos e relatórios como, por exemplo, *Rapport planète vivante* – WWF, *Millennium Assessment Report – UNEP, FAO Reports, Impacts of Biodiversity Loss on Ocean Ecosystem Services* (FLIPO, 2008, p.27), *Stern Review Report on the Economics of Climate Change* (FLIPO, 2008, p.28; SCHNEIDER et al., 2010, p.515), o relatório do Clube de Roma de 1972, *Limites do Crescimento*, assim como sua atualização 30 anos depois (FLIPO, 2008, p.25), o informe *Vers une Europe Soutenable* (BAYON et al., 2011, p.24-25), dados do Painel do IPCC (FLIPO, 2008, p.28). A literatura do Decrescimento incorpora, assim, informações que tratam da degradação de diversos recursos naturais como recursos pesqueiros, processos de desertificação, perda da biodiversidade, exaustão de fontes de recursos minerais, aumento da escassez de recursos hídricos, além das mudanças climáticas – aquecimento e eventos críticos, dentre outros.

26 Embora em Latouche (2009b) seja utilizada a palavra “econômica”, preferiu-se utilizar nesta dissertação a palavra “poupadora”. Isto para dar mais precisão e evitar confusões, pois um dos questionamentos do decrescimento é o economicismo da sociedade contemporânea. Assim, o uso da palavra “econômica” pode confundir o leitor, pois ela tem, pelo menos, dois sentidos: (i) “que diz respeito a economia”; (ii) e “que gasta pouco” (HOUAISS, p. 278). Já em Latouche (2010, p.520), o autor utiliza a palavra “*thrifty*” e na versão em inglês de Latouche (2009b) o autor utiliza a palavra “*economical*” (LATOUCHE, 2009c, p.13, 32, 56). Estas palavras podem ser usadas como sinônimos. A primeira significa usar dinheiro cuidadosamente, sabiamente e a segunda usar dinheiro, tempo, bens, etc. cuidadosamente e sem desperdício algum (LONGMAN, 2012, p. 538, 1840).

Para os adeptos do Decrescimento é evidente que há necessidade de se reduzir o metabolismo econômico, de modo que seja possível que um maior número de pessoas possa usufruir dos recursos naturais num maior número de gerações futuras. No entanto, *“ningún partidario del decrecimiento se ha pronunciado jamás a favor de un decrecimiento homotético de los consumos de recursos (consumo final, consumos intermedios o inversiones) en el conjunto de los territorios del planeta, tal como les achacan algunas personas”* (BAYON et al., 2011, p.193). Os/as decrescentistas reconhecem que em algumas localidades há a necessidade da ampliação de determinadas atividades econômicas. Porém, *“no por eso hemos de concluir que es necesario construir una sociedad de crecimiento, o que no se tiene que salir de ella, si ya se está dentro”* (LATOUCHE, 2009a, p.224). E mais, entendem que grupos sociais que não acessam serviços e bens essenciais podem se beneficiar de um aumento da atividade econômica, mas para isso é necessário reduzir a atividade dos grupos que superexploram os recursos naturais.

En el mundo de hoy, y cada vez más, lo que pueden obtener los ricos, los pobres no lo obtendrán nunca – porque los recursos son irremplazables. No existe la menor duda de que el modelo de la zona residencial, por ejemplo, jamás se democratizará. Por consiguiente, para que los pobres sean más ricos, los ricos deberán ser más pobres; esa es la vieja y gran redistribución que estará nuevamente en el orden del día – al menos eso es lo que desean los objetores del crecimiento (BAYON et al., 2011, p.199).

Ou seja, há a necessidade de uma desconcentração do uso dos recursos naturais. Indicadores como pegada ecológica sugerem uma desigualdade existente no consumo de recursos naturais, sendo que no ano de 2008 os países de maiores renda consumiram até cinco vezes mais do que os de baixa (WWF, 2012, p.39-50). Latouche (2009a, p.40-41) reconhece essa diferença no uso dos recursos naturais entre os/as cidadãos/ãs do Norte e do Sul e aceita a suposição de que é inviável generalizar os padrões de consumo de um europeu médio. Isto, ressalta o autor, demandaria de três a seis planetas Terra.

Desta forma, os/as decrescentistas incorporam a denúncia da desigualdade ecológica existente na sociedade do crescimento econômico. Mais que isso, consideram que esta desigualdade não é um mero erro ou desequilíbrio momentâneo do crescimento, mas sim parte inerente de sua existência. Reconhecem que existem autores que

muestran que el crecimiento de unos es ya, y en adelante, causado *integralmente* por el empobrecimiento de otros; de ese modo, para Alf Hornborg, el crecimiento se caracteriza sobre todo por el desplazamiento y la concentración de los “bienes” ecológicos en los grandes centros económicos (países desarrollados), mientras que los “malos” son, por el contrario, enviados a la periferia – coincidiendo así, a un costo nuevo, con la “teoría de la dependencia” fundada por Raul Prebisch (BAYON et al., 2011, p.200).

Ao assumir isto, o Decrescimento se aproxima da tese de Furtado (1973, p.68-69) de que o aumento do consumo dos países centrais se dá num processo que aumenta o fosso entre aqueles e os países da periferia. Aliam-se, assim, às ideias que formavam as teorias de desenvolvimento/subdesenvolvimento recorrentes nos anos 1950/1960, cujos autores-chaves foram André Gunder Frank, Arghiri Emmanuel, Celso Furtado e Samir Amin.

5.1.1 Poupar para prolongar o futuro: entropia, intergeracionalidade, redução, substituição, reciclagem e ecoeficiência

Uma sociedade poupadora é condição central para que a humanidade possa prolongar sua existência, garantindo as condições naturais para as gerações vindouras. Poupar significa gastar com moderação, economizar, não gastar (HOUAISS e VILLAR, 2010). O que está na base dessa centralidade é que para os/as decrescentistas o uso dos recursos naturais nas atividades econômicas gera um gasto inevitável e irreversível, já que todo processo de transformação da matéria e da energia são termodinâmicos. Ao incorporar a termodinâmica na análise do processo econômico o Decrescimento incorpora em suas raízes intelectuais a estrutura teórica da bioeconomia de Georgescu-Roegen (BAYON et al., 2011, LATOUCHE, 2009a).

O problema central colocado pela perspectiva bioeconômica do Decrescimento é que os processos econômicos são de natureza termodinâmicas, ou seja, irreversíveis, e, portanto, não há a possibilidade de um crescimento econômico infinito devido a impossibilidade de recuperação total dos estoques materiais. Nesta perspectiva, o Decrescimento coloca em diálogo autores que escreveram suas obras clássicas nas décadas de 1960 e 1970, como Kenneth E. Boulding, Georgescu-Roegen, Howard T. Odum, Herman Daly, Ernst “Fritz” Schumacher e Dennis Meadows e colaboradores (BAYON et al., 2010, p.36-44; MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010, p.1743; FLIPO, 2008, p.28). Conforme afirma Martínez-Alier e colaboradores (2010) *“all of these authors understood the economy in physical terms and many suggested the need for social change criticizing mainstream economics and its focus on chrematistic growth”* (p.1743).

Segundo Bayon e colaboradores (2011), *“los objetores del crecimiento que siguen estos debates se alinean del lado de Georgescu-Roegen”* (p.39). No início da década de 1970 Georgescu-Roegen demonstrou que do ponto de vista termodinâmico o processo econômico nada produz. Ele limita-se a absorver matéria-energia num estado de baixa entropia para devolvê-la num estado de alta entropia (GEORGESCU-ROEGEN, 2012a [1971], p.58). A introdução desta formulação confronta radicalmente com o modelo de representação dos economistas ortodoxos e marxistas, em que o processo econômico se dá

como um fenômeno isolado e circular. O confronto se dá, primeiro, porque o processo econômico está ancorado numa base material, ou seja, não está isolado. Segundo, porque os processos de transformação estão submetidos à segunda lei da termodinâmica sendo irreversíveis, ou seja, num sentido único. A consequência disto é que o que sai do processo econômico nunca poderá retornar completamente, pois em toda transformação há perdas irrecuperáveis. E como não há, no entendimento de Georgescu-Roegen, fonte de energia ilimitada que seja suficientemente eficiente a tendência de aumento da entropia é contínua. A conclusão é que já que o planeta terra é um sistema fechado para matéria e que esta não pode ser infinitamente reciclada, a fase industrial da humanidade está fadada ao seu fim, sendo que este fim estará mais próximo quanto mais rápido for o crescimento econômico (GEORGESCU-ROEGEN, 2012a [1971], p.68).

Em suma, ao articular raízes intelectuais que problematizam a relação entre o processo econômico e sua base material em termos termodinâmicos, o Decrescimento reafirma a noção de finitude da biosfera sintetizada na expressão: “*un crecimiento infinito es incompatible con un planeta finito*” (LATOUCHE, 2009a, p.38). Nestes termos, o paradigma do crescimento econômico está gerando degradação ambiental cujo débito está sendo deixado para as futuras gerações. Para amenizar isto, uma necessidade primordial é que a sociedade passe a poupar os recursos naturais para que as gerações futuras possam usufruir delas. Daqui surge uma pergunta: como poupar?

Os/as decrescentistas confrontam a argumentação de “*expertos e industriales*” que tentam reduzir a questão da necessidade de construir uma sociedade poupadora às estratégias de reciclagem e ecoeficiência. Adicionalmente, confrontam os argumentos sobre a substitutibilidade dos fatores de produção e a desmaterialização da economia (LATOUCHE, 2009a, p.43). O Decrescimento não nega que essas estratégias são essenciais e que devam ser implementadas, mas as incorpora e apresenta seus limites. Latouche (2009b) afirma que “nenhuma pessoa de bom senso contesta a necessidade de reduzir o desperdício desenfreado, de combater a obsolescência programada dos equipamentos e de reciclar os resíduos” (p.54). A diferença é que o autor não as aceita como prova da viabilidade da sociedade do crescimento econômico. Para os/as decrescentistas depositar esperança na substituição e demais soluções como forma de perpetuar o crescimento econômico “*es un señuelo que permite no abrir el debate sobre los propósitos del estilo de vida moderno*” (BAYON et al., 2011, p.41).

A reciclagem é uma das estratégias que deve ser adotada para a construção de uma sociedade mais poupadora. A reinserção de matérias-primas em um novo ciclo de produção está na pauta propositiva do Decrescimento (LATOUCHE, 2009a, p.219-221). Há,

entretanto, uma visão crítica a respeito da crença na reciclagem como procedimento técnico que permitiria o abastecimento ilimitado de matéria-prima ao processo econômico e, portanto, a perpetuação do crescimento. Georgescu-Roegen, reconhecem Bayon e colaboradores (2011),

no negaba la posibilidad del reciclaje, pero creía imposible reciclarlo todo en niveles elevados. Si bien es cierto que la naturaleza recicla la casi totalidad de lo que consume, también es cierto que la industria utiliza sobre todo materiales salidos de las minas y no de los ecosistemas. Esos materiales no se insertan fácilmente en los ciclos ecológicos globales, sino que, por el contrario, tienden a perturbarlos y a degradarlos, como ocurre, por ejemplo, con los metales pesados contenidos en las baterías que envenenan la cadena alimentaria. ¿Con qué sustituir el litio? En la actualidad no se conoce ningún sustituto renovable. El litio extraído de una mina, cuando se disipa, ¿no crea de nuevo espontáneamente una mina de litio! Sólo queda el reciclaje humano, que nunca es del 100%. La dispersión de los metales pesados es más lenta y más insidiosa, pero continua. Recolectar metales tales como el litio dispersado en partículas muy finas con el objetivo de reciclarlo, es imposible – la energía que habría que gastar es demasiado importante (p.40-41).

Assim, um primeiro aspecto de problematização da impossibilidade infinita da reciclagem provém da aceitação por parte dos/as decrescentistas de que o processo de coleta, separação e agrupamento dos resíduos não é 100% eficiente, além de demandar muita energia.

Em segundo lugar, conforme nos aponta Kerschner (2010) mesmo que houvesse energia suficiente,

all concentrated deposits of minerals would be depleted first and then dissipated in the respective sinks of the lithosphere in a high entropy state (minuscule concentrations). Then one would have to start “mining” the sinks or the “wastebasket”, as Ayres²⁷ indeed proposes, in order to recover (recycle) the dissipated materials. Considering the social and environmental impacts that “concentrated” mining all around the world has already²⁸, it is not difficult to imagine the practical impossibility of converting a large part of the lithosphere into a huge mine (p.547).

Os/as adeptos/as do Decrescimento também problematizam o desacoplamento. No Decrescimento, o desacoplamento entre atividade econômica e consumo físico é um objetivo profundamente incompatível “*con el marco del crecimiento económico, sea cual sea su calidad*” (BAYON et al., 2011, p.25). Assim o Decrescimento faz uma crítica à economia do conhecimento com seu “*cóctel high tech*” que supostamente desmaterializa o crescimento econômico (LATOUCHE, 2009a, p.44). No argumento de Latouche (2009a) “*esta nueva economía, más que remplazar a la vieja, la completa. La actividad industrial ha retrocedido en términos relativos, pero no en términos absolutos*” (p.44).

27 O autor faz referência à Ayres (1999)

28 O autor faz referência à Walter (2008) e à Orta Martínez e colaboradores/as (2007)

Além disso, essa suposta economia imaterial tem uma base material concreta, pois necessita de mais entradas de energia e matéria do que parece. Latouche (2009a, p.44) trás o seguinte dado: *“aunque los software incorporan sobre todo materia gris, sólo su fabricación consume, por ejemplo, 1,8 toneladas de materiales, es decir, 240 kilos de energía fósil, y un microchip de 2 granos necesita 1,7 kilos de energía, así como una enorme cantidad de agua”*. Utilizando referências do ano de 2004, o autor informa que para se produzir uma parte de um *microchip* eram necessárias 17.000 partes de matéria e energia.

Ademais, Latouche (2009a) denuncia, apoiado em Yvez Cochet, a transferência da base material e energética da produção para os países do Sul. Segundo o ator, é isso que garante, em parte, o crescimento da economia imaterial e pós-industrial do Norte, numa suposta melhoria da eficiência energética desses países.

Enríquez e Gomes (2012) problematizam ainda mais o desacoplamento, apresentando-o como uma estratégia que vai além do tipo de matéria e da fonte de energia utilizada no processo produtivo. Para as autoras, um dos requisitos para o aumento da eficiência total do sistema econômico é a justiça distributiva, onde os “serviços prestados pelos recursos naturais possam ser adequadamente [igualmente] apropriados”²⁹ (p. 248). E como o crescimento econômico é gerador de desigualdades, conforme aceito por Bayon e colaboradores (2011, p.25), o desacoplamento tornar-se-ia, então, inviável na sociedade do crescimento.

Para o Decrescimento a ecoeficiência, ou seja, a redução progressiva do impacto ecológico e a intensidade das extrações naturais nas atividades econômicas são essenciais para viabilizar uma sociedade poupadora de recursos naturais e com baixo metabolismo. Para Latouche (2009a, p.46) *“es excelente que la eficiencia ecológica pueda aumentar”* já que ela *“podría facilitar el paso a una sociedad de decrecimiento”*. No entanto, é somente numa sociedade do Decrescimento que a ecoeficiência ganha sentido em termos de estratégia para conciliar atividade econômica e capacidade de carga do planeta. Na sociedade do crescimento a ecoeficiência perde sua eficácia, já que *“la disminución del impacto y de la contaminación se encuentran sistemáticamente anuladas por la multiplicación del número de unidades vendidas y consumidas”* (LATOUCHE, 2009a, p. 46). A isto se dá o nome de Efeito Rebote ou Paradoxo de Jevons, que pode ser definido como *“the increase of consumption linked to the reduction of limits to use a technology. These*

29 O aumento da eficiência do sistema, para as autoras, se dá em termos de utilidade marginal. Elas assumem que “uma redistribuição de renda em prol dos mais pobres, por exemplo, pode permitir que uma pequena quantidade de recursos atenda necessidades que geram grande utilidade marginal, em detrimento daqueles grupos de altas rendas cujos mesmos recursos adicionais geram baixa utilidade marginal” (p.236).

limits might be monetary, temporal, social, physical, energetic, spatial, and organizational" (SCHNEIDER, 2008, p.29). Schneider (2008) exemplifica este conceito:

Let us consider the rebound effect at the use phase: a car that consumes less gasoline per km leads to financial savings that may be spent on longer car distances if the travel budget remains the same or increases. A so-called secondary rebound exists when a house is better insulated and that reduced expenditures on heating are reinvested in buying a second car or traveling by plane. Efficiency basically creates revenue that can be spent on the same (primary rebound) or other commodities (secondary rebound) (p.29).

Ou seja, o ganho em eficiência por km rodado é anulado por uma maior rodagem total, assim como o ganho em eficiência no aquecimento da residência é anulado por uma viagem internacional, já que gasta mais energia do que o que foi poupado com a nova tecnologia. A questão central no Efeito Rebote é que a quantidade bruta global de energia e matéria aumenta estimulada por, e em detrimento das novas tecnologias.

Além do Efeito Rebote, Kerschner (2010) traz outra questão:

an aspect usually overseen by technological optimists is that with current unsustainable lifestyles, it would be very dangerous indeed if humans found an inexhaustible and cheap source of energy, even if it were environmentally benign. Availability of surplus energy has always been one of the most important limiting factors to the expansion of the human economy³⁰. Hence if we discovered some 'miracle' source of energy now, a massive explosion of the human population (P) and its consumption (A) and therefore a huge impact (I) would probably be the result. The stress that our economy is exerting on ecosystems, since we have discovered and learned to utilize fossil fuels, is good evidence thereof. In other words it is more than likely that there is some direct relationship between the amount of energy consumed and environmental damage caused³¹ (p.547-548).

A respeito da substituição dos fatores de produção, Latouche (2009a) a entende da seguinte maneira:

una cantidad creciente de equipamientos, conocimientos y competencias debe poder tomar el relevo de cantidades menores de capital natural para asegurar el mantenimiento, en el tiempo, de las capacidades de producción y satisfacción del bienestar de los individuos (p.43).

Para o autor, "*hasta cierto límites, está permitido reemplazar al ser humano por la máquina (es decir el factor trabajo por el factor capital), pero no el flujo de materias primas (inputs) por un aumento de las reservas*" (p.43). Assim, o autor reconhece que é possível, mas limitada, a substituição entre trabalho e capital. No entanto, assume ser impossível a substituição da natureza por qualquer outro fator. Para expressar como consideram isto um absurdo, Bonaiuti (2002, p.12) pergunta: "*Peut-on vraiment obtenir le même nombre de pizzas en diminuant toujours la quantité de farine et en augmentant le nombre de fours ou de cuisiniers?*".

30 O autor faz referência à Reader (1997), Tainter (2000) e Tainter (1998).

31 O Autor faz referência à Cabezas (2006).

Além dos limites e da impossibilidade de substituição entre fatores de produção, na literatura do Decrescimento há o entendimento de haver limites na substituição dentro do próprio fator natureza. Consideram limitada a substituição de uma fonte de energia por outra, de um minério por outro, de moléculas de origem natural pela artificial, dentre outras. Um exemplo está no problema de substituir elementos minerais que possuem propriedades que na atualidade, segundo Bayon e colaboradores (2011, p.41), não existem substituto renovável como o lítio. Os autores entendem que propor uma substituição ilimitada dos minerais por outros “significa esquecer que os elementos naturais possuem propriedades particulares, o que permite identificá-los como tais” (p.41).

Outro exemplo está na substituição das fontes de energia. Esta é a base dos que creem na possibilidade de um crescimento ilimitado da economia, já que apostam que a substituição da energia fóssil pela renovável e atômica garantirá os fluxos energéticos para perpetuar o crescimento da atividade econômica. Alinhado à Georgescu-Roegen, os decrescentistas “*no desconocen la abundancia de la energía solar, pero opinan que la parte recuperable es poca cuando se le compara con la enorme masa de energía fósil en que se basa la sociedad industrial*” (BAYON, et al., 2011, p.39). Além disso, reconhecem que há uma dificuldade sobressalente no armazenamento e no transporte desta energia, fato que para a energia fóssil é uma grande vantagem (BAYON et al., 2011, p.39). Ademais, o Kerschner (2010) questiona se

the material structures necessary to harvest solar energy could be maintained over the long run just by the energy produced by them³². This is especially true with regard to some rare elements (e.g. indium), on which the most efficient PV cells currently depend³³ (p.547).

A energia nuclear – fusão – também tem sérias restrições, além de todos os riscos do seu uso e de seu depósito – e.g. Chernobyl e Fukujima. Ademais,

el transporte del combustible nuclear, a diferencia del carbón, está ya sometido a una lógica militar. El rechazo a cuestionar nuevamente los estilos de vida existentes nos conduce a una sociedad policial, autoritaria, que sacrifica poco a poco las libertades fundamentales en aras de la seguridad. Estas soluciones tienen, además, un carácter tremendamente desigual, ya que están fuera del alcance de la mayoría de la población mundial, que dispone de poco capital técnico (BAYON et al., 2011, p. 40).

Além disso, as fontes dos materiais radioativos, apesar de presentes em várias partes do planeta, estão na sua maioria em quantidades muito pequenas, o que cria uma elevada demanda energética para sua extração, dentre outros entraves (BAYON et al., 2011, p.40).

Em síntese, os textos do *corpus* básico do Decrescimento reconhecem que um projeto de uma sociedade poupadora é necessário, pois os recursos naturais são limitados e as

32 O autor faz referência à Georgescu-Roegen (1993).

33 O autor faz referência à Andersson e Rade (2002).

estratégias como reciclagem, ecoeficiência, substituibilidade dos fatores de produção e desmaterialização da economia não são suficientes para suportar um crescimento ilimitado da economia. Assumindo isto como verdade, Bayon e colaboradores (2011) afirmam que,

en lugar de apostar por los milagros tecnológicos cuyo carácter liberticida y generador de desigualdades puede predecirse desde ahora, muchos objetores del crecimiento opinan que debemos apoyarnos en lo que existe y buscar una vía más democrática y más equitativa a escala global. Y, con las técnicas existentes, el consenso actual es que lo renovable podría suministrar aproximadamente la mitad de la energía comercial utilizada hoy en día³⁴. Es sobre la base de estos cálculos, que los objetores del crecimiento tratan de proponer nuevos modos de vida (p.40).

5.1.2 Crítica ao desenvolvimento sustentável

Ao problematizar essas estratégias tecnológicas o Decrescimento compõe parte de sua crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável (DS) e seu emprego. O DS é entendido como uma tentativa de salvar a ideologia do crescimento (LATOUCHE, 2009a, p.103). Na realidade, o Decrescimento, *“al menos en parte, se ha construido contra la noción de 'desarrollo sostenible'”* (BAYON et al., 2011, p. 82). Bayon e colaboradores (2011) entendem que o desenvolvimento sustentável é um conceito que foi esvaziado em sua essência no processo de construção de um consenso em torno dele. Para os autores, *“la cuestión de las desigualdades sociales caía en el olvido en provecho de una definición cuya cualidad principal era su carácter totalmente vago y consensual”* (p.85). Reconhecem, ainda que

se olvidó también que el informe Brundtland contenía en realidad más de veinte definiciones diferentes de desarrollo sostenible, que iban desde el ecologismo más radical hasta la pura y simple búsqueda del crecimiento económico capitalista, sin olvidar mencionar una mayor redistribución de las riquezas. La definición mantenida en ocasión de la Cumbre de la Tierra, con su carácter conciso, era la vez práctica y lo suficientemente amplia para acoger las aspiraciones de todos los países del mundo, cualesquiera que fuesen sus niveles de desarrollo, sus realidades ecológicas y sociales (p.86).

Ademais, o conceito não destaca nenhuma responsabilidade particular pelas crises enfrentadas pela humanidade igualando, por exemplo, a contribuição de um milionário e de um campesino para o agravamento delas (BAYON et al., 2011, p.86).

Em tom de ironia os autores afirmam que *“a partir del momento en que se decidió 'salvar el planeta' [...], todo el mundo se dio a la tarea de 'hacer' desarrollo sostenible”* (p.87). Esta imprecisão conceitual favoreceu que praticamente qualquer atividade fosse caracterizada como sustentável. *“Basta con encontrar algo más 'sucio' para poder calificarse de 'limpio”* (p.87). Os autores reconhecem, no entanto, que em tempos mais recentes

34 Os autores fusam como referência Jancovici e Grabdjean (2006)

alguns compromissos públicos se tornaram mais consequentes, como o apoio ao desenvolvimento de energias limpas. Mas, ressaltam eles

esas medidas limitadas fueron ahogadas en un diluvio de “green-washing”, un conjunto de operaciones de comunicación que intentan valorizar compromisos sociales o medioambientales “a pesar de la ausencia de acciones a la altura de esa comunicación”³⁵ (p. 87)

Bayon e colaboradores (2011) constatam, ainda, sob o termo desenvolvimento sustentável passou-se a construir declarações tão genéricas quanto incoerentes e que a ordem econômica, apesar de não ter sido mudada na sua essência, passou a ser “milagrosamente” compatível com o DS. Para os autores

en esas condiciones, ¿cómo puede hablarse aún de “desarrollo sostenible” para hacer algo que no sea la apología del desarrollo existente? El término, que a partir de un problema bien real permitía exhortarnos con suma urgencia a movilizarnos para resolverlo, se ha convertido hoy en un elemento que no puede pasarse por alto con relación a dicho problema. En efecto, cuando nos remitimos a los hechos, los logros emblemáticos del desarrollo sostenible se muestran a veces ecológicamente catastróficos; eso ocurre con el vehículo eléctrico “limpio” - al cual nunca se le pregunta de dónde viene su electricidad (p.89).

Vê-se, assim, que a crítica do Decrescimento ao DS é antes de tudo uma crítica à própria noção de desenvolvimento. Para tratar disso, Bayon e colaboradores (2011) após apresentarem “*algunas referencias en este terreno para mostrar dónde se ejerce la crítica de los objetores del crecimiento*” (p.90), os autores se perguntam e respondem

¿qué tener de esa breve constatación del estado de la cuestión en torno a las teorías del “desarrollo”? Una enseñanza muy importante con respecto a nuestro tema: *todas* las teorías de desarrollo integran el crecimiento económico – y *ninguna* integra la cuestión de las desigualdades ecológicas. En todas esas teorías, se el crecimiento no es el objetivo, es al menos una de las condiciones *necesarias* para un “desarrollo” que invariablemente pasa por alto la cuestión ecológica. Mientras que la modernidad se autocomplace en su universalidad, ninguna de las teorías mencionadas se preocupa por demostrar que el modo de vida creado de esa manera es universalizable en el plano ecológico. Y ello, ¿acaso no es al menos sorprendente? ¿Perturbador? Ahí están los hechos: no existe actualmente una teoría del “desarrollo” que admita un decrecimiento, en particular un decrecimiento de la economía. Por consiguiente, lo menos que puede decirse es que el decrecimiento abre, en el fondo, perspectivas *radicalmente nuevas* (p.95).

Neste sentido, Latouche (2009a) considera o desenvolvimento sustentável como um oximoro, pois tenta justapor duas palavras que são contraditórias, já que o desenvolvimento é um conceito que tem um conteúdo de ausência de limites e nada que seja ilimitado é sustentável (LATOUCHE, 2009a, p.105-113). O autor reconhece ainda que acrescentar outros termos ao desenvolvimento é uma tentativa de vesti-lo com traje novo.

35 Os autores fazem uma citação direta de Benoit-Moreau e colaboradores (2008)

Este segundo caso, al que nos limitaremos, nos ha hecho entrar en la era de los “desarrollos en partículas”³⁶. Hemos vistos desarrollos “autocentrados”, “endógenos”, “participativos”, “comunitarios”, “auténticos”, “autónomos y populares” “equitativo” [...].

Se trata de una tentativa mágica para conjugar la maldición de la empresa desarrollista. Sin embargo, al añadir uno, dos, tres o cuatro epítetos al concepto de desarrollo, no se pone realmente en duda la acumulación capitalista (p.113).

Para Latouche (2009a) o qualificativo sustentável parece como

una hipótesis *ad-hoc* para intentar salvar lo que se pueda del paradigma del desarrollo, que se ha quedado bien deslucido tras sus repetidos fracasos y que, en el ambiente de los negocios y las instituciones de Bretton Woods, ha sido reemplazado por la globalización. La resiliencia del desarrollo se basa en la menos sorprendente resiliencia del progreso (p.118).

Nas palavras de Jean-Paul Besset, mobilizadas por Latouche (2009a, p.121) o desenvolvimento sustentável possibilita uma segunda juventude ao sistema produtivista, já que este terá um campo aberto de novos mercados para explorar e manter o reflexo do espelho das ilusões.

Por fim,

por carecer de esos debates necesarios, el desarrollo sostenible se encasilla en un conjunto de recetas administrativas y de gestión [... que] tienen menos oportunidades de resultar exitosas en la medida en que los criterios políticos y filosóficos que organizan su selección no son del todo favorables a los objetivos fijados – muy al contrario (BAYON et al., 2011, p.100).

5.1.3 Estabilidade no tamanho da Economia

Na literatura do Decrescimento há um consenso de que é impossível o crescimento ilimitado da economia. Mas, por outro lado, qual deve ser o tamanho e a dinâmica da economia é um debate em aberto. Há os/as que defendem a estabilização da economia numa determinada escala, cuja referência é Herman Daly (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010; KALLIS, 2011; KERSCHNER, 2010). Fortemente influenciado pela descrição de John Stuart Mill sobre a Economia do Estado Estacionário e inserindo a visão termodinâmica oferecida por Georgescu-Roegen, Herman Daly definiu em termos macroeconômicos a Economia do Estado Estacionário como uma economia com estoques constantes de riqueza material e populacional, cada qual mantido por meio de escolhas em um nível de baixo *throughput*, de modo que a longevidade das pessoas e a durabilidade dos estoques físicos sejam elevadas. O fluxo de *throughput* é o custo da manutenção dos estoques, que se inicia com a extração de recursos de baixa entropia na entrada do sistema – *input* – e que termina com igual quantidade de resíduos de alta entropia na saída do sistema – *output* (DALY, 1974). Em

36 O autor faz uma citação direta de Poncelet (1994)

outros termos, o *throughput* pode ser entendido como a taxa de transformação de insumos materiais e energéticos (VEIGA, 2011).

Conforme reconhecido por Kerschner (2010), a Economia do Estado Estacionário não é consenso no movimento pelo decrescimento. Segundo observa o autor, ela

was met with fierce rejection from Georgescu-Roegen, who insisted that only a declining state was both feasible and desirable³⁷. The de-growth movement in France, Italy and Spain, to judge from its literature³⁸ is strongly influenced by this position of Georgescu-Roegen (p.544).

De fato, Georgescu-Roegen (1975) fez duras críticas à ideia do estado estacionário. Para o autor,

em última análise, é essa mania do crescimento que John Stuart Mill e os defensores do estado estável querem refrear. Mas eles raciocinam um pouco como se a negação do crescimento devesse terminar num estado estável. Provavelmente, enquanto economistas, eram impedidos de pensar também num estado de decrescimento [*declining*]. Entretanto, convém ressaltar que a maioria dos argumentos em favor do estado estável militam em favor desse outro estado (GEORGESCU-ROEGEN, 2012b [1977], p.155).

Discordando dessa divergência, Kerschner (2010) utiliza uma formulação mais recentemente defendida por Herman Daly que é a do *quasi* Estado Estacionário

in summary many of the above criticisms of the SSE [steady-state economy] can be attributed to an erroneously narrow and technocratic definition of the concept. Daly later advocated a quasi SSE³⁹ which is “neither static nor eternal – it is a system in dynamic equilibrium within its containing, sustaining, and entropic biosphere”⁴⁰.

Neste estado, complementa Kerschner (2010), caberiam fases de diminuição da escala da economia em que se atinge certo nível de estabilidade que a sociedade entenda adequada. Com o passar do tempo e com as mudanças de contextos devido, por exemplo, incorporação de novas tecnologias, variações dos estoques naturais, mudanças culturais e populacionais, se estabeleceria nova escala adequada para a estabilidade. Essa readequação pode compreender uma diminuição da escala em relação à anterior, ou ainda uma diminuição somente em determinadas localidades ou em determinados grupos sociais para abrir espaço para o aumento em outros. Assim, nas palavras de Kerschner (2010):

in my view it is therefore important not to define the SSE as a goal that can actually be arrived at in terms of an end-point. This is practically impossible due to the difficulties in resisting entropic dissipation of materials⁴¹ over the long run and the socioeconomic, political and ecological complexity involved in determining and deciding upon a steady-state throughput level. Instead I shall turn to psychology in order to define a SSE as an “unattainable goal”,

37 O autor usa com referências Georgescu-Roegen (1975) e Georgescu-Roegen (1977).

38 O autor usa como referências Ariès (2005), Bonaiuti (2006), Latouche (2006), Latouche (2004), Grinevald (2006),

39 O autor faz referência a Daly (2007) e Daly (1993).

40 O autor faz uma referência direta à Daly (2007, p.117).

41 O autor faz uma referência a Georgescu-Roegen (1971).

thereby embracing that complexity, without taking away the validity of the goal itself (p.548).

Nesta perspectiva não há contradição entre o Decrescimento e o Estado Estacionário, mas complementariedade. Kerschner (2010) conclui que o decrescimento econômico no Norte pode ser um caminho que viabilize o objetivo de um estado estacionário global e equitativo, pois abriria espaço para um crescimento econômico no Sul.

Se a economia não pode crescer ilimitadamente e deve estar numa “variação estável”, então surge outra questão: qual é o tamanho adequado da economia? Na visão construída por Kallis (2011, p.879) há um elemento genérico que diz respeito a um “*leaner metabolism*”. Mas o quão enxuto? Esta é uma questão em aberto e reconhecidamente problemática, se não praticamente impossível de ser definida (KERSCHNER, 2010, p.548). E, não é um questionamento novo, encontrando-se reflexões no século XIX, como as de Johan Stuart Mill, e no século XX, como as de Meadows e colaboradores (1972) e Schumacher (1973), só para citar alguns.

Há sugestões genéricas, como a de retornar a um nível de consumo de 1960, década em que a pegada ecológica era equivalente a um planeta (LATOUCHE, 2009a). Ou como Martínez-Alier e colaboradores (2010) sugerem

according to Daly (1992) an optimal scale of the economy is one that is sustainable therefore not eroding the environmental carrying capacity over time and one where at the margin, economic activity provides the same level of productive benefit to society compared to the cost of degrading ecosystem services from further growth in throughput (p.1743-1744).

Ou, ainda, no esforço mais específico e localizado em que Victor (2012) modelou cenários para o tamanho da economia canadense para o ano de 2035 e sua emissão de dióxido de carbono em três perspectivas: de decrescimento, em que iguala ao PIB do ano de 1976; crescimento zero, em que iguala ao PIB do ano de 2005; e num crescimento como o usual. A propósito desta modelagem, Kallis e colaboradores (2012) a interpretam como uma evidencia de que para o combate às mudanças climáticas será necessário incluir um decrescimento sem precedentes do tamanho da economia canadense.

5.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A literatura acadêmica presente no corpus *básico* da ES, praticamente, não trata da questão do uso dos recursos naturais e da sustentabilidade ambiental. E quando trata, o faz de modo genérico como em Lima (2004) que afirma que “o crescimento da economia solidária mostra uma saída possível, uma política de desenvolvimento sustentável paralela às instituições capitalistas regulares e, contraditoriamente, integrada a ela” (p.58).

São os documentos e os eventos políticos da Economia Solidária que incorporam a expressão “sustentável” como, por exemplo: i) a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) no âmbito da CUT, teve como objetivo geral “contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável” e um de seus objetivos específicos era o de “organizar redes de economia solidária articuladas à estratégia de desenvolvimento sustentável” (CUT, 1999, p.61-62); ii) no seminário “Economia Popular Solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, do desenvolvimento humano, solidário e sustentável” que esteve na origem da criação do FBES (FARIA, 2011, p.501); iii) e na V Plenária Nacional do FBES, cuja temática era: “Bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável” (FBES, 2013). Destaca-se que o relatório final desta Plenária Nacional traz a “sustentabilidade” como uma das sete orientações políticas do movimento (FBES, 2013, p.31-39).

5.2.1 Imprecisão, negação e proposição

Apesar dessas referências, percebe-se uma falta de precisão no significado e no emprego dos termos relacionados aos recursos naturais como “sustentável”, “sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável”. Utiliza-se formulações genéricas, tal como a Economia Solidária “é uma estratégia de Desenvolvimento Solidário e Sustentável [...] e propõe ações urgentes para garantir as condições de vida no planeta, sem degradar o meio ambiente e respeitando o ciclo completo da natureza” (FBES, 2012, p.1). Ou, ainda, a relação entre Economia Solidária e esses termos é apresentada de modo diversificado, onde ora é “uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Solidário” (FBES, 2012, p.1), ora constitui o “fundamento [...] de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável [...]” (FBES, 2003, p.2), ora é um “projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental [...]” (FBES, 2003, p.3). Além disso, a “busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza” é tida como um princípio geral da economia solidária (FBES, 2003, p.2).

Em FBES (2013) a sustentabilidade é entendida como um

conceito amplo, que ultrapassa a ideia de preservação da natureza, mas propõe o estabelecimento de outra relação com a vida, abrangendo os aspectos econômicos, político, social, ambiental e cultural, de forma indissociável. A sustentabilidade significa a possibilidade de se obter, continuamente, condições iguais ou superiores de vida para as pessoas e as gerações futuras, num dado ecossistema. Sustentabilidade para nós é o desenvolvimento que queremos em todas as dimensões, de estar produzindo e comercializando os nossos produtos, de consumir os produtos dos empreendimentos, e não os oriundos do capitalismo.

[...] A sustentabilidade deve ser percebida a partir da preservação da natureza, da luta pela igualdade de direitos perante o estado, do respeito à diversidade ambiental e à sazonalidade para garantir condições de vida plena para as próximas gerações (p. 35).

Está ausente na literatura da Economia Solidária do corpus *básico* desta pesquisa a partir de que dados se conclui sobre a insustentabilidade. Cita-se em termos genéricos as crises “energética, ambiental, alimentar e climática” (FBES, 2012, p.1). Fala-se que

a atual crise estende-se para o meio ambiente, através do processo de devastação das florestas, bem como da extração mineral e ocupação desordenada do solo pelo agronegócio, contaminando os rios pelo uso descontrolado de agrotóxicos e do apelo ao consumismo desregrado” (FBES, 2012, p.1).

Nos documentos analisados atribui-se explicitamente a insustentabilidade ao capitalismo. Por exemplo, a problemática ambiental é apresentada como “resultado do modo de produção capitalista e sua lógica concentradora e excludente, porque valoriza a acumulação do capital” (FBES, 2012, p.1). Ou ainda que “o capitalismo degrada o meio ambiente, pois ele transforma a natureza e a vida em mercadoria sempre buscando se beneficiar, gerar lucro, sem se preocupar com as futuras gerações” (FBES, 2013, p.35).

Por extensão, relaciona-se a degradação do ambiente às “grandes corporações” (FBES, 2012, p.1), ao “incentivo ao endividamento e ao consumismo” (FBES, 2013, p.31), ao “sistema capitalista, baseado na produção e sobretudo no lucro, no acúmulo de bens e capital” (FBES, 2013, p.32).

A (in)sustentabilidade também é expressa por meio da contraposição do que é desejável e indesejáveis, como:

no uso de materiais que não agridam o meio ambiente, na busca da diversidade na produção, na inversão da padronização, investindo na singularidade, buscando sobretudo qualidade e não quantidade, na segurança alimentar e não na produção em larga escala com agrotóxicos e transgênicos, na geração de trabalho e renda para todas/os e não apenas para alguns, nas necessidades e não nos modismos (FBES, 2013, p.32).

Além desses antagonismos que o movimento pela Economia Solidária explicita, outra fonte de elementos que podem caracterizar o significado da sustentabilidade provém das propostas para atingi-la. A noção de sustentabilidade para a Economia Solidária no Brasil vem preponderantemente relacionada à necessidade de mudanças qualitativas no sistema econômico. Dentro das orientações políticas para a “sustentabilidade” o FBES (2013) busca

construir uma sociedade mais justa, onde o valor mais importante seja o trabalho humano, realizado de forma associada, que garanta a equidade social de consumo para a satisfação das necessidades, sem divisão de classes, nem acúmulo de bens. No mundo capitalista em que vivemos, a mudança de vida com relação ao consumismo exagerado é urgente para que possamos superar o modelo de mercado, combatendo-o com

ferramentas de promoção da sustentabilidade, resgatando as relações sociais dos seres humanos e destes com a natureza (p.32)

Propõem, então, que o foco da atividade econômica seja as pessoas, o trabalho humano, a vida, o meio ambiente e não o lucro. Defendem, ainda, que o mercado deve ser ressignificado passando a constituir um espaço provedor da vida, da troca e do encontro. Deve-se construir uma nova ideologia que seja baseada na justiça social e centrada no ser humano. Para tanto, deve haver uma revisão de valores, de modo a favorecer uma educação voltada ao consumo responsável, à construção de outra lógica e outra cultura de produção e comercialização (FBES, 2013).

5.2.2 Bem Viver e crítica ao (assimilação do) desenvolvimento sustentável

A Economia Solidária no Brasil incorpora o termo desenvolvimento sustentável em seus textos e orientações políticas. O termo vem, na maioria das vezes, acompanhado por outros termos ou expressões como uma forma de qualificá-lo. Exemplos disto são: “desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos” (FBES, 2003, p. 2); “desenvolvimento genuinamente sustentável” (FBES, 2003, p.3); “desenvolvimento justo e sustentável” e “Desenvolvimento Sustentável e Solidário” (FBES, 2012, p.1).

Os motivos dessa diferenciação ficam mais claros quando o FBES (2013) assume que a sustentabilidade não deve ser trabalhada “na perspectiva econômica de acumulação de capital como faz a economia verde, mas em uma perspectiva econômica, social e ambiental emancipatória” (p. 36). Ou ainda, quando explicita que o desenvolvimento sustentável e solidário não pode ser confundido com a economia verde, já que estes não representam alternativas para “garantir as condições de vida no planeta, sem degradar o meio ambiente” (FBES, 2012, p.1). A diferenciação tem, então, o objetivo de distanciar o uso que o movimento faz do termo desenvolvimento sustentável do uso feito pelo capitalismo. Observa-se que o FBES trata do termo economia verde atribuindo-lhe um valor negativo. Sabe-se que este termo tem sido defendido por governos e organismos internacionais como um caminho para se atingir o desenvolvimento sustentável (UNEP, 2011).

Um fato que pode contribuir para essa diferenciação está na aproximação do FBES ao conceito de Bem Viver que “complementa o sentido de sustentabilidade, diferenciando-o do seu uso pelo capitalismo” (FBES, 2013, p.37). Sendo mais explícito:

a utilização do termo “desenvolvimento sustentável” pela economia capitalista nos faz refletir sobre o mesmo. Por isto, o movimento de economia solidária deve usar cada vez mais o termo “bem viver”, aprofundando o debate em torno deste conceito e explicitando a nossa compreensão sobre o mesmo. Este debate fica mais fácil quando nos aproximamos de uma estratégia de fortalecimento das identidades de

nossos grupos nos locais e comunidades onde se inserem, e na aproximação com a economia popular para garantir o respeito à diversidade (comunidades e povos tradicionais), articulando a integralidade dos conceitos: sustentabilidade, território, reprodução da vida e economia popular [...]. A Economia Solidária deve pressupor esta finalidade: a promoção do bem viver. Entendemos que o bem viver constitui o respeito para com o ambiente, compreende uma vida harmônica entre todos os seres – com valores já preconizados pelos povos indígenas, como solidariedade, trabalho coletivo etc. Ou seja, viver em harmonia, de maneira digna, respeitando o espaço do próximo, sem competitividade, nem exclusão (FBES, 2013, p.37).

O Bem Viver se refere à expressão *Buen Vivir*⁴² que no entender do FBES (2013) está “ligada à experiência dos povos indígenas e nativos da América Latina, e à proposição de um socialismo democrático” (p.37). Este termo é assumido pelo FBES como sendo o “alicerce dos princípios” (p.37) e incorpora a dimensão da espiritualidade na relação dos seres humanos com a natureza. Para o FBES (2013)

precisamos aprender o bem viver a partir também da espiritualidade, estabelecimento de relações distintas com a natureza e demais formas de vida. Isso pode acontecer a partir do aprendizado com os modos de vida das comunidades tradicionais, que possuem uma relação diferenciada com os seres vivos, na contramão do processo de mercantilização da vida. Buscar um equilíbrio entre o tradicional e o moderno. Resgatar relações de respeito com o ambiente, de forma que o progresso tecnológico e científico esteja alinhando com tal pressuposto (p.37).

Promove, então, “uma 'cosmovisão' sobre o jeito de viver, onde tudo está integrado” (FBES, 2013, p.37).

O termo *Buen Vivir* não possui uma definição única. Esse termo pode ser considerado uma expressão “guarda-chuva” sob a qual se encontram, predominantemente, conceitos de origem indígena, principalmente da região andina, que tem sido complementado com conceitos políticos e acadêmicos num processo de constante construção (ACOSTA, 2008; GUDYNAS, 2011; TORTOSA, 2011). O *Buen Vivir* tem sido apropriado e interpretado por intelectuais acadêmicos e por agentes do Estado em diferentes países da América Latina, a partir de diferentes atores sociais, sob diferentes contextos sociais e ambientais. Tanto lideranças e intelectuais indígenas (CÉSPEDES, 2010; MACAS, 2010), quanto intelectuais não indígenas (ALBÓ, 2011; GUDYNAS e ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2011) têm se expressado a respeito desse tema. A palavra *Buen Vivir* está presente na Constituição boliviana de 2009 (BOLIVIA, 2009) e na Constituição equatoriana de 2008 (EQUADOR, 2008), país este que possui um programa governamental intitulado *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013*⁴³. O capítulo terceiro deste plano, “*Un Cambio de Paradigma: del*

42 A tradução de *buen* – ou *bueno* – para o português é bom, em vez de bem (LAROUSSE, 2009). Contudo, assumiu-se a o termo utilizado pelo FBES (2012; 2013) e por Garcia (2012) que é “Bem Viver”.

43 Há uma versão mais atual do plano referente ao quadriênio 2013-2017, mas que não foi analisada nesta pesquisa, pois no momento de sua aprovação e divulgação (junho de 2013) esta parte da pesquisa já havia sido

Desarrollo al Buen Vivir”, apresenta claramente o entendimento de que o desenvolvimento capitalista tem levado a uma crise global de múltiplas dimensões, demonstrando a impossibilidade de manter esse modelo para os países do Sul, incluindo os padrões atuais de produção e de consumo. Sendo assim, justificam a necessidade de impulsionar novos modos de produzir, consumir e de organizar a vida e de conviver (SENPLADES, 2009).

No espaço acadêmico, em geral, ressalta-se a dimensão de negação à noção de desenvolvimento presente no *Buen Vivir*. Autores como Alberto Acosta e David Choquehuanca Céspedes

entienden que el Buen Vivir implica un cuestionamiento sustancial a las ideas contemporáneas de desarrollo, y en especial su apego al crecimiento económico y su incapacidad para resolver los problemas de la pobreza, sin olvidar que sus prácticas desembocan en severos impactos sociales y ambientales. También señalan que esta idea le debe mucho (GUDYNAS, 2011, p.2).

Gudynas (2011) ressalta, ainda, que na crítica ao desenvolvimento feita no contexto do *Buen Vivir* se questionam, por exemplo, “*la racionalidad del desarrollo actual, su énfasis en los aspectos económicos y el mercado, su obsesión con el consumo, o el mito de un progreso continuado*” (p.2). O autor considera que

el Buen Vivir implica cambios profundos en las ideas sobre el desarrollo que están más allá de correcciones o ajustes. No es suficiente intentar “desarrollos alternativos”, ya que estos se mantienen dentro de la misma racionalidad de entender el progreso, el uso de la Naturaleza y las relaciones entre los humanos. Lo alternativo sin duda tiene su importancia, pero son necesarios cambios más profundos. En lugar de insistir con los “desarrollos alternativos” se deberían construir “alternativas al desarrollo” (siguiendo las palabras del antropólogo colombiano Arturo Escobar) (p. 3).

5.3 COMPARAÇÃO

A questão do uso dos recursos naturais está presente tanto no Decrescimento quanto na Economia Solidária. Mas, há claramente uma distinção de intensidade no tratamento da questão, visto que no Decrescimento o uso dos recursos naturais é um dos elementos articuladores do movimento. Já para a Economia Solidária é periférico, embora a sustentabilidade seja assumida como um princípio, pelo menos, em termos de discurso. A Economia Solidária deu espaço mais significativo sobre essa temática na sua V Plenária Nacional – a mais recente – em que a sustentabilidade é uma orientação política explícita no FBES. Ademais, reconhece que “há uma urgente necessidade de aproximação e de fortalecimento do diálogo com o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, sobretudo com aqueles relacionados às lutas ambientalistas e de luta pela terra, produzindo sem destruir o meio ambiente e buscando preservá-lo” (FBES, 2013, p.34). Resta saber se há no Brasil

feita. A nova versão pode ser consultada em: <http://www.buenvivir.gob.ec>

movimentos ligados à questão ambiental que compartilham o mesmo sentido da sustentabilidade que a ES parece atribuir. Esta dúvida é levantada tendo em vista que o campo da sustentabilidade é formado por uma grande diversidade de agentes e, conseqüentemente, uma diversidade de interpretações do que consiste a insustentabilidade e as soluções para o seu enfrentamento (NASCIMENTO, 2012).

5.3.1 Precisão e amplitude da análise

Qual é o sentido da sustentabilidade para a Economia Solidária e para o Decrescimento? Para colocar os movimentos em relação nesta perspectiva utilizou-se a hipótese formulada por Nascimento (2012) da existência de um “campo da sustentabilidade”.

A partir da análise da noção de uso dos recursos naturais feitas nas subseções viu-se que tanto o Decrescimento quanto a ES no Brasil reconhecem que há um problema com a (in)sustentabilidade da humanidade, ou seja, uma ameaça ao seu futuro. A partir desta constatação, pode-se dizer que os movimentos militam no campo da sustentabilidade, já que reconhecer que a “humanidade está ameaçada” é a porta de entrada comum a todos os agentes desse campo (NASCIMENTO, 2012, p.423).

Nascimento (2012) formula quatro versões sobre ameaças no campo da sustentabilidade: i) ameaça ao futuro do planeta oriunda das mudanças climáticas, especificamente pelo aquecimento global; ii) ameaça à vida oriunda do aquecimento global e em menor grau de outras variáveis como, por exemplo, a perda de biodiversidade e dos solos; iii) ameaça de extinção do ser humano, oriunda do aquecimento global e em menor grau das outras variáveis; iv) ameaça de degradação das condições de sobrevivência de grande parte da humanidade, ou até mesmo da maioria dela. Nesta última versão, o aquecimento global ora têm relevância central, ora é relevante mas não central, pois outras variáveis relativas às dimensões sociais e econômicas também são relevantes. Neste caso, “a ameaça surge igualmente da rapidez dos processos de depleção ambiental, disfuncionalidade social e crises econômicas” (NASCIMENTO, 2012, p.430).

Para o Decrescimento a ameaça parece estar ligada à quarta versão. Já a Economia Solidária no Brasil não deixa claro o que está em perigo. Mas, considerando uma de suas formulações genéricas como “ações urgentes para garantir as condições de vida no planeta” (FBES, 2012, p.1) parece que a ES se aproxima da segunda versão. Desta forma há uma clara distinção entre os movimentos. Enquanto que no Decrescimento o enfoque sobre o perigo é substantivo, na ES ele é superficial.

No que se refere à fonte das ameaças, entretanto, os movimentos convergem para a quarta versão. Isto porque ambos tratam a insustentabilidade numa perspectiva multidimensional, fazendo referência de modo unificado às diversas crises como, por exemplo, a climática, a social, a econômica, a energética e a de valores. Portanto, nestes movimentos a questão da (in)sustentabilidade ambiental não é separada das outras questões. Conforme tratado ao longo desta dissertação, os/as decrescentistas fazem referências a uma diversidade de fatos, fontes intelectuais e demandas que caracterizam a amplitude de aspectos ao redor do qual o movimento se mobiliza. São feitas referências às crises do emprego das décadas 1970 e 1990 que em outras palavras trata da exclusão social; fazem referência às desigualdades de renda, de poder de decisão e de acesso aos recursos naturais existentes no mundo, ao mesmo tempo que colocam a promoção da igualdade como uma demanda primeira; reforçam, pelo menos, quatro fontes intelectuais que inspiram o movimento como a ecológica, a democrática, a biofísica e a do pós-desenvolvimento. Na ES também são feitas referências a diversas dessas crises e problemáticas. Dessa forma, os movimentos não dão exclusividade e nem centralidade às mudanças climáticas ou às questões biofísicas como problema da (in)sustentabilidade do mundo, mas tratam de ameaças econômicas e sociais tão urgentes e imediatas quanto às outras. Neste aspecto, militam, de modo comum na quarta versão das ameaças definidas por Nascimento (2012).

Mas há também uma distinção. Para o Decrescimento o denominador comum que articula essa multidimensionalidade da (in)sustentabilidade é a ideologia do crescimento econômico. Já para a Economia Solidária é o capitalismo.

Quanto às medidas para enfrentar a insustentabilidade, Nascimento (2012) propôs três correntes que compõem o campo da sustentabilidade, advertindo que existem muitas variações em seu interior, são elas: i) a que “afirma que a trajetória do desenvolvimento econômico iniciada na Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX e, depois disseminada por todo o mundo, pode continuar proporcionando a um número crescente de pessoas um bem-estar cada vez maior” (p.430); ii) a que “vê na ideia de desenvolvimento um engodo, pois não pode ser generalizado, e um risco, pois tem uma trajetória prescrita de autodestruição” (p.430); iii) e a “corrente hoje hegemônica no campo, a do desenvolvimento sustentável” (p.431). Para o autor, o Decrescimento está na segunda corrente. De fato, como demonstrado na presente pesquisa, a crítica deste movimento recai diretamente sobre a noção de desenvolvimento, entendendo este como dependente essencialmente do crescimento econômico e, portanto, impossível de ser universalizado globalmente. Na Economia Solidária, entretanto, a crítica não é diretamente ao termo geral desenvolvimento,

mas específica ao desenvolvimento capitalista. Porém, apesar dessa diferença, quando o FBES critica o produtivismo/consumismo, problematiza um mesmo elemento básico presente tanto na noção de desenvolvimento, no entender do Decrescimento, ou do desenvolvimento capitalista, no entender da ES. Esta crítica se dá, por exemplo, quando o FBES (2013) avalia negativamente o modelo brasileiro de desenvolvimento que facilita o crédito para estimular o consumismo. Para o FBES, este modelo não representa os anseios e as necessidades de uma sociedade sustentável. Já o movimento pelo Decrescimento considera que a publicidade, criadora do desejo de consumir, somada ao crédito, fornecedora dos meios, e o consumismo, expresso na obsolescência programada que renova a necessidade de consumo, são os três ingredientes usados pela sociedade do crescimento em sua evolução destrutiva (LATOUCHE, 2009b, p.17-18).

Mas, com base nos textos do corpus *básico*, constata-se que a ES no Brasil: i) faz uma crítica explícita ao desenvolvimento capitalista, mas não nega a noção de desenvolvimento, qualificando-o com adjetivos múltiplos como forma de mantê-lo em seu discurso; ii) internaliza o conceito de desenvolvimento sustentável, embora o diferencie do seu uso pelo capitalismo. Sugere-se, então, que dentre as três correntes que compõem o campo da sustentabilidade quanto às medidas para enfrentar a insustentabilidade a ES no Brasil está na terceira, ou seja, a do desenvolvimento sustentável, enquanto que o Decrescimento está se segunda, aquela que naquela que rejeita noção de desenvolvimento. Desta forma, caracteriza-se uma divergência entre os movimentos.

Quanto a esta última questão se dedica a subseção seguinte.

5.3.2 Aceitação e rejeição do desenvolvimento

A Economia Solidária no Brasil parece se enquadrar naquilo que Latouche (2009a) chamou de “desenvolvimento em partículas”. O autor faz referência às diversas formulações e adjetivações do termo desenvolvimento como, por exemplo, desenvolvimento “equitativo”, “comunitário”, “autônomo e popular”, e afirma que isto se trata de uma “tentativa mágica” de conciliar a maldição do desenvolvimentismo, mas sem pôr realmente em dúvida, a acumulação capitalista (p.113). De fato a ES no Brasil promove a qualificação do termo desenvolvimento como, por exemplo, “desenvolvimento social e sustentável”, “desenvolvimento humano, solidário e sustentável”, “desenvolvimento justo e sustentável”, dentre outros. Entretanto, mesmo que a ES no Brasil não tenha abandonado o termo desenvolvimento, parece que isto não constitui a “tentativa mágica” de que Latouche trata. Pelo menos quanto à acumulação capitalista. A ES no Brasil ao mesmo tempo que atribui adjetivos ao termo também rejeita, ao menos no discurso, a acumulação capitalista e

reconhece a apropriação pelo capitalismo do termo desenvolvimento sustentável, atribuindo a esta apropriação uma conotação negativa. Ademais, o fato do FBES (2013) se aproximar do *Buen Vivir* parece ser parte da estratégia de negar o capitalismo e se distanciar dos termos apropriados por ele.

Como visto, um dos elementos da crítica do Decrescimento ao desenvolvimento é a necessidade de crescimento econômico. Este por sua vez, é considerado como gerador de desigualdades e de degradação ambiental. De modo que o movimento pelo Decrescimento nasce, em parte, da crítica ao desenvolvimento e a objeção à ideologia do crescimento econômico é o eixo articulador do movimento.

Por outro lado, a Economia Solidária no Brasil surge como resultado da crise do crescimento econômico das décadas de 1980 e 1990 que geraram grandes contingentes de desempregados. Mas ela não nega o crescimento econômico. Não foram encontradas no *corpus* básico da ES no Brasil referências substantivas à crítica a este crescimento. O que se encontrou foram qualificações do crescimento, no mesmo sentido da qualificação do desenvolvimento – sustentável.

consideramos como crescimento econômico a divisão igual de bens e serviços respeitando a diversidade, a partilha, o trabalho colaborativo, a distribuição de riqueza, o respeito ao meio ambiente e a não exploração do trabalho (FBES, 2013, p.47).

A partir deste excerto, explicita-se um antagonismo entre os movimentos, já que o FBES (2013) defende uma reformulação do crescimento econômico enquanto o Decrescimento defende o seu abandono.

5.3.3 Outras comparações

O Decrescimento apresenta análises sobre as estratégias de superação da insustentabilidade que estão, na sua maioria, ausente na Economia Solidária. Pela análise do *corpus* básico depreende-se ser totalmente estranho a este movimento estratégias como a ecoeficiência, assim como debates sobre os limites do desacoplamento, efeito rebote e dos limites da substituição dos fatores de produção.

A reciclagem está presente na ES, inclusive, parte dos atores que fazem parte dela são de cooperativas de catadores/as de materiais para reciclagem. Provavelmente devido a eles/as a V Plenária Nacional da Economia Solidária aprovou a seguinte sugestão:

fortalecimento das políticas públicas de coleta seletiva com o protagonismo dos catadores de materiais recicláveis para termos uma melhor relação com a natureza e a educação da sociedade para a cultura da reciclagem e do reaproveitamento (FBES, 2013, p.229-30)

Vê-se, assim, que há um entendimento da reciclagem relacionada com a sustentabilidade. Como se verá no debate sobre consumo no Capítulo 6 desta dissertação, Mance (2006) faz uma citação pontual sobre a reciclagem – subseção 6.2 (p.120). Mas está totalmente ausente na ES uma análise dos limites da reciclagem, sobretudo no âmbito do conceito de entropia, como faz o Decrescimento. Assim, caracteriza-se uma distinção entre os movimentos.

Outra distinção é que a Economia Solidária não aborda a problemática do tamanho e de como deve ser a dinâmica da escala da economia. Esta diferença pode constituir, na realidade, um antagonismo, pois a ausência do debate sobre o limite do tamanho da economia pode significar um entendimento na ES de que ela pode crescer infinitamente.

6 SENTIDO DA VIDA E CONSUMO

Cada um dos movimentos apresentam concepções particulares sobre bem-estar, felicidade e condições de vida. A partir disto, este capítulo analisa e compara suas respectivas visões sobre necessidades e consumo.

6.1 FELICIDADE, BEM-ESTAR E IGUALDADE NO DECRESCIMENTO

Para Kallis (2011) na sociedade do decrescimento o “*well-being stems from equality, relation and simplicity, and not material wealth*” (p.879). Por outro lado, nas economias modernas a base do crescimento ilimitado é o consumismo (JACKSON, 2009). Aqui reside uma questão relevante para os/as decrescentistas. Para eles/elas o problema de como induzir as pessoas ao consumo é resolvido pela estratégia de impor um sentido da vida e uma noção de felicidade caracterizado pelo mantra “*working more, earning more, selling more and buying more*” (DEMARIA et al., 2013, p.197). Enquanto a indústria detém o monopólio radical sobre a criação e a satisfação das necessidades, conforme visto na subseção 4.1 (p.51-52) desta dissertação, cabe à propaganda publicitária o papel de impor essas necessidades às pessoas e a visão de felicidade baseada no “*cada vez más/siempre más*” (BAYON et al., 2011, p.137). Fazendo referências à crítica ao progresso, Bayon e colaboradores (2001) afirmam que

el argumento clave de los objetores del crecimiento es que estamos en gran medida despojados de nuestros deseos, de nuestras necesidades, así con de la manera de satisfacerlos. Lo que se impone como respuesta a nuestras preguntas acerca del bienestar, la felicidad y la emancipación no es ya la respuesta de nuestros conciudadanos, sino la propaganda publicitaria que tergiversa y reduce todas las demandas al consumo de mercancías fabricadas en serie, deteriorando la calidad del espacio público, reduciéndolo a una especie de parque de atracciones permanente (p.137).

Os autores, seguindo as reflexões de Paul Ariès e François Brune, aceitam que ao mesmo tempo que a publicidade impõe esta visão particular de felicidade é, ela mesma, uma indústria de infelicidade, cujo objetivo é fazer as pessoas se sentirem infelizes, por ainda não possuírem o novo produto do mercado. A lógica disto é promover o ato de comprar, já que “*¡un ser humano feliz no es un buen comprador!*” (p.138).

A literatura do Decrescimento apresenta dados e estudos que demonstram que a correlação positiva entre crescimento econômico e bem-estar é limitada, e em certos casos falaciosa. São corriqueiras, por exemplo, referências ao Paradoxo de Easterlin que conclui que acima de certo limite o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não leva a um aumento da felicidade (BAYON et al., 2011; MARTÍNEZ-ALIER, 2009; SCHNEIDER et al., 2010). Ou ainda, estudos que associam o aumento no ganho material com o aumento nas

desordens emocionais (LATOUCHE, 2009a). Além desses indicadores subjetivos, a literatura faz referências a indicadores objetivos como a correlação entre expectativa de vida e PIB, que além de não ser linear, desaparece nos países mais ricos; a ausência de correlação entre PIB e população carcerária e homicídios; a debilidade da correlação entre PIB e o índice de Gini, só para citar alguns exemplos (BAYON et al., 2011, p.151-153).

Indicadores relacionados com os recursos naturais também são utilizados para demonstrar prováveis divergências entre indicadores de bem-estar e de crescimento econômico. A pegada ecológica é um exemplo, pois se considera que a degradação da natureza é causa de infelicidade, principalmente para os mais pobres que são os mais vulneráveis a essa degradação (BAYON et al., 2011, p.147-148). Além disso, a literatura do Decrescimento faz referência aos índices que avaliam custos irrecuperáveis para as comunidades humanas, como os custos de danos ambientais ou custos de destruições duradoras. Ou, ainda, o “índice de bem-estar sustentável”, o “índice para um bem-estar duradouro”, o “índice de progresso genuíno” e “indicador de saúde social”, dentre outros (BAYON et al., 2011, p.149-150).

O Decrescimento utiliza esses indicadores para compor parte da crítica à noção de desenvolvimento – outros elementos dessa crítica foram apresentados na subseção 5.1.2 desta dissertação. Latouche (2009a) considera que o desenvolvimento é uma construção mental fortemente baseada no crescimento econômico que foi criada no Norte e espalhada como modelo a ser seguido em todo o planeta. Um dos elementos essenciais criticados nesse modelo é a forte presença da maximização da utilidade como força motriz do comportamento humano. Ao reconhecer isto, os/as decrescentistas assumem a crítica ao utilitarismo inspirando-se nos escritos de Marcel Mauss, no próprio Serge Latouche, Alain Caillé, Jacques Godbout e outros membros do *Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales – MAUSS* (BAYON et al., 2011, p.52-54). De acordo com o entendimento de Bayon e colaboradores (2011),

según el MAUSS el universalismo que propone la “ciencia económica” debe ser sustituido por el universalismo del don, que lleva a defender la idea de sociedades basadas en la asociación y no en la empresa con fines lucrativos. Contrariamente al *Homo donator*, el “hombre económico” teorizado por la corriente dominante en economía, llamada “neoclásica”, actúa según el criterio de un intercambio local mutuamente beneficioso, sin reconocer ninguna deuda social, sin necesidad de situarse en un universo de sentido. Para los neoclásicos, la virtud del vínculo económico reside precisamente en la “mano invisible” que llega a transformar los vicios privados en virtudes públicas sin que sea necesario construir un orden simbólico y normativo común. Para el MAUSS, ese intercambio económico destruye todo vínculo social, crea conflictos se no está enmarcado por el don (p.53).

Bayon e colaboradores (2011) reconhecem que “*los miembros del MAUSS no*

comparten el mismo interés por el decrecimiento ni por la ecología, pero para quienes sí lo hacen, ese compromiso es una nueva forma de movilizar el imaginario antiutilitarista al que la corriente apela desde hace largo tiempo” (p.53).

Outra referência teóricas utilizadas por Latouche (2009a) é Arnaud Berthoud que, segundo o autor, *“esboza precisamente una alternativa teórica bajo el nombre de 'filosofía del consumo” (p.155).*

El “verdadero” consumo consiste en el uso ahorrativo de un conjunto de riquezas que constituyen la propiedad del sujeto para conseguir la felicidad de manera consecuente consigo mismo. Arnaud Berthoud pone de esta manera en duda la dictadura de la producción, del valor de intercambio y en consecuencia, del crecimiento, y rehabilita el don primordial y las relaciones no mercantiles en el seno del arte del uso de las cosas y de las personas, que podría constituir una guía teórica para la constitución de una sociedad de decrecimiento [...] (p.155-156).

Esse dom, *“que es don de su lugar y de su tiempo de vida, el hombre tiene que aprender a acogerlo. Esta acogida es la acogida del otro, planta, animal u hombre, en primer lugar. Luego sigue la reintroducción de las relaciones personales en el arte de consumir” (p.156).*

Latouche (2009a) utiliza, ainda, o conceito de riqueza fundado por Berthoud em que os bens relacionais têm papel fundamental. Utilizando citações diretas, o autor aceita que ser rico

es ante todo el hecho que un individuo disponga de lo necesario para vivir y disfrutar de su vida”, mientras que “el bien-estar producido no es sino un poder para volver producir”⁴⁴. El bueno uso de la vida supone (re)encontrar el sentido de los límites y del “justo” valor de las cosas. Los bienes “relacionales” tienen un papel central en esta economía de la felicidad [...]. “Somos pobres o ricos según la cantidad, calidad y variedad de servicios de los que disponemos en nuestra vida conyugal, familiar y social”⁴⁵ (p.157)

Na economia mercantil, ao contrário, *“el hombre rico es pues el que siempre lo es más, o el que posee el poder de serlo, pronto, todavía más”⁴⁶*. Ainda baseando-se em Berthoud, Latouche (2009a) transcreve:

“el precio del servicio libera la relación mutua de cualquier servidumbre común [...]. Ya no es lo que liga uno de otro en un medio simbólico y cultural marcado por la dependencia común de la necesidad; es, a la inversa, lo que desliga a unos de otros al integrarlos juntos en una sociedad mercantil en el que cada uno es libre de todos los demás”⁴⁷ [...]. Así, la noción de riqueza se ve encaminada exclusivamente hacia el modelo del bien material. Todo esto confirma las dudas que habíamos señalado sobre la ecocompatibilidad del capitalismo y de una sociedad de decrecimiento. (p.158-159)

Esta visão atribui, portanto, valor fundamental às relações entre as pessoas e destas

44 O autor fez uma citação direta de Berthoud (2005, p.39;41).

45 O autor fez uma citação direta de Berthoud (2005, p.43).

46 O autor fez uma citação direta de Berthoud (2005, p.112).

47 O autor fez uma citação direta de Berthoud (2005, p.51).

com os demais seres vivos. Assim, há uma oposição à visão do desenvolvimento nos termos da sociedade do crescimento econômico em que a noção de riqueza é baseada na posse de bens e serviços.

Ao se oporem a visão de felicidade do “cada vez mais/sempe mais”, o Decrescimento no invita al “cada vez menos/siempre menos” (ella es una palabra de transición que excluye de su vocabulario el adverbio “siempre”), sino a lo auténticamente mejor – y lo “mejor” no se reduce al placer o a la felicidad, sino incluye la reivindicación de autonomía y de igualdad (BAYON et al., 2011, p.137).

Dessa forma, a noção de felicidade e de sentido de vida necessita ser (re)significada (BAYON et al., 2011). Incorporando-se ideias como simplicidade voluntária, austeridade, frugalidade, sobriedade, dentre outras (LATOUCHE, 2009a, p.93,95). Com isso, concebe-se uma forma de vida que demanda uma autolimitação das necessidades e dos desejos. É uma ruptura com o consumismo que “*es susceptible de adquirir una aura de ascesis*” (LATOUCHE, 2009a, p.95). Parte dos autores que exercem influência na construção desta perspectiva são Henry David Thoreau, Pierre Rabhi, Serge Mongeau, Ernst Friedrich Schumacher, Joseph Chelladurai Kumarappa, Ghandi e Ivan Illich (LATOUCHE, 2009a, p.93, DEMARIA et al., 2013).

Neste aspecto, ao tratar da crise de direção pela qual passa as sociedades industriais, como sendo uma das fontes conceituais do Decrescimento Flipo (2008) constata que

The topic which is developed here is the nonsense of a life passed "always running more" (of titles, money, things) whereas harmony with nature, humans and living things in general passes rather by meditation and listening. The interior revolution is a necessary precondition to put an end to the increasingly disordered states which agitate the world. Non-violent and [deliberate] action, along the lines of Ghandi's precepts, is the only way of restoring progress which is no longer that of the blind forces of technology. Voluntary simplicity, after François d'Assise, is not a way of depriving oneself, but a way of becoming lighter in order to let a major direction come into oneself, less superficial than that which drives the ceaseless ballet of ordinary things. There, where poverty finds dignity, misery is chased away and people can take steps for a better future (p.27-28).

Utilizando as palavras de François Brune, Latouche (2009a) aceita que a simplificação da noção de felicidade não conduz a se submeter a uma vida miserável e de frustração masoquista.

“Es la opción de vivir de otra manera, de vivir mejor, de hecho, y más en armonía con nuestras convicciones, reemplazando la carrera hacia los bienes materiales por una búsqueda de valores más satisfactorios. No sentimos lástima de las raras familia que escogen vivir sin televisión, ya que prefieren otras satisfacciones a las que podría ofrecerles la linterna mágica, como la vida familiar o social, la lectura, los juegos, las actividades artísticas, o el tiempo libre para soñar y, simplemente, disfrutar de la vida [...] Es la opción de vivir al día, en lugar de sacrificar nuestra vida presente al consumo o a la acumulación de valores sin valor, a la construcción de un

proyecto de carrera que se supone que hará nuestro futuro satisfactorio, o a la realización de un plan de pensiones que se encargue de contrarrestar el miedo a no tener suficiente” (p.93-94).

Não se trata, também, de uma imposição externa de austeridade, entendida como obrigação moral. Nem de “*reemplazar un imperativo compulsivo de consumo por otro menos compulsivo de austeridad*” (LATOUCHE, 2009a, p.95). Mas, trata-se de uma mudança do imaginário em que a busca pela simplicidade seja um comportamento natural.

Fournier (2008) também nota que

degrowth is not envisaged in terms of sacrifice, or austerity and scarcity (as it is often accused of), but as an opportunity to reconsider what constitutes the good life. This emphasis on the good life is signaled by the use of terms such as conviviality (*Moins de biens, plus de liens* – “Fewer goods, more relationships” being one of the motto of the movement) and well-being (indeed, the sub-title of the *Journal de La De´croissance* is *La Joie de Vivre*). Proponents insist that degrowth does not require a decrease in quality of life, simply a different conception of quality of life, one that gives more importance to sensorial experiences, relationships, conviviality, silence, beauty than to consumption (Ariès, 2005) (p.536).

Os/as decrescentistas não colocam, no entanto, essas questões de modo ingênuo. Há a consciência das barreiras que deverão ser superadas, como a toxicodependência pelo consumismo de parte da sociedade. Além do que “*la lógica global es más fuerte que nuestro voluntarismo personal*” (LATOUCHE, 2009a, p.97). A análise da elevação da pegada ecológica nas últimas décadas é um dos dados utilizados para demonstrar que o potencial de transformação da simplicidade voluntária individual é muito limitada frente a lógica de organização das cadeias produtivas convencionais. Parte razoável do aumento da pegada ecológica foi determinada pela ampliação do consumo de produtos e serviços básicos, sobretudo nos países emergentes. O problema, então, não está somente na necessidade de seu consumo, já que são básicos, como alimentos, roupas, materiais educativos, dentre outros. Mas, o problema consiste na forma de produção e de distribuição desses bens. Nas sociedades industriais de hoje vêm incorporado nestes produtos e serviços elementares, por exemplo, centenas ou milhares de quilômetros que separam os locais de extração da matéria-prima, da sua transformação e do seu consumo final, além de toda uma variedade de substâncias acessórias ao sistema produtivo, como agrotóxicos, fertilizantes, conservantes e corantes, além de grande quantidade de embalagens. Todo esse arranjo produtivo demanda estruturas gigantescas de extração, processamento, armazenamento e distribuição altamente consumidoras de matéria e de energia. Deste modo, não é somente o sobreconsumo de produtos para satisfação de necessidades criadas pela indústria que impacta negativamente o ambiente e, por consequência, o bem-estar humano. Mas, também o consumo de produtos básicos se tornou altamente impactante (LATOUCHE,

2009a, p.97).

Não se trata, portanto, de se ter somente indivíduos mais austeros, mas sim uma sociedade mais sóbria. E, tampouco, se trata de “*producir menos valores de uso (agua, alimentación, vestido e vivienda) como producirlos de otra manera*” (LATOUCHE, 2009a, p.100). O Decrescimento preconiza, assim, a conveniência de uma nova significação da vida e da felicidade e de mudanças radicais nas relações sociais e nas formas de produção e de distribuição de bens e serviços básicos. Mas, isto demandará, segundo Latouche (2009b), “adaptar o aparelho produtivo e as relações sociais em função das mudanças de valores” (p.46-47).

Por fim, outro elemento relacionado com bem-estar na visão do Decrescimento é a igualdade (BAYON et al., 2011; KALLIS, 2011; MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010). Bayon e colaboradores (2011) afirmam que a busca primeira na sociedade do Decrescimento é a igualdade em termos de direitos e autonomia. E para a busca da igualdade há a necessidade de se implementar um dos objetivos definidos pelo Decrescimento que é o de (re)distribuir (LATOUCHE, 2009a, p.176-180). A (re)distribuição abrange diversos aspectos da vida humana, como a terra, os direitos de extração sobre a natureza, o acesso ao patrimônio natural, o trabalho, a renda, o poder de decisão, dentre outros (BAYON et al., 2011; LATOUCHE, 2009a, p.176-180). E, a (re)distribuição diz respeito à relação entre os países do Norte e do Sul, mas também entre as classes e indivíduos de um mesmo país e entre as gerações do presente e do futuro (LATOUCHE, 2009b, p.47-48).

Para o Decrescimento a superação do paradigma do crescimento econômico ilimitado é fundamental para a formação de uma sociedade equitativa, pois se assume que “*todo lo que compone el crecimiento económico (capitalismo, consumo, búsqueda del beneficio, etc.) es en sí mismo productor de desigualdades ecológicas*” (BAYON et al., 2011, p.25). E mais, a construção do caminho para a ampliação da igualdade implica “*un recuestionamiento radical del sistema de necesidades instaurado por los países desarrollados*” (p.25).

6.2 CONDIÇÕES DE VIDA, NECESSIDADES BÁSICAS E IGUALDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A sociedade almejada pela Economia Solidária no Brasil toma como fundamento a igualdade entre todas as pessoas. A noção de igualdade, apesar de ser pouco teorizada no movimento, abrange múltiplas dimensões como, por exemplo, aspectos “sociais, econômicas e políticas” e de “boas condições de vida para todas/os” (FBES, 2013, p.31), “de direitos perante o estado” (FBES, 2013, p.35), “de direito de voto em todas as decisões”

(SINGER, 2002a, p.9) e à partilha das perdas e dos ganhos do processo econômico (SINGER, 2002a). Há um forte apelo pela igualdade de gênero, por exemplo, no que se refere aos “espaços de decisão e representação política” (FBES, 2013, p.40), de acesso “ao mercado de trabalho” (FBES, 2013, p.53).

Trata-se também da igualdade

respeitando a diversidade de raça, orientação sexual, gerações, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, comunidades estrangeiras e garantir a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos destas pessoas (FBES, 2013, p. 28).

Reconhece também que as desigualdades de “raça, gênero, geração, orientação e expressão sexual, deficiência e pertencimento a povos e comunidades tradicionais tornam-se marcas de diferenciação e hierarquização” no sistema capitalista (FBES, 2013, p.53).

Apesar de reconhecer e explicitar uma noção ampla de igualdade, os textos do *corpus* básico se afocam no acesso aos benefícios do processo econômico, na decisão sobre o trabalho e no atendimento das necessidades básicas de todos/as.

Singer (2002a) afirma que

para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (p.9)

Vê-se neste último excerto que a igualdade e a solidariedade são dois princípios que caminham juntos, pois a solidariedade é uma condição para uma sociedade mais igualitária. Ao mesmo tempo, porém, há o reconhecimento de que

a solidariedade na economia só pode realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais (SINGER, 2002a, p.9)

Configura-se, então, um entendimento de relação direta entre solidariedade e igualdade, como num mecanismo de retroalimentação positiva. Isto se contrapõe explicitamente à predominância de relações competitivas da sociedade capitalista, no qual “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (SINGER, 2002a, p.8). Isto, complementa Singer (2002a), explica “por que o capitalismo produz desigualdade crescente” (p.8).

Singer (2002a) entende, ainda, que se “toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual” (p.10). Mas o autor reconhece que mesmo entre cooperativas que cooperam entre si, umas iriam melhor que as outras, havendo perdedoras e ganhadoras. Neste caso, o autor sugere que as vantagens das ganhadoras “teriam de ser periodicamente igualadas para não se tornarem cumulativas, o que exige um poder estatal

que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito” (p.10). Assim, para o autor,

mesmo que toda a atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (p.10-11).

Para Singer (2002a) dois fatores na Economia Solidária são essenciais para a sua vantagem em assegurar mais igualdade do que no capitalismo. A primeira é a que todos os sócios de um empreendimento solidário tem o mesmo direito de voto em todas as decisões (p.9). A segunda, em parte garantido pela primeira, é que “os sócios decidem coletivamente, em assembleias, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas”(p.12). Nas empresas que aceitam algum nível de desigualdade, elas “fixam limites máximos entre a menor e a maior retirada”(p.12).

Outro aspecto relacionado à noção de igualdade na Economia Solidária implica “na satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica” (FBES, 2003, p.2) e na “na satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra”(FBES, 2003, p.2). Ao mesmo tempo que a ES incorpora no seu discurso a igualdade no atendimento das necessidades, problematiza o seu significado. O FBES (2013) orienta que se deve “avaliar as reais necessidades que temos para viver dignamente, preservando o direito à vida das gerações futuras” (FBES, 2013, p.35). Afirma, ainda, que “a construção de um modo de produção diferente do capitalista” se concretiza, em parte, em centrar a produção “nas necessidades e não nos modismos” (FBES, 2013, p.32).

Historicamente o mercado, após o surgimento do capitalismo, tornou-se um espaço de relações complexas em que se instigam novas necessidades, aumento não planejado de produção, valorização do poder de compra e estímulo desenfreado do consumo. Porém, estas relações quase sempre são descoladas das reais necessidades de vida das comunidades, nas quais a economia acontece (p.47).

Desta forma observa-se que há um entendimento que opõe necessidades básicas das novas necessidades e modismos criados ou instigados pelo capitalismo. Enquanto as primeiras dizem respeito à vida digna, à sustentabilidade, à justiça e à igualdade de relações entre o seres humanos e destes com a natureza, os segundos estão associados ao oposto disto. As “novas necessidades” são entendidas como criadas pelo mercado capitalista que induzido pela “grande mídia” objetivam apenas o estímulo desenfreado do consumo. O FBES (2013) orienta que “relacionamo-nos com limitação com o mercado capitalista que

visa o consumo desenfreado e sem critérios, induzido pela grande mídia” (FBES, 2013, p.49).

Orienta, ainda, a se

construir uma sociedade mais justa, onde o valor mais importante seja o trabalho humano, realizado de forma associada, que garanta a equidade social de consumo para a satisfação das necessidades, sem divisão de classes, nem acúmulo de bens (FBES, 2013, p.32).

E avalia que

no mundo capitalista em que vivemos, a mudança de vida com relação ao consumismo exagerado é urgente para que possamos superar o modelo de mercado, combatendo-o com ferramentas de promoção da sustentabilidade, resgatando as relações sociais dos seres humanos e destes com a natureza (FBES, 2013, p.32).

A partir deste excerto observa-se a problematização a respeito do consumo na Economia Solidária. Nos textos do FBES analisados encontrou-se referências que atribuíam valores negativos ao consumismo. Como se vê nos dois excertos abaixo:

a atual crise estende-se para o meio ambiente, através do processo de devastação das florestas, bem como da extração mineral e ocupação desordenada do solo pelo agronegócio, contaminando os rios pelo uso descontrolado de agrotóxicos e do apelo ao consumismo desregrado (FBES, 2013, p.27).

o atual modelo de desenvolvimento dominante no Brasil para o enfrentamento da crise econômica é o incentivo ao endividamento e ao consumismo e, portanto, não representa os anseios e as necessidades de uma sociedade sustentável (FBES, 2013, p.31)

Ao mesmo tempo que se posicionam criticamente em relação ao “consumismo” e ao “consumo desregrado”, fazem referências ao “consumo consciente” (FBES, 2013, p.29, 35, 38, 46, 50), ao “consumo responsável” (FBES, 2013, p.30, 32, 36) e ao “consumo sustentável” (p.49).

Mance (2009) acrescenta ao *corpus* básico da ES uma diferenciação teórica do consumo. O autor, considera que “ato de consumo não é apenas econômico, mas também ético e político” (p.74).

O consumo é, pois, um exercício de poder pelo qual efetivamente se pode tanto apoiar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social, quanto se contrapor a esse modo lesivo de produção. Neste caso, promove-se, pela prática do consumo solidário, a ampliação das liberdades públicas e privadas, a desconcentração da riqueza e o desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável (p.74).

Assim, o autor traz ao contexto teórico da Economia Solidária a problematização do consumo. Considera, ainda, que

o consumo final é o instante de acabamento do processo produtivo. Teoricamente, é em função dele que o processo de produção é organizado,

contudo, nas sociedades capitalistas, o próprio consumo acaba reduzido a uma mediação necessária ao giro da produção pela venda da mercadoria. Essa dinâmica possibilita a conversão do valor econômico objetivo (do bem ou serviço comercializado) em valor econômico geral, viabilizando a obtenção do lucro e o acúmulo de mais-valia. Para atender a essa finalidade, a vida útil de muitos produtos é encurtada, e estratégias de *marketing* são adotadas, visando-se, neste caso, ampliar a busca por certas mercadorias para as quais não havia demanda (p.74).

O autor divide o consumo em quatro classes: “alienado, compulsório, realizado para o bem viver e solidário” (p.74). Abaixo seguem a definição do autor para cada um deles:

O *consumo alienado* é, em geral, praticado por influência das semioses publicitárias. A mercadoria, neste caso, cumpre principalmente o papel de objeto suporte dos signos elaborados pela empresa na estratégia de *marketing*, sendo modelada sob diversos significados que a associam imaginariamente a propriedades extrínsecas, as quais ela não contém, mas em razão das quais é interpretada e consumida. Gerando desejos e fantasias, a publicidade incita as pessoas a comprar determinados produtos de certas marcas, não propriamente por suas funções objetivas de uso (similares às de outros produtos de mesmo tipo disponíveis no mercado), mas por associá-los semioticamente a outros objetos que gostariam de ter, situações que lhes parecem aprazíveis ou identidades que almejavam assumir (p.74).

O *consumo compulsório* é aquele indispensável à satisfação de necessidades biológicas, culturais e situacionais, ocorrendo quando a pessoa tem poucos recursos para atendê-las ou não dispõe de alternativas. Neste caso, quando o consumidor faz suas compras, busca geralmente o produto mais barato, mesmo que ele não seja de boa qualidade, visando essencialmente alcançar a quantidade requerida para o atendimento a suas necessidades [...] Outro caso em que também se pratica o consumo compulsório, é aquele em que, por exemplo, para chegar-se a um destino, é necessário pagar-se pedágio a fim de se transitar por uma via, não havendo rota alternativa (p.75).

O *consumo para o bem-viver*, por sua vez, ocorre quando o consumidor não se deixa iludir pelas artimanhas publicitárias. Tendo recursos que possibilitam escolher o que comprar, opta por aqueles produtos e serviços adequados a seu bem-viver, à satisfação de sua singularidade como ser humano (p.75)

Por fim, o *consumo solidário* é aquele praticado em função não apenas do bem-viver pessoal, mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produzem, distribuem e comercializam os bens e serviços consumidos e, igualmente, em prol da manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. Trata-se, pois, do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária em relação aos produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas. O consumo solidário é igualmente praticado com vistas a contribuir-se à geração e manutenção de postos de trabalho sob estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, para se preservar o equilíbrio dos ecossistemas e melhorar o padrão de consumo dos participantes de redes colaborativas solidárias. Concorre-se, assim, para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis, combatendo-se a exclusão societária e a degradação ambiental (p.75).

É importante ressaltar que ao tratar de bem viver, Mance (2009) não faz referência ao *Buen Vivir*, como faz o FBES (2013). O bem viver é definido em Mance (1999) como sendo

o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir, eticamente, a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública. O bem-viver solidário implica em respeitar o desejo pessoal e promover a sua realização na igual medida em que se respeita o desejo público e se promove a sua realização (p.17).

Junto com este conceito, o autor incorpora uma oposição ao consumismo. Segundo ele,

o bem-viver não se resume a consumir produtos que são propagandeados pelas mídias sob as publicidades engenhosamente produzidas [...] O bem-viver está muito longe do consumismo alienante promovido pelo capitalismo. Em um mundo de simulacros e ilusões, o capitalismo desumaniza as necessidades pessoais para realizar seus giros de produção que possibilitam o acúmulo de mais-valia; gera novas necessidades e desejos, criando satisfações e gozos alienados para acumular cada vez mais capital com a venda das mercadorias que possam satisfazê-los. Neste mundo de mercadorias, os bens materiais valem mais do que as pessoas e estas somente são reconhecidas socialmente quando participam desta riqueza, quando a ostentam. Contudo, dela despidas, nenhum reconhecimento social teriam, porque tais pessoas, sob a lógica do capital, valem menos do que a riqueza que possuem (Mance, 1999, p.18).

O autor considera, ainda, que a “difusão do consumo solidário é um dos elementos centrais à estratégia de expansão das redes de colaboração solidária ou das redes colaborativas de economia solidária” (Mance, 2009, p.77).

Singer (2002a), por sua vez, trata do consumo no contexto das possibilidades de expansão ou retração da ES no Brasil. Ao considerar o “isolamento” como uma das formas de “relacionamento com a economia inclusiva, dominada pelo capital” o autor considera que

a economia solidária tenderia a constituir um todo autossuficiente, protegido da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada – o chamado consumo solidário, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários (p.117).

O autor critica a definição de Mance (1999) de consumo solidário⁴⁸, pois considera que “oferece uma margem limitada de proteção às mercadorias produzidas pelos excluídos” já que dependeria de “apenas um punhado de consumidores solidários ricos e caridosos [que] se disporia a adquiri-las” (SINGER, 2002a, p.119). Assim, este consumo ficaria restrito a

48 A formulação a que Singer (2002a) faz referência é a definida em Mance (1999, p.30): “consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de promover o bem viver da coletividade (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais, etc.) é o que denominamos aqui como consumo solidário”.

estes setores e aos espaços específicos, como as “paróquias e dioceses da Igreja” que estimulam o consumo por parte dos fiéis. Singer (2002a) considera que nestas condições

os resultados são medíocres, a julgar pelo fato de que a maioria das unidades solidárias de produção, que dependem do mercado solidário, se mostra incapaz de crescer e de elevar sua produtividade ao patamar da produtividade média das empresas capitalistas. Daí surge o principal argumento contra a proposta de consumo solidário: ao proteger pequenas unidades solidárias de produção, o *consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando* (p.119).

Com relação a esta afirmação, Mance (2009) faz uma citação direta a ela, e responde:

desconsidera-se que o consumo solidário é uma modalidade do consumo para o bem-viver. Se o produto assegura o bem-viver do consumidor e o processo produtivo garante o bem-viver dos produtores e o equilíbrio do ecossistema, não há problema em que ele seja mantido em tais parâmetros de sustentabilidades técnica, social e ecológica. Entretanto, se o produto deixa de propiciar bem-viver aos consumidores, em razão do refinamento da sensibilidade destes, ou se o processo produtivo inviabiliza a geração de mais tempo livre, considerando o desenvolvimento tecnológico já alcançado socialmente, então caberá às redes solidárias promover as transformações requeridas para que os novos padrões de bem-viver tecnologicamente possíveis, socialmente requeridos e ecologicamente sustentáveis sejam adotados nos empreendimentos que elas integram, posto ser isso vantajoso para consumidores e trabalhadores (p.78-79).

Neste diálogo entre os autores, fica clara uma diferença. Para Singer (2002a), a produção dos empreendimentos solidário, ou parte dela, deve ser – ou tem de ser – destinada ao mercado capitalista, e por isso deve se enquadrar nas suas condições competitivas. Para Mance (2009) a produção não é para o mercado, mas para o bem viver. Por isso, não é adequado analisá-lo sob o prisma da competitividade.

No contexto do consumo solidário, Mance (2009) incorpora

os famosos 4R: a) *redução* do consumo de itens inúteis, descartáveis, que dependem recursos não-renováveis, etc.; b) *reutilização* dos bens, abandonando modismos, adquirindo produtos usados, etc.; c) *reparação* dos bens que se danificam, aumentando sua vida útil; e d) *reciclagem* de tudo que seja possível, reduzindo o descarte e a emissão de resíduos (p.76).

Além disso, o autor sugere que se deve “superar o medo da sobriedade, isto é, perceber que é possível viver confortavelmente dispondo de menos objetos e utensílios os quais, muitas vezes, nada acrescentam significativamente às mediações necessárias ao bem viver” (p.76).

Assim como Mance, o FBES procura também afastar-se do materialismo, quando afirma a

necessidade de vivenciar o bem viver em nossas organizações e no Movimento de Economia Solidária, que deve estar ligado ao ser e não ao

ter, estimulando o trabalho coletivo, a autonomia e a emancipação com relação ao modelo dominante (FBES, 2013, p.38).

No *corpus* básico da ES também foram encontradas referências ao antiutilitarismo. Caillé (2009), um dos inspiradores do MAUSS, afirma que o paradigma antiutilitarista “encontra-se incontestemente mais próximo dos partidários da Economia Solidária e da valorização de tudo o que se faça em nome do princípio associativo” (p.106). Afirma ainda que no setor associativo “o espírito da dádiva é em princípio hierarquicamente dominante em relação às lógicas do interesse individual e da obrigação” (p.106).

Laville e Gaiger (2009), por sua vez, consideram que um dos recursos relevantes para o avanço das experiências da Economia Solidária “são aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros, exercida via prestações ao coletivo livres de contrapartidas” (p.162). E mais, consideram que “as práticas de autogestão promovem sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público” (p.166). Para os autores, a solidariedade promovida entre os membros das iniciativas que caracterizam a Economia Solidária estabelecem “um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação” (p.162). No mesmo sentido, o FBES (2013) reconhece que

consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos (p.3).

Além desses textos que estão presentes no *corpus* básico desta pesquisa, encontrou-se referências complementares que chegam a conclusões semelhantes. Alves e Bursztyn (2009) ao utilizarem este mesmo arcabouço teórico para analisar um caso emblemático de Economia Solidária, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), concluíram que todos os espaços criados pela associação

exercem funções que ultrapassam o mero interesse mercantil, à medida que mobilizam sentimentos de lealdade, amizade e confiança, tendo a dádiva como um dos elementos fundamentais de regulação das relações existentes dentro da rede e, desta, com o exterior (p.600).

Por fim, a aproximação com *Buen Vivir* faz emergir outro elemento na noção de bem-estar da ES que é a espiritualidade das relações entre o ser humano e a natureza. O FBES (2013) assume explicitamente que

precisamos aprender o Bem Viver a partir também da espiritualidade, estabelecimento de relações distintas com a natureza e demais formas de vida. Isso pode acontecer a partir do aprendizado com os modos de vida das comunidades tradicionais, que possuem uma relação diferenciada com os seres vivos, na contramão do processo de mercantilização da vida. (FBES 2013, p.35).

6.3 COMPARAÇÃO

O Decrescimento e a Economia Solidária no Brasil atribuem à igualdade um objetivo fundamental nas suas respectivas visões de sociedade a ser construída. Entendem a igualdade num sentido amplo, incorporando dimensões econômicas, políticas e sociais. Caracteriza-se, assim, elementos comuns entre os movimentos.

No entanto, há distinções quanto ao fator de geração de desigualdade. Para a Economia Solidária é o capitalismo com seu princípio relacional baseado na competição que promove desigualdades crescentes na sociedade, sendo que a cooperação e a solidariedade é que dariam a condição para uma sociedade de iguais. Já para o Decrescimento, o produtor de desigualdades é o crescimento econômico, que inclui o capitalismo mas, não apenas ele. De modo que, para se construir uma sociedade igualitária, deve-se superar a ideologia do crescimento econômico.

Os movimentos relacionam o atendimento das necessidades de todas as pessoas à igualdade. Além disso, a questão das necessidades aparece nas suas respectivas noções de bem-estar/sentido da vida, assim como no contexto da autonomia – conforme subseções 3.1 (p. 53-55) e 3.2 (p.63-64). Ao tratar delas, os movimentos diferenciam as necessidades essenciais, ou básicas, das necessidades criadas. Atribuem valor positivo às primeiras e defendem que elas devem ser atendidas para toda a sociedade. Em contrário, ambos atribuem valor negativo às necessidades criadas, entendendo que estas servem apenas para alimentar o consumismo. Os movimentos apresentam, também, um entendimento comum de que as necessidades criadas e o consumismo são impostas pela publicidade, pela mídia e pelo *marketing*. Caracteriza-se, assim, outros elementos comuns entre os movimentos.

Mas, para o Decrescimento as necessidades criadas são entendidas como invenções da indústria, enquanto que na Economia Solidária apresenta-as como invenções do mercado capitalista. Ademais, a crítica ao sistema de necessidades é tratada de modo substantivo no Decrescimento, compondo parte de suas raízes conceituais. Enquanto que na ES não tratada com a mesma intensidade. Configura-se, então, distinção entre os movimentos.

Ademais, o Decrescimento problematiza as necessidades básicas, assumindo que o debate não se limita à preferência das essenciais ou básicas às criadas. Isto pois, as primeiras também são fator de insustentabilidade ambiental, uma vez que na sociedade industrial a produção e a distribuição dos bens básicos apresenta alto custo energético e é demandante de materiais poluentes. Dessarte, o Decrescimento põe em dúvida a possibilidade a universalização do acesso às necessidades básicas pela humanidade. Esta

reflexão está ausente no *corpus* básico da Economia Solidária. Nestes termos, caracteriza-se outra distinção entre os movimentos.

Ademais, ambos atribuem valor negativo ao consumismo. No entanto, quando a Economia Solidária faz a crítica a ele, não foca na inviabilidade de sua generalização à humanidade, como o faz como faz o Decrescimento. O consumo é para o Decrescimento parte de uma de suas formulações centrais, “consumir menos”, mobilizando noções como pela simplicidade voluntária, frugalidade e outras. Isto não está presente de modo substantivo na ES. A Economia Solidária dá preferência aos produtos básicos ao modismo e orienta por um consumo consciente, mas não apresenta a redução do consumo como um argumento expressivo. Ela aparece no seu *corpus* básico da ES de modo pontual em Mance (2009) que defende uma sociedade mais austera e simples. Há inclusive uma diferença dentro da ES no embate entre Singer (2002a) e Mance (2009), já que o primeiro aborda a produção dos empreendimentos solidários para o mercado capitalista, enquanto que o segundo para o bem viver. De modo que, caracteriza-se uma distinção já que a redução do consumo é um consenso no Decrescimento, diferentemente na ES. Além dos movimentos atribuírem intensidades desiguais ao tema.

Outra distinção é que no Decrescimento a crítica ao consumismo se estende como crítica ao desenvolvimento e à ideologia do crescimento econômico, enquanto que na ES é direcionada ao capitalismo. Além disso, a crítica do Decrescimento sobre a noção quantitativa de felicidade e bem-estar está, em boa parte, baseada em estudos e dados. Já a da ES parece ser formulada intuitivamente, por meio da experiência do dia a dia de seus militantes e intelectuais, uma vez que não apresenta dados sobre o tema.

Os movimentos apresentam uma visão de felicidade e de bem-estar baseada em atributos qualitativos e relacionais, resgatando valores como a reciprocidade, a solidariedade e a harmonia entre as pessoas, e destas com os demais seres vivos. Além disso, se opõem, explicitamente, à visão que atribui sentido à vida baseada em termos utilitaristas, quantitativos, individualistas e materialistas. Além disso, reconhecem que os ecossistemas têm valor em si e não apenas em termos de utilidade econômica. Reconhecem que o ser humano é parte integrante e dependente do ecossistema, mas não é o centro de tudo e que tampouco a natureza o pertence. Assim, a ES no Brasil e o Decrescimento compartilham elementos comuns.

7 RELAÇÕES COM O ESTADO

Finalizando a descrição e comparação dos movimentos, apresenta-se brevemente neste capítulo, suas respectivas relações com o Estado e suas diferentes concepções sobre ele.

7.1 ESTADO NO DECRESCIMENTO

O entendimento do Decrescimento acerca do papel ou da existência do Estado, assim como da relação do movimento com ele não é consensual. Bayon e colaboradores (2011) ao tratar das relações do movimento com as instituições reconhecem que:

todos los objetores del crecimiento no comparten el mismo análisis ni la misma estrategia. Algunos, como V. Cheynet, han creado un partido político dedicado al decrecimiento; otros, como S. Latouche piensan que eso no tiene razón de ser (BAYON et al., p.221).

De fato, Latouche (2009b) apresenta o seguinte posicionamento:

institucionalizar o programa do decrescimento mediante a existência de um partido político poderia nos fazer cair na armadilha da política politiqueria, aquela que leva os atores políticos a abandonarem as realidades sociais e se encerrarem no jogo político, quando ainda não estão reunidas as condições que permitam pôr em andamento a construção de uma sociedade do decrescimento e quanto ainda é duvidoso de que esta possa se inscrever eficazmente no contexto ultrapassado do Estado-nação [...] Consideramos, ao contrário, mais importante influir no debate, modificar as posições de uns e outros, fazer que certos argumentos sejam considerados, contribuir para fazer evoluir assim as mentalidades. (p.136-137).

Bayon e Colaboradores (2011) reafirmam que não há o total abandono dos espaços governamentais no movimento. Conforme eles relatam:

si las “marchas por el decrecimiento” propugnan métodos orales de debate colectivo que favorecen la participación de todas y todos, sus promotores no pretenden, sin embargo, abolir el gobierno, los consejos regionales, departamentales y municipales (p.219).

Ou ponderam ainda que

para considerar una política pública de decrecimiento, hay que tomar también en cuenta que el espacio político sigue siendo una esfera pertinente de intervención para los movimientos sociales que reivindicarían el termino. Pero eso hay que decirlo. Los debates que agitan los diversos componentes de las corrientes favorables al decrecimiento van, por ende, mucho más allá de la controversia tradicional: “¿Reforma o Revolución?” (p.225).

Para aprofundar este debate, Bayon e Colaboradores (2011) resgatam as lutas e reflexões do início dos movimentos de ecologia social e política que não se focavam apenas nas questões ambientais, mas que “*se manifestaron ante todo como una reacción de*

defensa de una cotidianidad amenazada por las actividades de poderes burocráticos, tanto públicos como privados” (p.226). Para os autores,

un cierto número de partidarios del decrecimiento permanecen fieles a esa historia y a los escritos de esta crítica social para la cual la “emancipación política” fue puesta en práctica por la propia sociedad mercantil en una operación de “reducción” del ser humano, por una parte, al “individuo egoísta mercantil”, y, por otra, al ciudadano “persona moral miembro del Estado” (Marx) (p.226).

Os autores reconhecerem que a constituição de um espaço público onde se poderia coordenar diretamente diferentes atores

era indispensable y ha permitido el financiamiento de infraestructuras públicas y la creación de leyes e reglamentaciones que instituyen y enmarcan la economía mercantil (derecho de propiedad, política fiscal, duración legal del trabajo, etc.). Es, pues, la economía mercantil la que ha recurrido de forma masiva a la intervención pública y a la política [...]. Según este enfoque, toda proposición en materia de política pública “decreciente” se muestra contradictorio en sus términos, siendo precisamente el espacio político un subsistema de la sociedad del crecimiento. Este no dispone de ninguna autonomía con respecto a esta última, como tendería a mostrarlo la reducción cada vez más importante del debate “derecha-izquierda” a una simple confrontación entre gestores en todas las democracias modernas del globo (p.227).

Para concluir, os autores afirmam que

Para algunos partidarios del decrecimiento será importante defender, cueste lo que cueste, los últimos paisajes, las últimas relaciones humanas que escapen a la influencia burocrática, privada o pública. Y crear en todas las partes donde sea posible lugares de deliberación y de acción directas sobre nuestras condiciones de vida para hacerlas recular. La vasta esfera de las asociaciones es sumamente solicitada, desde asociaciones de defensa de un lugar de vida hasta movimientos de ayuda mutua [...]. La idea, [...], es hacer que alcancen una mayor dimensión acciones y discusiones fuera del marco político tradicional, a fin de que la sociedad humana cuente con múltiples lugares de autodeterminación (p.227-228).

7.2 ESTADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Observou-se na história recente da Economia Solidária no Brasil sua estreita relação com o Estado, sendo que processo de fortalecimento e expansão do movimento se deu, em parte, em função dessa relação – conforme abordado nas subseções 2.3.2 (p.47-48) e 6.2 (p.119-120).

Ao tratar da igualdade viu-se que Singer (2002a) entende que um Estado redistribuidor seria necessário mesmo numa sociedade organizada por empreendimentos solidários, de modo que as vantagens dos ganhadores não fossem acumuladas resultando numa sociedade desigual – conforme apresentado na subseção 6.2 desta dissertação (p.115-116).

Viu-se também – na subseção 4.2 (p.71) – que o FBES (2013) orienta o movimento para a autonomia dos empreendimentos solidários frente aos recursos governamentais,

entendendo que a relação que a Economia Solidária deve ter com o Estado é de garantia de direitos e não de dependência. Esta orientação fica explícita no excerto abaixo:

a busca de uma sociedade autogestionária também depende de uma reflexão sobre a nossa relação com o Estado. Devemos construir a nossa autonomia em relação aos recursos governamentais, buscando uma relação de não dependência com programas de governo, ao mesmo tempo que lutamos por políticas públicas para a Economia Solidária, enquanto direito de todos que a praticam. O acesso a recursos públicos é um direito e, portanto, não deve interferir na autonomia dos empreendimentos. Para isso se devem ter leis municipais, estaduais e federais, sistemas, programas e conselhos deliberativos, desburocratização do acesso ao financiamento, legislação sanitária e fundos de apoio com dotação orçamentária específica, efetivos e em funcionamento, pois assim se garante uma relação de autonomia (FBES, 2013, p.41).

Este último aspecto, a garantia de direitos, parece ser a questão central para o entendimento da forte relação entre a Economia Solidária no Brasil e o Estado. Sobre isto, Schiochet (2009) considera que

uma das características do movimento em defesa da economia solidária tem sido sua capacidade de colocar a problemática da autogestão coletiva na agenda pública, transformando-a em luta por direitos (direito ao trabalho associado e à promoção de formas solidárias de organização econômica e de processos de desenvolvimento, por exemplo).

[...]

A transformação das carências e necessidades próprias da economia solidária em direitos fez com que a atuação dos governos (gestores) e as mudanças nas estruturas do Estado assumissem centralidade para as perspectivas dos empreendimentos autogestionários. Ao mesmo tempo em que vai se constituindo como identidade, movimento social e como questão pública, a economia solidária reivindica e propõe políticas públicas específicas, à luz de experiências semelhantes (p.268).

Schiochet (2009), baseando-se em França Filho e colaboradores/a (2006), afirma que “o consenso é que somente como política pública a economia solidária poderá sair do seu confinamento” (p.268) e que há a aposta no “'experimentalismo social' para se constituir em uma força contra-hegemônica capaz de construir uma 'outra economia', plural para uns, socialista e autogestionária para outros” (p.268-269). O autor, reconhece, ainda, que a incorporação da ES como política pública promove mudanças no Estado. Ao tomá-la como uma política do trabalho, o autor afirma que a Economia Solidária

exige a incorporação de estratégias mais amplas de atuação governamental ou estatal. Parte da função desempenhada pelo capital na organização do trabalho passa a ser exercida pelo Estado. Considerando que a economia solidária envolve pessoas destituídas dos meios de produção de sua existência, faz-se necessário alocar ativos para viabilizar os processos de trabalho (p.271).

Assim, o autor entende a ES como ampliação da função redistributiva do Estado que, para além da renda, assume outras dimensões como a distribuição patrimonial, a alocação de terras e de meios de produção, a infraestrutura necessária para distribuição e venda dos

produtos, o acesso ao crédito, a adoção de políticas de educação e formações social e profissional e o desenvolvimento científico e tecnológico adequado, dentre outros. Neste caso, a incorporação da ES no Estado não o altera em termos substanciais, mas reforça seu caráter redistributivo como forma de compensar as desigualdades de condições existentes no modelo socioeconômico atual. Isto converge com a visão de Singer (2002a) sobre o papel do Estado, inclusive para uma sociedade baseada na solidariedade.

Além de reforçar essa função, Schiochet (2009) vê uma outra dimensão que é a Economia Solidária enquanto “uma política de desenvolvimento social e econômico fundamentada na organização coletiva, associativa e autogestionária de pessoas” (p.271). Dessa forma, ela incorporaria

“a ação do governo” em muitas questões e setores que fazem parte da agenda pública. Essa nova configuração estratégica propiciaria, aos beneficiários das políticas de transferência de renda, o ingresso no mundo do trabalho, como alternativa de organização econômica a ex-detentos, coletores de material reciclável, agricultores familiares e assentados, entre outros (p. 271-272).

Neste sentido, “a economia solidária pode ser adotada como uma nova forma de organização e de gestão da própria política pública” (Schiochet, 2009, p.272). Como exemplo o autor cita a “política de crédito aos agricultores familiares, cuja implementação substitui o sistema bancário tradicional pelas cooperativas de crédito dos próprios agricultores familiares” (p.272). O autor reconhece nisto uma nova forma do Estado exercer a política que se “refere a um novo arranjo na articulação entre o Estado e a sociedade, mediada por organizações coletivas e autogestionárias e não apenas por empresas privadas ou diretamente pela burocracia estatal” (p.272).

Contudo, a estreita relação da Economia Solidária com o Estado não se dá sem ponderações críticas dentro do próprio movimento. Segundo Schiochet (2009),

existem receios manifestos sobre a possibilidade de que o crescente controle estatal e a subordinação burocrática estariam em contradição com as potencialidades emancipadoras próprias da economia solidária. Ao mesmo tempo, autores como Laville e França Filho identificam a existência de espaços públicos, isto é, “espaços intermediários, no sentido que eles se reforçam, tendo em vista contribuir para a regulação de um campo de práticas de estímulo às interações entre as iniciativas e os poderes públicos” (França Filho et al., 2006, p. 301) como possibilidade de manutenção da autonomia da economia solidária em frente ao Estado (p.269).

O autor considera, ainda, que

o caráter emancipador da economia solidária em termos de política pública somente pode ser compreendido a partir da dimensão normativa e ideológica tanto de seus defensores, quanto de seus críticos. Não há consenso em torno disso, e os conflitos refletem contradições próprias da

sociedade, da qual a economia solidária faz parte, construindo novas realidades e, ao mesmo tempo, reproduzindo realidades existentes (p.270).

Por fim, mesmo com essa estreita relação da ES com o Estado “a incorporação da economia solidária à agenda governamental é ainda inócua, dispersa e fragmentada territorial, institucional e temporalmente” (SCHIOCHET, 2009, p.269).

Tais “ações de governo” ainda não se institucionalizam como direitos (da sociedade) e deveres (do Estado), sendo políticas de governo e não políticas de Estado. Dessa forma, a inclusão da economia solidária na agenda governamental depende da progressiva vontade política de seus adeptos; no entanto, sendo implementadas por governos constituídos a partir de processos eleitorais, seus simpatizantes ficam à mercê das alternâncias de governo que ocorrem periodicamente nos regimes democráticos representativos (SCHIOCHET, 2009, p.269).

Concordando com o autor, Cunha (2012) ao analisar a evolução da Economia Solidária no âmbito dos programas governamentais federais ao longo de boa parte da década de 2000, conclui que as condições das práticas de ES no Brasil não se alteraram substancialmente, já que as iniciativas continuam

a enfrentar diferentes tipos de invisibilização, limitando que possam ser vistas tanto como realidade objetiva, viva, “outra economia que já acontece”, quanto como objeto da construção de conhecimento, e também como alvo da produção de políticas públicas. Para as jovens políticas de economia solidária, avaliadas pelos atores do próprio campo como “restritas”, “isoladas” e “marginais”, essa invisibilização tem sistematicamente impedido que se avance em proposições, soluções e reformulações para dar conta de seus limites, impasses ou equívocos (p.427).

A autora ressalta, ainda, o problema recorrente da descontinuidade das políticas públicas destinadas à ES “por conta de sua institucionalização incipiente” (p.430). As experiências dificilmente passaram de políticas de governo à políticas de Estado, “recuando ou mesmo desaparecendo com mudanças na passagem entre governos ou mesmo no decorrer do próprio governo” (p.431).

7.3 COMPARAÇÃO

Contata-se uma distinção entre os movimentos quanto às suas relações com o Estado. Na Economia Solidária essa relação é estreita, desde a sua origem e consolidação enquanto movimento social no Brasil. A ES, inclusive, é parte do aparato estatal brasileiro. Já no Decrescimento não se encontrou qualquer relação institucional consistente com o Estado. Apesar da existência de dois partidos políticos do Decrescimento, e de parte do movimento não defender a abolição do Estado, parece não estar na pauta do movimento estabelecer uma relação tão expressiva com ele.

Outra distinção é que há o entendimento de que as políticas públicas são essenciais para que a Economia Solidária ganhe amplitude. Diferentemente, para parte do

Decrescimento pensar em políticas públicas para o movimento é uma contradição em termos, e mesmo a corrente que aceita o espaço governamental, não o faz com tanto entusiasmo como na ES. Isto pois, para o Decrescimento o espaço político estatal é um subsistema da sociedade do crescimento. A criação do Estado foi uma condição para o florescimento da economia mercantil. A Economia Solidária também reconhece a consolidação do Estado no contexto do advento da modernidade como forma de dar conta da separação do econômico e do social e assim criar a espaço para a proliferação da economia mercantil. No entanto, o movimento não questiona de modo expressivo a existência do Estado.

Há de se reafirmar que a questão do Estado não é consenso em nenhum dos movimentos. Existem aqueles/as que defendem uma aproximação do Decrescimento com os espaços políticos institucionais. Assim como há na Economia Solidária no Brasil aqueles/as que veem a aproximação com o Estado com ressalvas. Mas, na ES a aproximação com o Estado é expressiva, enquanto que a crítica é menor. Por outro lado, no Decrescimento é o inverso disto.

8. SINTESE DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa são produto da comparação entre os conteúdos presentes nos textos de cada um dos movimentos analisados. Assim, eles estão dispersos nos Capítulos de 2 ao 7, nas suas respectivas subseções destinadas à comparação.

Com vistas a possibilitar uma visão de conjunto dos resultados, agrupou-se os elementos que serviram de comparação em comuns, distintos e antagônicos. Cada um destes, por sua vez, foram organizados por categorias analíticas e identificou-se um termo chave que os sintetizasse (Quadros 2 ao 9). É isto que trazem as próximas subseções.

8.1 ELEMENTOS COMUNS

Quanto a categoria analítica “Prática social e discursiva” alguns dos elementos comuns entre os movimentos estão no Quadro 2.

Termos Chave	Elementos comuns
Formas de organização	Buscam se organizar social, política e economicamente de maneira difusa, horizontal com decisão coletiva. Estes princípios são os que norteiam o modelo de sociedade que pretendem construir. Devem ser entendidos, portanto, como espaços de experimentação prática do tipo de organização societal que buscam.
Formas de atuação	Estão presentes iniciativas participativas locais, descentralizadas e de pequenas escalas, como reciclagem, cooperativas de consumo, bancos alternativos ou comunitários, ou cooperativas de crédito.
Necessidades criadas vs. Básicas/essenciais	Relacionam o atendimento das necessidades de todas as pessoas à igualdade. Diferenciam as necessidades essenciais, ou básicas, das necessidades criadas. Atribuem valor positivo às primeiras e defendem que elas devem ser atendidas para toda a sociedade.
Mercado	Reconhecem que no mercado não há concorrência, ou real possibilidade de escolha. Isto porque parte do que se consome não está nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais, já que são bens intermediários, segundo o entendimento de parte da ES, ou porque o mercado é oligopolizado, segundo ambos. Defendem a superação do mercado ou sua (re)significação – há consenso no Decrescimento, enquanto que na ES é parte de uma corrente.
(In)Sustentabilidade	Tratam a insustentabilidade numa perspectiva multidimensional, fazendo referência de modo unificado às diversas crises: a climática, a social, a econômica, a energética e a de valores. Os movimentos não dão exclusividade e nem centralidade às mudanças climáticas ou às questões biofísicas como problema da (in)sustentabilidade do mundo, mas tratam de ameaças econômicas e sociais tão urgentes e imediatas quanto às outras. Reconhecem que há um problema com a (in)sustentabilidade da humanidade, ou seja, uma ameaça ao seu futuro.
Local	Defendem a promoção da dimensão local. O Decrescimento defende isto como uma estratégia política, relacionada à democracia, e como estratégia econômica. Esta última está presente na Economia Solidária.

Quadro 2 – Elementos comuns entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Prática Social e discursiva”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto às categorias analíticas “Antagonismo” e “Atores” alguns dos elementos comuns entre os movimentos estão no Quadro 3.

Categorias Analíticas	Termos Chave	Elementos Comuns	
Antagonismos	Crítica tecnológica	Reconhecem que: i) a tecnologia não é neutra e não está disponível para a humanidade, pois é essencialmente desenvolvida para a dominação pelos grupos que detêm o poder político-econômico; ii) a tecnologia é utilizada para reproduzir a si e para preservar o domínio desses grupos; iii) a tecnologia é constituída por relações sociais de produção que não favorecem a autodeterminação do indivíduo e de um empreendimento.	
	Tecnologia capitalista	Parte da ES e o Decrescimento são antagonônicos à tecnologia capitalista.	
	Consumismo		Opõem-se ao consumismo.
			Concebem o consumismo como oposto à sustentabilidade.
	Capitalismo		Opõem-se ao capitalismo.
	Socialismo real		Não veem no socialismo real um modelo a ser seguido.
Atores	Necessidades criadas Publicidade	Atribuem valor negativo às necessidades criadas, entendendo que estas servem apenas para alimentar o consumismo. Os movimentos apresentam, também, um entendimento comum de que as necessidades criadas e o consumismo são impostas pela publicidade.	
	RIPESS	Uma iniciativa pertencente ao Decrescimento, a RES, e uma iniciativa da ES no Brasil, o FBES, fazem parte de uma mesma rede, a RIPESS.	
	<i>Buen Vivir</i>	Aproximam-se explicitamente do conceito/movimento pelo <i>Buen Vivir</i> .	
	Justiça ambiental	Veem convergências com os movimentos por justiça ambiental.	

Quadro 3 – Elementos comuns entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Antagonismos” e “Atores”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à categoria analítica “Valores” alguns dos elementos comuns entre os movimentos estão no Quadro 4.

Termos Chave	Elementos Comuns
Autonomia Democracia Autogestão	Há o entendimento de que autonomia, democracia e autogestão são mais que meros procedimentos administrativos, mas devem abranger diversas dimensões da vida social; evoca-se a partir deles princípios para a transformação da ordem vigente, em que se busca empoderar os indivíduos e as coletividades para a tomada de decisão nos aspectos políticos, econômicos e sociais.
Igualdade	Atribuem à igualdade um objetivo fundamental nas suas respectivas visões de sociedade a ser construída. Entendem a igualdade num sentido amplo, incorporando dimensões econômicas, políticas e sociais.
Qualidade Relações Reciprocidade Solidariedade Harmonia com a natureza	Apresentam uma visão de felicidade e de bem-estar baseada em atributos qualitativos e relacionais, resgatando valores como a reciprocidade, a solidariedade e a harmonia entre as pessoas, e destas com os demais seres vivos.
Utilitarismo Quantidade Materialismo Individualismo	Opõem-se à visão que atribui sentido à vida baseada em termos utilitaristas, quantitativos, individualistas e materialistas.
Integração ser humano e natureza Valor intrínseco da natureza	Reconhecem que os ecossistemas têm valor em si e não apenas em termos de utilidade econômica. Reconhecem que o ser humano é parte integrante e dependente do ecossistema, mas não é o centro de tudo e que tampouco a natureza o pertence.

Quadro 4 – Elementos comuns entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Valores”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

8.2 ELEMENTOS DISTINTOS

Quanto à categoria analítica “Acontecimentos” alguns dos elementos distintos entre os movimentos são os que seguem no Quadro 5.

Termos Chave	Economia Solidária	Decrescimento
Associacionista Cooperativista Economistas clássicos	Fazem referências aos movimentos associacionista e cooperativista do séc. XIX e início do XX. Buscam nesses movimentos as raízes do elemento que articula a ES: autogestão.	Fazem referências aos debates entre os economistas clássicos no século XIX. Encontram nesses economistas as raízes do objeto principal da crítica do Decrescimento: ideologia do crescimento ilimitado.
Elos econômico, social e natureza	Reconhecem a quebra do elo entre o social e o econômico nesse período.	Reconhecem a quebra do elo entre o econômico e a natureza.
Desemprego Bioeconomia Crítica ao desenvolvimento	O desemprego em massa que resultaram em exclusão social das décadas de 1960-1970 e que impactaram as décadas seguintes demarcam as bases para o ressurgimento de um novo cooperativismo.	O debate ambiental em nível global e a falência do desenvolvimento no Sul que emergiu nas décadas de 1960-1970 demarcam as raízes conceituais diretas do movimento: bioeconomia e crítica à noção de desenvolvimento.

Quadro 5 – Elementos distintos entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Acontecimentos”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à categoria analítica “Valores” alguns dos elementos distintos entre os movimentos são os que seguem no Quadro 6.

Termos chave	Economia Solidária	Decrescimento
Autonomia Democracia Autogestão	Referências à autonomia e à democracia são mobilizadas a partir do debate sobre autogestão.	Autogestão praticamente ausente no <i>corpus</i> básico.
	Ênfase na autogestão.	Ênfase na autonomia.
	A democracia aparece relacionada à autogestão.	A democracia aparece relacionada à autonomia.
Sustentabilidade	A temática da sustentabilidade é periférica, embora seja assumida como um princípio em termos discursivos.	A sustentabilidade é um dos elementos articuladores do movimento.

Quadro 6 – Elementos distintos entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Valores”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à categoria analítica “Prática Social e Discursiva” os elementos distintos entre os movimentos são os que seguem no Quadro 7.

Termos chave	Economia Solidária	Decrescimento
Crítica à tecnologia	A crítica tecnológica não está presente de modo substantivo. Entra no <i>corpus</i> básico da ES por meio da crítica ao próprio movimento.	A crítica tecnológica é parte das fontes conceituais do movimento.
	A crítica tecnológica é mobilizada contra as determinações ou barreiras estruturais que a tecnologia capitalista impõem à prática da autogestão.	A crítica tecnológica recai sobre a submissão dos aspectos elementares da vida humana (necessidades, desejo e trabalho) à técnica. Esta submissão é típica das sociedades industriais e fragiliza a autonomia das pessoas, já que determina suas vidas em função da própria indústria.
Sociedade do progresso tecnológico Paradigma do crescimento	Esta abordagem está ausente.	O rompimento com a sociedade pautada no progresso tecnológico parte do entendimento de que este é a base do paradigma do crescimento ilimitado e consiste numa relevante barreira para a sua superação. Além de resultar na heteronomia, cria a falsa noção de que tecnologia é a fonte singular da resolução dos problemas enfrentados pela humanidade.
Tecnologia capitalista Tecnologia industrial	O destino da crítica é a tecnologia capitalista. Isto se dá pois, o foco é a importação do aparato tecnológico capitalista feito pelo socialismo real. Não há menção específica ao tecnicismo industrialista como sendo comum em ambos os sistemas socioeconômicos.	O destino da crítica é a tecnologia industrial. Isto se dá pois, o foco é a ideologia do progresso técnico industrial, típica das sociedades industriais comum tanto ao capitalismo como ao socialismo real.
Mercado	A precariedade das possibilidades de escolha num mercado oligopolizado é um entrave para a autogestão dos empreendimentos já que o mercado tira a liberdade de se decidir o que produzir e para quem produzir.	A precariedade das possibilidades de escolha num mercado oligopolizado reduz as possibilidades de escolhas dos indivíduos, é uma questão de autonomia.
Imperativo econômico do crescimento e suas instituições	Ausente essa crítica. A palavra de ordem é uma “outra economia”	Crítica ao imperativo econômico do crescimento e suas instituições – corporações privadas e o próprio Estado. O movimento entende a economia do crescimento ilimitado – ou a ciência econômica ou simplesmente a economia – como incompatível com a democracia. Assim, o Decrescimento propõe a palavra de ordem: “sair da economia”.

Termos chave	Economia Solidária	Decrescimento
Aspectos econômicos Democracia	Depreende-se uma preferência à democracia participativa ou direta – radical – no contexto da autogestão. Os impactos negativos dos aspectos econômicos sobre a democracia estão ausentes no <i>corpus</i> básico do movimento.	A democracia é problematizada para além dos procedimentos de decisão coletiva – se é direta, representativa. A crítica democrática é destinada, sobretudo, à prevalência dos aspectos econômicos sobre a sociedade o que acaba por dirimir as liberdades individuais e coletivas. O mercado, a publicidade, o consumo, a estatização e a burocratização da sociedade com seus macrossistemas técnicos, e os imperativos econômicos são colocados como elementos que fragilizam a democracia.
Burocratização Macrossistemas técnicos	Ausente este debate.	Oposição à centralização da sociedade pela burocratização e os macrossistemas técnicos como promotoras da heteronomia e fragilização da democracia.
Democracia	As referências à democracia, na maioria das vezes, estão soltas nos textos, de modo pontual, sem uma construção argumentativa substantiva.	A crítica democrática é substantiva, ampla e densa. É explicitamente reconhecida como parte das raízes conceituais do movimento.
Ativismo opoicionista	Ausência do ativismo opoicionista.	O ativismo opoicionista tem relevância singular desde a origem do movimento.
Ações práticas e de oposição Meio teórico-discursivo Institucionalização	O movimento surge a partir de ações práticas para resolução de problemas imediatos dos atores. E se difunde por meio da ampliação dessas práticas e da articulação e constituição de espaços político-institucionais.	O movimento surge e se difunde a partir de ações diretas de oposição e por meios teórico-discursivos como eventos e publicações de cunho político, panfletário e acadêmico.
(In)Sustentabilidade	O denominador comum que articula a multidimensionalidade da (in)sustentabilidade é o capitalismo.	O denominador comum que articula a multidimensionalidade da (in)sustentabilidade é a ideologia do crescimento econômico.
	Trata da insustentabilidade de modo genérico, sem embasamento em dados	é baseado em dados, estudos, documentos, etc.
	Não apresenta análises críticas sobre estratégias para superar a insustentabilidade. Conceitos e debates que estão presentes no decrescimento são estranhos ao <i>corpus</i> básico da ES.	Apresenta análises sobre as estratégias de superação da insustentabilidade. Ao mesmo tempo que as aceita, apresenta os limites da ecoeficiência, do desacoplamento, da substituição dos fatores de produção e da reciclagem. Incorpora conceitos como o Efeito Rebote e entropia.

Termos chave	Economia Solidária	Decrescimento
Ameaça à vida Ameaça à Humanidade	Não deixa claro o que está em perigo pela insustentabilidade. Parece que é a vida que está em perigo. O enfoque sobre o perigo no movimento é superficial.	A ameaça da insustentabilidade diz respeito à degradação das condições de sobrevivência de grande parte da humanidade, ou até mesmo da maioria dela. O enfoque sobre o perigo no movimento é substantivo.
Tamanho da Economia	Não aborda a problemática do tamanho e de como deve ser a dinâmica da escala da economia.	Defende uma economia enxuta e estável. Este é um tema elementar nos debates do movimento.
Desenvolvimento (sustentável)	Aceita tanto o termo desenvolvimento, quanto o desenvolvimento sustentável mas, os qualifica com diversos adjetivos para diferenciar do uso feito pelo capitalismo. Não promove uma argumentação substantiva para problematizá-los.	Rejeita os termos. Não aceita suas qualificações.
Crescimento Econômico	O movimento é resultado da crise do crescimento econômico das décadas de 1980 e 1990 que geraram grandes contingentes de desempregados. Mas, ela não nega o crescimento econômico e não o critica de modo substantivo.	Objecção à ideologia do crescimento econômico é o eixo articulador do movimento.
Desigualdade	É o capitalismo com seu princípio relacional baseado na competição que promove desigualdades crescentes na sociedade, sendo que a cooperação e a solidariedade é que dariam a condição para uma sociedade de iguais.	O produtor de desigualdades é o crescimento econômico, que inclui o capitalismo mas, não apenas ele. Para se construir uma sociedade igualitária, deve-se superar a ideologia do crescimento econômico.
Consumismo	A oposição ao consumismo não é tratada a partir do entendimento da sua inviável generalização à humanidade.	Opõe-se ao consumismo, pois ele é inviável à humanidade.
	A crítica ao consumismo se estende como crítica ao capitalismo.	A crítica ao consumismo se estende como crítica ao desenvolvimento e à ideologia do crescimento econômico.
Redução do consumo	A redução do consumo não é um argumento substancial. A ES dá preferência aos produtos básicos e orienta por um consumo consciente, mas não apresenta a redução do consumo como um argumento expressivo.	A redução do consumo é parte de suas formulações centrais, "consumir menos". Para tanto mobiliza noções como a da simplicidade voluntária, frugalidade e outras.
Materialismo	A oposição à noção quantitativa/materialista de felicidade e bem-estar não está baseada em dados.	A oposição à noção quantitativa/materialista de felicidade e bem-estar está, em boa parte, baseada em estudos e dados.

Termos chave	Economia Solidária	Decrescimento
Direitos sociais Questionamento do sistema socioeconômico	Os atores buscam garantir condições elementares de sobrevivência de determinados grupos sociais, ou mais estabilidade e oportunidades aos que já estavam inseridos, mas de maneira vulnerável. Parte expressiva dos atores estão na categoria dos movimentos populares reivindicativos, cujas principais demandas dizem respeito aos acesso a direitos sociais.	Os atores promovem o questionamento do sistema socioeconômico vigente.
Trabalho-produção-consumo	As alternativas propostas pelo movimento estão centradas na dimensão trabalho-produção-consumo.	As alternativas transcendem o âmbito trabalho-produção-consumo como espaço de experimentação e de transformação.
Estado	O movimento não questiona de modo expressivo a existência do Estado, tampouco defende mudanças substanciais nele.	O movimento se opõe ao Estado já que é um subsistema da sociedade do crescimento.
Políticas Públicas	As políticas públicas são essenciais para o movimento.	As políticas públicas para o movimento é uma contradição em termos.

Quadro 7 – Elementos distintos entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Prática Social e Discursiva”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à categoria analítica “Atores” alguns dos elementos distintos entre os movimentos são os que seguem no Quadro 8.

Termos chave	Economia Solidária	Decrescimento
Grupos socialmente excluídos Classe média	No geral, são oriundos de setores da sociedade historicamente excluídos ou em situação de risco e ligados aos setores populares.	Não tem em sua composição grupos tão vulnerabilizados, mas de grupos inseridos socioeconomicamente, provavelmente grupos de classe média.
Estrutura	Apresenta uma estrutura formal e há instâncias com relações hierárquicas. Há, também, relativa burocratização do movimento.	Não há uma estrutura formal e inexistem instâncias que conferem centralização e hierarquia no movimento.
Autorreconhecimento Protagonismo	Os atores se autorreconhecem como articulados nesse movimento. São grupos específicos e protagonistas – e.g. EES, FBES, SENAES, CNES, ADS/CUT e Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ITCPs e Cáritas.	Não está claro se a multiplicidade de atores e ações do Decrescimento se autorreconhecem como parte deste movimento ou se trata de uma iniciativa dos militantes e autores/as em agregar essa multiplicidade ao redor do termo Decrescimento. Os grupos são, na maior parte, genéricos.
Estado	Relação estreita com o Estado desde a origem e consolidação do movimento no Brasil. A ES, inclusive, é parte do aparato estatal brasileiro.	Não se encontrou qualquer relação institucional consistente com o Estado.

Quadro 8 – Elementos distintos entre os movimentos e seus termos chave para a categoria analítica “Atores”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

8.3 ELEMENTOS ANTAGÔNICOS

Os elementos antagônicos entre os movimentos são os que seguem no Quadro 9.

Categorias Analíticas	Termos Chave	Economia Solidária	Decrescimento
Prática Social e Discursiva	Mercado	Há uma corrente no movimento que aceita a competição do mercado, de modo que os empreendimentos solidários devem se adequar a ela.	Não aceitam o mercado tal qual ele é. Defendem sua superação.
	Tecnologia capitalista	Há uma corrente que aceita a incorporação da tecnologia capitalista, embora reconheça que ela deve ser ajustada.	Rejeita a tecnologia capitalista
Antagonismo	Desenvolvimento	Não se opõe. Assimila o termo qualificando-o.	Rejeita o termo. A crítica ao termo é uma das fontes conceituais do movimento.
	Desenvolvimento Sustentável	Não se opõe. Assimila o termo qualificando-o.	Rejeita o termo. A crítica ao termo é substantiva no movimento.
	Crescimento Econômico	Não se opõe. Assimila o termo qualificando-o.	Rejeita o termo. É a base de articulação de todo o movimento.

Quadro 9 – Elementos antagônicos entre os movimentos e seus termos chave, por categoria analítica.

Fonte: Elaborado pelo autor.

9. DISCUSSÃO

Uma vez sistematizado os resultados, passa-se para a discussão cuja orientação é dada pela pergunta inicial da presente pesquisa: existem elementos suficientes entre a Economia Solidária no Brasil e o Decrescimento que permitem formar uma plataforma de ação comum?

A partir de uma análise geral dos resultados, observa-se uma predominância das distinções, das quais algumas são, a princípio, antagônicas. Observa-se também similitudes. Para que a resposta à pergunta da pesquisa seja a mais objetiva possível, privilegiou-se discutir os elementos comuns, os antagônicos e parte dos distintos, em vez de todos.

9.1 TEMA CENTRAL

Para iniciar esta discussão parte-se dos temas centrais de cada um dos movimentos. O tema mobilizador na Economia Solidária no Brasil é a autogestão dos/das trabalhadores/as. Embora seja um tema em disputa no movimento, existe o entendimento de que a autogestão não deve ser um princípio que diz respeito apenas aos empreendimentos mas, um princípio organizacional da sociedade. No *corpus* básico do Decrescimento não foram encontradas referências diretas significativas à autogestão de empreendimentos. Mas, por outro lado, constatou-se que o movimento reconhece como valores fundamentais a democracia e a autonomia, atribuindo a ambos sentidos relacionados à liberdade de escolha e de decisão, à autodeterminação do indivíduo e da coletividade, além de sentidos de oposição à heteronomia e ao controle externo. De modo comum a ES evoca esses mesmos sentidos quando relaciona autogestão, democracia e autonomia. Ou seja, os movimentos ao fazerem referências à autonomia, democracia e autogestão, estão evocando princípios para a transformação da ordem vigente, em que se busca empoderar os indivíduos e as coletividades para a tomada de decisão nos aspectos políticos, econômicos e sociais. Sugere-se, então, que estes temas podem constituir elementos que aproximam os movimentos.

Observa-se, também, que a ES apresenta um expressivo acúmulo de experiências quanto ao exercício da autogestão e da democracia interna dos empreendimentos produtivos, visto que existem milhares de EES no Brasil. Constatou-se que isto parece estar pouco explorado na literatura do Decrescimento, na qual são raros os trabalhos que analisam experiências práticas produtivas com foco nesta temática (JOHANISOVA et al., 2013), sobretudo numa perspectiva dos países do Sul. Estaria aqui caracterizada uma possível plataforma comum a se estabelecer entre os movimentos, onde a ES no Brasil

aportaria ao Decrescimento uma ampla gama de experiências concretas de implementação da autogestão⁴⁹.

Por outro lado, se viu que o Decrescimento articula suas diferentes raízes conceituais num enredo coerente para colocar em cheque o tema mobilizador de todo o movimento: a oposição ao crescimento econômico. Já a Economia Solidária no Brasil não rejeita o crescimento mas, o assimila qualificando-o. Da mesma forma, viu-se que os termos desenvolvimento e desenvolvimento sustentável também são incorporados com qualificativos pela ES. Em contrário, são rejeitados pelo Decrescimento. De imediato as incorporações desses termos pela ES foram classificados como elementos antagônicos entre os movimentos. Mas nesta discussão isto é problematizado. Será que a visão do Decrescimento e de parte da ES no Brasil sobre o crescimento, o desenvolvimento – sustentável – são realmente antagônicos?

Para iniciar se recupera o excerto em que o FBES (2013) trata do crescimento:

consideramos como crescimento econômico a divisão igual de bens e serviços respeitando a diversidade, a partilha, o trabalho colaborativo, a distribuição de riqueza, o respeito ao meio ambiente e a não exploração do trabalho (FBES, 2013, p.47).

Há que se observar que esta formulação não se refere a como o FBES (2013) vê o crescimento econômico hoje, mas como ele deveria ser. O excerto acima transcrito é parte da orientação política “Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária”, presente na seção “Nossa concepção de mercado, nosso ideal de economia” do Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária (p.46). Ela diz respeito, então, a visão do FBES de como deveria ser o crescimento econômico e não de como ele é hoje.

Observa-se neste excerto que a ES incorpora à sua visão particular de crescimento econômico noções de igualdade, diversidade, partilha, colaboração, distribuição e sustentabilidade. Estas noções, por sua vez, são para o Decrescimento a antítese do crescimento. Este movimento entende que a desigualdade, a competição e a destruição do ambiente são partes constitutivas do crescimento econômico. Este não se dá sem aqueles.

Quanto ao desenvolvimento e ao desenvolvimento sustentável constou-se que os qualificativos que a ES atribui a eles tem como função diferenciá-los do seu “uso pelo capitalismo”. Da mesma forma, a ES faz referências negativas à tecnologia capitalista, ao consumismo capitalista e atribui ao ser o gerador de desigualdade. De modo que, na ES a crítica recai sobre o capitalismo. Por outro lado, no Decrescimento a crítica recai sobre a ideologia do crescimento econômico e tudo o que o compõe – produtivismo, tecnologia

49 Não se está considerando que a implementação da autogestão na ES está livre de limitações e contradições.

industrial, publicidade e consumismo, Estado, criação de necessidades, utilitarismo, materialismo, quebra do elo entre a natureza e a economia, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, dentre outros.

Por sua vez, há referências ao capitalismo na bibliografia do Decrescimento, mas ele não é o foco do movimento. Latouche (2009a) afirma não insistir em criticá-lo, pois de nada adianta arrombar uma porta aberta. Para o autor, ela já foi aberta por Karl Marx e não seria mais necessário colocar o capitalismo em dúvida. Mas, sim, toda a sociedade do crescimento. Pôr em dúvida a sociedade do crescimento implica pôr em dúvida também o capitalismo, enquanto que o inverso não é evidente. Isto porque o capitalismo e o socialismo real comungam do mesmo valor produtivista e da ideologia do progresso (BAYON et al., 2011). Nos dois sistemas a satisfação do bem-estar social está ligada ao aumento indefinido do potencial produtivo. Para Latouche (2009a) capitalismo mais ou menos liberal e o socialismo produtivista são duas variantes de um mesmo projeto de sociedade do crescimento, baseada no desenvolvimento das forças produtivas, que teriam como objetivo favorecer a marcha da humanidade até o progresso. Assim, para Latouche (2009a) superar o capitalismo é necessário, porém insuficiente. O objetivo maior do Decrescimento é superar a sociedade produtivista. Este, por sua vez, não é um objetivo explícito em todo o movimento da Economia Solidária no Brasil.

Feitas estas constatações e considerações pergunta-se: o que pretendem, afinal, as correntes da ES no Brasil que se posicionam contrárias ao consumismo, ao materialismo, que atribuem valores negativos aos modismos, que criticam a publicidade e a criação de necessidades cujo único fim, para eles, é o de gerar lucros aos capitalistas? E, ainda, o que pretendem quando apresentam uma visão de felicidade relacionada a atributos qualitativos, ao mesmo tempo que orientam por um sentido de bem-estar baseado nas relações e interações entre as pessoas? O que significa o FBES se aproximar do *Buen Vivir* e evocar a harmonia entre os seres humanos e destes com a natureza? E ainda, no que implica, afinal, a defesa da igualdade no atendimento das necessidades básicas, a oposição às necessidades criadas e a defesa do consumo responsável e consciente? Tomando tudo isso em conjunto se lança outra questão: assumir todas essas posições, valores e críticas não implica, em última análise, pretende superar o crescimento econômico e sua base produtivista nos termos defendidos pelo Decrescimento?

Retomando a questão do desenvolvimento, há que se considerar que a aproximação da Economia Solidária no Brasil com o *Buen Vivir* pode vir a generalizar sua crítica para além do desenvolvimento capitalista, já que o *Buen Vivir* é visto por autores como Gudynas e Acosta (2011), como sendo “*una respuesta a las limitaciones y contradicciones de las*

ideas y aplicaciones contemporáneas del desarrollo” (p.71). Para os autores, o *Buen Vivir* “*aglutina diversas miradas que desean dejar atrás ese desarrollo convencional y están ensayando nuevas perspectivas enmarcadas en otro tipo de valoraciones de la sociedad y el ambiente*” (p.71). Assim, o *Buen Vivir* “*apunta a un debate más profundo sobre las raíces conceptuales del desarrollo*” (p.81).

No entanto, como será a evolução da crítica ao desenvolvimento na ES devido sua aproximação com o *Buen Vivir* é tema para estudos futuros. Da mesma forma, somente outras pesquisas sobre a crítica ao desenvolvimento capitalista presente na ES no Brasil e a crítica ao desenvolvimento no Decrescimento podem fornecer elementos para aprofundar a análise das relações entre os movimentos neste aspecto.

Mas, isto não impede que se sugira que a aproximação da Economia Solidária no Brasil com o *Buen Vivir* pode ser outro elemento que pode favorecer a identificação de uma plataforma comum entre o Decrescimento e parte da ES no que se refere à problematização do desenvolvimento – incluindo o sustentável. E, não impede de se sugerir que a aceitação dos termos desenvolvimento – sustentável – pela ES não caracteriza de imediato um antagonismo entre os movimentos. Outrossim, sugere-se que há espaço para colocar isto em dúvida.

Constatou-se que um dos argumentos centrais do Decrescimento contra a ideologia do crescimento econômico está baseada em dados que demonstram a inviabilidade de sua generalização à humanidade devido aos limites biofísicos. Constatou-se também que há o reconhecimento de que estratégias como o reciclagem, ecoeficiência e substituição dos fatores de produção são insuficientes para garantir um crescimento ilimitado da economia. Constatou-se, por outro lado, que dados, reflexões e conceitos a este respeito estão ausentes do *corpus* básico da Economia Solidária. De modo que, se supõe que seu posicionamento a respeito do crescimento e do desenvolvimento não estão pautados por isto, já que são estranhos ao movimento. Com base nisto pergunta-se: que impactos sobre a concepção de crescimento e desenvolvimento haveria na ES se este debate passasse a fazer parte do movimento? Alteraria sua concepção? Não seriam estes debates e conceitos temas para os movimentos dialogarem?

Por fim, considerando os elementos comuns entre a Economia Solidária no Brasil e o Decrescimento, tais como a preferência às necessidades básicas e essenciais e a oposição às criadas, a oposição ao consumismo e à publicidade, a defesa da igualdade, da qualidade, das relações, da harmonia entre os seres humanos e destes com a natureza, do reconhecimento de um valor intrínseco da natureza que transcende o seu tratamento em termos de utilidade econômica e a oposição ao materialismo, à defesa da promoção da

dimensão local, pergunta-se: o quanto esse antagonismo não é um problema semântico – o uso das palavras desenvolvimento e crescimento – e o quanto é de fato uma questão de princípios, de ideologia e de coerência prática cotidiana? Estas questões ficarão em aberto.

9.2 REDUÇÃO DO CONSUMO E BEM-ESTAR

Constatou-se que o Decrescimento defende a redução do consumo, ou a redução das atividades econômicas, para que seja possível o atendimento das necessidades básicas da humanidade sem extrapolar os limites biofísicos. Ao mesmo tempo que o movimento defende essa diminuição afirma, taxativamente, que ela não deve se dar de modo homogêneo em todo o planeta. Mas, que há a necessidade primeira da redução do consumo dos ricos e das atividades econômicas que geram bens e serviços não essenciais. Por sua vez, a ES não defende a redução do consumo, mas o consumo consciente ou responsável. Considerando isto e que os atores da ES no Brasil estão excluídos do acesso à parte considerável dos bens e serviços disponíveis no mercado, tanto dos essenciais a uma vida digna, quanto dos fúteis, seria então uma barreira defender a redução do consumo? Estaria aqui uma incompatibilidade essencial entre os movimentos?

Acredita-se que não pois, como foi dito, ao defender a redução das atividades econômicas e do consumo o Decrescimento não está defendendo que parte da população permaneça numa situação de privação. Pelo contrário, segundo o entendimento do Decrescimento, somente com a redução do consumo dos ricos poderá ser viável o atendimento das necessidades básicas de toda a humanidade. Este debate, inclusive, não é estranho ao contexto brasileiro, tendo em vista que são conhecidas as teses das trocas desiguais entre as nações, em que as centrais enriquecem em detrimento das periféricas (FURTADO, 1973). Nestes termos pergunta-se: seria então rejeitado pela ES no Brasil um debate sobre a redução do consumo dos ricos e dos bens e serviços supérfluos? Estaria a ES convergindo com a necessidade de redução do consumo quando se opõe ao consumismo e às necessidades criadas pelo capitalismo e imposta pela publicidade? E, quando defende uma noção de bem-estar voltada aos atributos qualitativos e relacionais?

Além da redução do consumo dos ricos e das atividades econômicas não essenciais e não eficientes, o Decrescimento defende a mudança no padrão de produção dos bens e serviços básicos, já que estes estão se dando em bases insustentáveis. Portanto, torna-se inviável a generalização do acesso a eles. A problematização da produção dos bens básicos, por sua vez, não está presente de modo expressivo na ES. Deste modo, o Decrescimento amplia o debate a respeito das necessidades pois, o problema não está apenas nas não essenciais que são criadas pela indústria ou pelo capitalismo, mas também

nas básicas. Assim, o Decrescimento coloca a pertinência de se debater os padrões de produção desses bens e serviços, para que seja viável social e ambientalmente que todos tenham acesso a eles. Aqui reside outro elemento que pode contribuir para uma plataforma comum entre os movimentos.

Constatou-se que tanto a Economia Solidária no Brasil quanto o Decrescimento promovem a problematização das necessidades básicas e das criadas. Embora apresentem abordagens distintas, admite-se que os movimentos são espaços que mantêm ativo o debate sobre a natureza das necessidades. Debate este que está praticamente ausente do cenário midiático e da política pública institucionalizada. Encontra-se aqui mais um elemento para uma plataforma comum entre os movimentos.

Além disso, como já apresentado na subseção 6.1 (p.109-110) a crítica do Decrescimento sobre a noção quantitativa de felicidade e bem-estar está, em boa parte, baseada em estudos e dados. Já a da ES não está. Neste sentido, a literatura do Decrescimento e a forma de análise desse tema podem contribuir com a ES no Brasil para dar consistência a esse debate, por meio de um maior rigor de informações.

9.3 ESTADO

Conforme visto no contexto histórico recente da Economia Solidária no Brasil e na composição dos seus atores e da sua estrutura constatou-se que há uma forte presença do Estado. As políticas públicas são entendidas como essenciais para o movimento. Em contrário, não se encontrou relações próximas do Decrescimento junto ao Estado. Há neste movimento, pelo menos, duas correntes. Uma que mesmo não descartando a aproximação com Estado, não a estimula; e outra corrente que se opõe ao Estado e rejeita a ideia de políticas públicas para o Decrescimento. Mas, seriam estas distinções barreiras que inviabilizariam um diálogo entre os movimentos? Parece que não é o caso. Para tanto, cabe aqui uma discussão sobre o tema.

Observou-se no *corpus* básico da ES a defesa clara da necessidade do Estado, não apenas no contexto capitalista como também no contexto de uma sociedade baseada na solidariedade (SINGER, 2002a). Por outro lado, observou-se que há setores da ES que problematizam a relação do movimento com o Estado como, por exemplo, nas formulações do FBES (2013) que indica o valor da independência frente ao Estado, considerado como centralizador e burocrático. E, nas preocupações reconhecidas por Schiochet (2009) sobre o crescente controle estatal e a subordinação burocrática que estariam em contradição com as potencialidades emancipadoras próprias da Economia Solidária. Assim como, no reconhecimento do Estado como um dos obstáculos à autogestão, já que seu “fundamento

legalista procura enquadrar essas experiências nas normas jurídicas capitalistas” (FARIA, 2011, p.305). Apesar dessas ressalvas, é notória a diferença de intensidade e de natureza da crítica ao Estado entre a ES e o Decrescimento.

É relevante observar que a Economia Solidária no Brasil surge – e se compõe ainda hoje – de ações promovidas para solucionar problemas relacionados a questões de sobrevivência imediata dos seus atores. O Decrescimento, por sua vez, surge e trata, predominantemente, de questões que não dizem respeito às demandas vitais imediatas de seus militantes. Embora abordem questões que dizem respeito a outras pessoas em situação de fragilidade social – e.g. quando questionam a pobreza no Sul. Isto foi dito para se fazer o seguinte questionamento: havia os atores da ES no Brasil outra opção que não reivindicar ao Estado seus direitos mais imediatos? Haveriam de rejeitar a aproximação ao Estado já que o próprio recebeu parte das demandas e colocou parte de seu aparato para atendê-las? Os atores do Decrescimento rejeitariam a aproximação ao Estado e a criação de políticas públicas para garantia de direitos básicos se tivessem em situação de alta precariedade social?

O quanto a aproximação ou rejeição dos movimentos em relação ao Estado é instrumental e o quanto é fruto de questões ideológicas não foi possível avaliar na presente pesquisa. No entanto, coloca-se estes questionamentos para sugerir que a distinção entre os movimentos quanto suas respectivas relações com o Estado necessita ser analisada, não apenas em termos ideológicos, mas em termos das condições objetivas de correlação de forças disponíveis no contexto mediado dos movimentos. Ou seja, em termos instrumentais. Neste sentido, incorpora-se nesta discussão uma perspectiva presente em ambos que é o debate sobre revolução ou reforma. Debate este que se estende aos outros antagonismos entre os movimentos, como o entendimento de parte da ES sobre o mercado – há uma corrente que aceita a competição – e o entendimento sobre a tecnologia capitalista – há uma corrente que aceita a incorporação da tecnologia capitalista.

Sobre isto, conforme apresentado na subseção 4.2.1 desta dissertação (p. 73-79), há o debate entre autores da Economia Solidária se ela é um movimento de ruptura ou de funcionalidade com o sistema estabelecido. Da mesma forma, há essa tensão no Decrescimento. Latouche (2009b, p.91-93) é explícito ao formular e responder a pergunta “o Decrescimento é reformista ou revolucionário?”. Para o autor, “trata-se por certo de uma revolução”, já que demanda tanto “uma mudança de cultura quanto das estruturas jurídicas e das relações de produção”. Contudo, continua o autor, “tratando-se de um projeto político, sua aplicação obedece mais à ética da responsabilidade do que à ética da convicção”. Conclui que “neste sentido, mesmo que radical e revolucionária, toda política só pode ser

reformista e tem de sê-lo, sob pena de cair no terrorismo”. Na mesma linha, Demaria e colaboradores/a (2013) falam de “*revolutionary reformists*” (p.207) e minimizam a dicotomia dentro do Decrescimento, reconhecendo que em muitos casos posições revolucionárias e reformistas podem conviver ou ainda se reforçarem reciprocamente. Como exemplo, citam que a implementação de uma renda básica cidadã ou a proteção e ampliação de territórios de uso coletivo “*can all be thought of as reform of the current institutions which go beyond the reforms that consolidate the current system*” (p.203). Assim, é reconhecido no Decrescimento que, embora enfatizem rupturas e rejeitem aproximações com instituições da sociedade do crescimento, há o reconhecimento das condições objetivas para implementação dessas rupturas. Este debate é convergente com a leitura que Singer (2002), Gaiger (2003), Schiochet (2009) e Benini e colaboradores (2012) fazem sobre a ES no Brasil. Conforme apresentado nas subseções 3.2.1 (p.66-72) e 7.3 (p.128-129) estes autores enfatizam o potencial de transformação e inovação da ES, ao mesmo tempo que reconhecem as dificuldades de ruptura com o modelo socioeconômico e de estrutura do Estado atual, apostando num processo de transição.

Ao se constatar que há nos movimentos a tensão entre revolução e reforma e que as transformações devem ser um processo, pergunta-se: o Decrescimento não abre espaço para dialogar com outros movimentos que não estejam defendendo as rupturas que eles defendem, como é o caso da ES? Nesta perspectiva de convívio de posições reformistas e revolucionárias, as distinções e os antagonismos entre os movimentos – mais especificamente entre correntes específicas de cada um – no que diz respeito ao Estado, às políticas públicas e ao mercado não seria impeditivo de diálogos entre a Economia Solidária no Brasil e o Decrescimento.

9.4 QUESTÃO SOCIAL

Observa-se que uma das raízes conceituais do Decrescimento é a crítica ao desenvolvimento, cuja inspiração foi, em parte, o seu entendimento particular da falência do desenvolvimento no Sul nos últimos 30 anos do século XX. Por sua vez, a Economia Solidária no Brasil apresenta como contexto de surgimento do movimento o desemprego em massa, que resultaram e agravaram situações de exclusão social nos finais do século passado. Neste aspecto pergunta-se: o que seria a falência do desenvolvimento no Sul de que trata o Decrescimento que não a irrealização do Estado-providência e da crise de emprego de que tratam os autores da ES? Estão os movimento apontando processos históricos comuns?

O contexto imediato ao surgimento do Decrescimento indica que o movimento tinha como temas mobilizadores questões ligadas à inviabilidade física do crescimento econômico, mas também questões sociais, sejam elas referentes aos países do Sul como aos do Norte. Dois dos textos que compuseram o dossiê sobre o Decrescimento da revista *Silence*, edição 280, e que serviram para difundir o Decrescimento pela França, tratavam, mesmo que de modo periférico, da desigualdade social. O texto de Latouche (2002) aponta sua crítica à ideia de desenvolvimento, sobretudo, sob a ótica da impossibilidade física de sua realização para humanidade. A partir disto, o autor justapôs sobrevivência social e sobrevivência biológica e evocou a justiça social para superar as desigualdades não só com relação às gerações futuras, mas na presente. O texto de Schneider (2002) ao tratar do Efeito Rebote reconhece o consumo desigual entre os países ricos e pobres e sugere uma redução do consumo dos ricos para que a humanidade tenha condições de consumir dentro da capacidade de sustentação do planeta. O apontamento das desigualdades e da necessidade de sua superação não ficou restrito aos textos inaugurais do Decrescimento, mas está presente nos mais recentes, como em Bayon e colaboradores (2011) que, além de acusarem o crescimento econômico de ser gerador de desigualdades, elegem a igualdade como demanda primeira a ser atendida (p. 25).

Assumindo que o tanto o Decrescimento quanto a ES no Brasil são constituídos, embora com intensidades e motivos diferenciados, como resultado das crises econômicas e sociais dos últimos anos do século XX. E, assumindo que há no Decrescimento uma expressiva abordagem da dimensão social, cujo viés essencial é a busca pela igualdade e o acesso às boas condições de vida à humanidade, pergunta-se: estaria nisto mais um elemento para uma plataforma comum entre os movimentos? Em outras palavras, por ser a crítica ao desenvolvimento, sobretudo pela sua não realização plena no Sul, uma das bases conceituais do Decrescimento, e por ser a ES o resultado da não viabilização dos modelos de desenvolvimento no Sul não seria outro elemento para uma plataforma comum? Sugere-se que sim.

Reconhecendo a distinção da composição dos atores de cada um dos movimentos e dos objetivos imediatos a que perseguem, e reconhecendo que os movimentos incorporam a temática social em seus discursos, coloca-se outra questão: o quanto a ES no Brasil, enquanto movimento essencialmente de base popular, poderia conferir legitimidade global aos debates que o Decrescimento promove? E, o quanto que a ES com seus atores com demandas sociais imediatas poderia influenciar no aperfeiçoamento das formulações do Decrescimento, já que se constitui de um movimento tipicamente de classe média? Sugere-se, então, que a dimensão social é tema para colocar ambos em diálogo.

9.5 TECNOLOGIA

Viu-se que a crítica tecnológica no Decrescimento é parte de suas raízes conceituais. E, viu-se que a problemática da tecnologia está presente da literatura da ES, embora não de modo substantivo. Além disso, a natureza das críticas são distintas, já que na ES ela é mobilizada contra as determinações ou barreiras estruturais que a tecnologia capitalista impõem à prática da autogestão, enquanto que no Decrescimento ela recai sobre a submissão dos aspectos elementares da vida humana (necessidades, desejos e trabalho) à técnica. A crítica à tecnologia no Decrescimento é, numa perspectiva mais ampla, destinada à sociedade industrial que é, por natureza, pautada pela ideologia do progresso tecnológico. Constatada essas distinções, pergunta-se: a problematização tecnológica que parte do movimento da ES promove é incompatível com a do Decrescimento? Não foi possível responder objetivamente esta pergunta a partir dos dados levantados na presente pesquisa.

Mas, a partir dos elementos comuns identificados a respeito da crítica tecnológica, supõe-se que esta temática pode fornecer mais um caminho de aproximação dos movimentos pois, a visão do FBES (2013) e do Decrescimento são contrárias à tecnologia capitalista. Além disso, ambos reconhecem que: i) a tecnologia não é neutra e não está disponível para a humanidade, pois é essencialmente desenvolvida para a dominação pelos grupos que detêm o poder político-econômico; ii) a tecnologia é utilizada para reproduzir a si e para preservar o domínio desses grupos; iii) a tecnologia é constituída por relações sociais de produção que não favorecem a autodeterminação do indivíduo e de um empreendimento. Ademais, a defesa da ressignificação da técnica nos termos do FBES (2013) – incorporação do saber local; socialização do conhecimento; coerência com a realidade cultural; autonomia e empoderamento dos/as trabalhadores/as; equilíbrio entre o tradicional, o moderno e com o ambiente natural – pode ser parte da estratégia para superação da problemática tecnológica levantada pelo Decrescimento. O modelo tecnológico almejado por parte da ES no Brasil pode contribuir para interromper a criação de necessidades pela indústria, conforme problematizado pelo Decrescimento, e atender às demandas básicas, já que é desenvolvida a partir de demandas locais para resolver problemas imediatos.

Considera-se que o simples fato de se ter encontrado este tema tanto na literatura acadêmica como em documentos políticos, e por se considerar que a forma de organização produtiva almejada pela ES é diretamente determinada pelo modelo tecnológico adotado pela sociedade capitalista, afirma-se que a Economia Solidária no Brasil é um espaço adequado e potencial para o aprofundamento da crítica tecnológica.

Assim, questiona-se: não estariam, então, no que se refere à tecnologia, os movimentos enfrentando questões cruciais, ou entraves essenciais que são comuns para a

implementação da visão de sociedade de ambos? Análises outras e com mais profundidade podem ser feitas para se discutir as relações entre a ES e o Decrescimento no que se refere aos seus respectivos tratamentos da questão tecnológica. Isto ultrapassa o escopo da presente pesquisa. No entanto, sugere-se que ambos são espaços em que pode se aprofundar a crítica tecnológica tomando caminhos similares.

9.6 SUSTENTABILIDADE

Os movimentos apresentam a sustentabilidade como um valor positivo e atribuem valores negativos à insustentabilidade. No entanto, constatou-se uma clara diferença de intensidade e de profundidade no tratamento da questão nos movimentos. No Decrescimento ela é substancial e baseada em dados e conceitos. Já na ES é superficial, apesar de reconhecer a sustentabilidade como um princípio e utilizar o termo com frequência. Mas, o simples uso do termo sustentabilidade pode não ter muito significado quanto à aproximação ou ao distanciamento de atores. Afinal, o uso da sustentabilidade e seus sinônimos se tornou lugar-comum, fazendo parte do discurso de atores que se colocam em posições radicalmente opostas (NASCIMENTO, 2012).

Embora a sustentabilidade seja usada de modo genérico na ES, não parece se constituir num clichê para compor um discurso politicamente correto. É certo que a bibliografia utilizada nesta dissertação não permite uma análise consistente sobre o sentido da sustentabilidade no discurso da ES e o objetivo de seu uso. Isto é tema para outras pesquisas. Mas, considerando que os movimentos interpretam a insustentabilidade do ponto de vista social, ambiental e econômico, e que ambos compartilham valores como a igualdade, se opõem ao capitalismo, ao consumismo, ao materialismo, dentre outros elementos comuns, não seria a sustentabilidade outro elemento de aproximação entre os movimentos? O acúmulo do Decrescimento sobre essa temática não poderia contribuir para dar consistência ao discurso e às práticas de sustentabilidade na ES? Sugere-se, então, que este tema é uma possibilidade de diálogo entre os movimentos.

9.7 RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTOS

Destaca-se que os movimentos se aproximam do *Buen Vivir*, identificam como aliados os movimentos por justiça ambiental e um dos atores considerados como parte do Decrescimento, a *Reti di Economia Solidale (RES)* e um dos atores da Economia Solidária, o FBES, fazem parte de uma mesma rede, a RIPESS. Estes encontros entre os movimentos, mesmo que indiretos, são indicativos e permitem supor que existam elementos

comuns entre eles e que possam contribuir para a definição de uma plataforma para uma futura aproximação direta.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi o de contribuir para a identificação de uma plataforma comum entre o movimento pelo Decrescimento e movimentos sociais no Sul, utilizando-se, neste caso, a Economia Solidária no Brasil. A pergunta que guiou esta pesquisa foi: existem elementos suficientes entre a Economia Solidária no Brasil e o Decrescimento que permitem formar uma plataforma de ação comum?

Para respondê-la, partiu-se de aspectos teóricos presentes em amostras de textos de cada um dos movimentos. Encontrou-se como resultado elementos distintos, que predominaram, numericamente, sobre os comuns, e estes sobre os antagônicos.

Dentre os elementos comuns, destaca-se que os movimentos compartilham valores como autonomia, democracia e igualdade, apresentam uma noção de bem-estar baseada em atributos qualitativos, relacionais e na harmonia entre os seres humanos e destes com a natureza. Além de se oporem à visão que atribui sentido à vida baseada em termos utilitaristas, quantitativos, individualistas e materialistas. Os movimentos se opõem ao consumismo, apresentam uma visão crítica quanto às necessidades criadas e à publicidade. Ambos diferenciam as necessidades essenciais ou básicas das necessidades criadas. Atribuem valor positivo às primeiras e defendem que elas devem ser atendidas para toda a sociedade. Ao mesmo tempo que se opõem ao capitalismo, não consideram o socialismo real como uma referência a ser seguida. Os movimentos também comungam críticas à tecnologia, sobretudo, a capitalista. Além disso, se aproximam do *Buen Vivir*, identificam os movimentos por justiça ambiental como aliados e atores considerados como parte de cada um dos movimentos estudados fazem parte de uma mesma rede, a RIPESS.

Conclui-se, então, que todos estes compartilhamentos são elementos que possibilitam formar uma plataforma comum entre os movimentos.

Constatou-se que o Decrescimento se opõe substantivamente à ideologia do crescimento econômico, ao desenvolvimento, incluindo o sustentável, e ao Estado. Em contrário, a ES incorpora, qualificando-os. Mesmo havendo estas distinções e antagonismos, não se conclui que há incompatibilidades de diálogo entre os movimentos. Isto pois, ao se considerar os elementos comuns, ao se reconhecer a problematização que a ES faz do crescimento econômico e do desenvolvimento capitalista, ao se considerar o contexto social e histórico que favoreceu uma aproximação do movimento junto ao Estado, e ao se reconhecer que os movimentos aceitam a possibilidade de coexistência de posicionamentos revolucionários e reformistas, levantou-se dúvidas se as distinções e

antagonismos efetivamente constituem barreiras para que os movimentos estabeleçam diálogos nessas temáticas.

Conclui-se, também, que a abordagem do social, a questão da sustentabilidade e a problemática da tecnologia, embora tratadas por qualidades e intensidades distintas, ao contrário de afastar os movimentos podem aproximá-los com complementariedades recíprocas. Sobretudo, tendo em vista seus diferentes contextos históricos, de composição de atores, de demandas imediatas a que estão orientados a solucionar, às experiências práticas que acumulam e a (in)consistência de dados que possuem.

Tomando no conjunto, a conclusão geral desta dissertação é que os elementos comuns indicam a possibilidade de uma plataforma comum e os antagônicos e distintos não inviabilizam o diálogo entre os movimentos.

Sabendo que os movimentos são compostos, cada um deles, por uma diversidade de atores, que se engajam por motivos, com papéis, expectativas e leituras de mundo diferenciadas, analisar as relações teóricas entre a ES no Brasil e o Decrescimento utilizando-se apenas seus termos gerais é impreciso. Isto pode tanto subvalorizar como dar sobre peso às distinções, similitudes e antagonismos. Assim, para dar uma maior precisão conclui-se que dos atores da ES presentes no conjunto de textos analisados, o FBES é o que pode favorecer o diálogo com o Decrescimento. Por outro lado, os atores da ES ligados às fábricas recuperadas e ocupadas pelos trabalhadores pode se constituir a vertente do movimento que constituam uma barreira de diálogo entre os movimentos.

No entanto, são necessárias outras pesquisas que se dediquem a identificar atores ou correntes específicas dentro de cada um dos movimentos que facilitariam, ou impossibilitariam, o diálogo entre eles.

A presente pesquisa tem outro limite que é a generalidade que tratou dos diferentes temas. Mas, isso foi proposital considerando o pioneirismo em colocar esses dois movimentos em relação. Assim, se optou por fornecer um panorama amplo de elementos, o que seria prejudicado pelo aprofundamento em um ou outro tema específico. A generalidade pode ser considerada uma fragilidade, pois os temas são tratados na superfície, mas é também uma virtude, pois aponta diferentes caminhos, numa espécie de mapa, para futuras pesquisas que podem, agora, se dedicar à especificidade e profundidade.

Boa parte das questões que podem orientar futuras pesquisas estão no Capítulo 9. Nesta conclusão, no entanto, apresenta-se outras: o que é essencial para se dar o passo adiante numa possível – ou impossível – plataforma comum entre os movimentos? Entende-se essencial coletar informações diretamente a partir dos atores dos movimentos. É salutar perguntar, por exemplo, diretamente aos atores da ES no Brasil o que pensam sobre o

produtivismo, a ideologia do progresso, o industrialismo, os limites dos recursos naturais como determinantes do tamanho das economias, a redução do consumo dos ricos e de suas atividades econômicas, dentre outros. E, perguntar diretamente aos atores do Decrescimento se o fato da ES no Brasil estar próxima ao Estado e incorporar a ideia de desenvolvimento é fator que impede o diálogo entre os movimentos.

Por fim, o fundamental é promover espaços para que os atores dialoguem diretamente uns/mas com os/as outros/as e decidam, por si, sobre a possibilidade ou não de uma plataforma comum. A eles, só a eles, cabe a decisão do diálogo, da troca, do enriquecimento mútuo e de desencadear ações comuns em vista de objetivos partilhados. Há uma massa crítica considerável, do ponto de vista teórico político, mas há também diferenças que devem ser examinadas e enfrentadas pelo diálogo claro e objetivo, mas também fraterno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. **Ecuador Debate**, v. 75, p. 33–48, dez. 2008.

ALBÓ, X. Suma qamaña = convivir bien. ¿Cómo medirlo? In: **Vivir bien : ¿paradigma no capitalista?** [La Paz, Bolivia]: CIDES-UMSA : Sapienza, Università di Roma : Oxfam, 2011. p. 133 – 144.

ALVES, M. O.; BURSZTYN, M. Raízes e prática de economia solidária articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza**, v. 40, n. 3, p. 587–603, 2009.

ALVES, R. Tecnologia e humanização. **Revista Paz e Terra**, v. 8, 1968.

ASARA, V.; PROFUMI, E.; KALLIS, G. Degrowth, Democracy and Autonomy. **Environmental Values**, v. 22, n. 2, p. 217–239, 2013.

BÁDUE, A. F. P. L. **A nebulosa do decrescimento. Um estudo sobre as contradições das novas formas de fazer política**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

BARCELONA. **Degrowth Declaration Barcelona 2010 Degrowth Conference Barcelona 2010**, 2010. Disponível em: <<http://www.barcelona.degrowth.org/Barcelona-2010-Declaration.119.0.html>>. Acesso em: 7 fev. 2014

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAYON, D. et al. **Decrecimiento : 10 preguntas para comprenderlo y debatirlo**. [Mataró]: Ediciones de intervención cultural/El Viejo Topo, 2011.

BENINI, É. A. **Sistema Orgânico do Trabalho: Arquitetura crítica e possibilidades**. São Paulo: Ícone, 2012.

BENINI, É. A.; NEMIROVSKY, G. G.; BENINI, E. G. A práxis do trabalho associado: da economia solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. **Revista ORG & DEMO**, v. 13, n. 2, p. 9–20, 2012.

BERTUCCI, A. Limites e possibilidades de organização dos excluídos. Os projetos comunitários da Cáritas Brasileira. In: GAIGER, L. I. G. (Ed.). **Formas de combate e resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996. p. 59–86.

BILBAO. **Jornadas 2011/2012 Jardunaldiak Decrecimiento y buen vivir [2013]**, [s.d.]. Disponível em: <<http://decrecimientoybuenvivir2013.wordpress.com/jornadas-20112012-jardunaldiak/>>. Acesso em: 15 jan. 2014

BOCCATO-FRANCO, A. A. O decrescimento no Brasil. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do (Eds.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 269–288.

BOCCATO-FRANCO, A. A.; FRANCO, E.; GUSTAK DELAMBRE, M. **Reflexions about how to build a degrowth process in Brazil. Anais...** In: 3RD INTERNATIONAL CONFERENCE

ON DEGROWTH FOR ECOLOGICAL SUSTAINABILITY AND SOCIAL EQUITY. Veneza: 2012

BOCCATO-FRANCO, A. A.; NASCIMENTO, E. P. do. Decrescimento, agroecologia e economia solidária no Brasil: em busca de convergências. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, v. 21, p. 43–56, 2013.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado de Bolivia**, 2009.

BONAIUTI, M. A la conquête des biens relationnels. **Silence: Ecologie, Alternatives, Non-violence**, v. 280, p. 12–13, 2002.

CAILLÉ, A. Dádiva. In: CATTANI, A. D. et al. (Eds.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 103–107.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes Parlamentares. Câmara dos Deputados**, 201-. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/407.asp>

CARTA DE SALVADOR. **Encontro Nacional de Diálogos e Convergências**, 2011. Disponível em: <<http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>>. Acesso em: 26 fev. 2013

CASTORIADIS, C. **Socialismo ou Barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATTANEO, C. et al. (Eds.). Degrowth futures and democracy. **Special Issue: Politics, Democracy and Degrowth**, v. 44, n. 6, p. 515–523, ago. 2012.

CATTANI, A. D. et al. (Eds.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CÉSPEDES, D. C. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. **América Latina en Movimiento**, n. 452, p. 08–13, fev. 2010.

CNS. Degrowth Symposium. **Capitalism Nature Socialism**, v. 23, n. 1, p. 26–125, fev. 2012.

CROIBIEN, H. **Marche pour la décroissance**. À Contre Courant: plate-forme de réflexion et d'action anticapitaliste, 2005. Disponível em: <<http://acc.agora.eu.org/Marche-pour-la-decroissance,814.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014

CUNHA, G. C. **Outras Políticas para Outras Economias: Contextos e Redes na Construção de Ações do Governo Federal voltadas à Economia Solidária (2003-2010)**. Tese—Brasília: Universidade de Brasília, 2012a.

CUNHA, G. C. A construção da rede de políticas públicas de Economia Solidária no governo federal: notas de pesquisa. In: **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012b. v. IIp. 45–80.

CUT. **Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT**, 1999.

DAGNINO, R. Tecnologia Social. In: CATTANI, A. D. et al. (Eds.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 315–321.

DALY, H. E. The Economics of the Steady State. **The American Economic Review**, v. 64, n. 2, p. 15–21, 1974.

DECRESCIMENTO BRASIL. **Decrescimento – Brasil: espaço de conhecimento, difusão e articulação do decrescimento no Brasil**, 2010. Disponível em: <<http://decrecimentobrasil.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 4 fev. 2014

DECRESCIMENTO BRASIL. **Vídeos do Encontro sobre o Decrescimento na Cúpula dos Povos**. Decrescimento – Brasil: espaço de conhecimento, difusão e articulação do decrescimento no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://decrecimentobrasil.blogspot.com.br/2012/06/encontro-sobre-o-decrescimento-na.html>>. Acesso em: 7 fev. 2014

DEMARIA, F.; et al. What is degrowth? from an activist slogan to a social movement. **Environ. Values Environmental Values**, v. 22, n. 2, p. 191–215, 2013.

ENRÍQUEZ, M. A.; GOMES, G. C. Justiça distributiva e eficiência econômica: uma perspectiva ecológico-econômica dos condicionantes do desacoplamento. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do (Eds.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 235–252.

EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**, 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing Discourse: Textual analysis for social research**. 5. ed. New York: Routledge, 2008.

FARIA, M. S. DE. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2011.

FBES. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 20---. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 14 jan. 2014

FBES. **Carta de Princípios da Economia Solidária**, 2003. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 12 dez. 2012

FBES. **Carta Política da V Plenária Nacional da Economia Solidária**, 2012. Disponível em: <<http://e.eita.org.br/cartaplenaria>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

FBES. **Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável: Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Luziânia: FBES, 2013. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1678&Itemid=18>. Acesso em: 22 set. 2013.

FLIPO, F. **Conceptual roots of degrowth**. Proceedings of the First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity. **Anais....** In: FIRST

INTERNATIONAL CONFERENCE ON ECONOMIC DE-GROWTH FOR ECOLOGICAL SUSTAINABILITY AND SOCIAL EQUITY. Paris: Research & Degrowth, Telecom Sud-Paris, 2008.

FOURNIER, V. Escaping from the economy: the politics of degrowth. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 28, n. 11/12, p. 528–545, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. DE et al. (EDS.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. DE. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 155–174, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. DE; LAVILLE, J.-L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2004.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento**. Rio de: Paz e Terra, 1973.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 39, p. 181–2011, 2003.

GAIGER, L. I. G. (Ed.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto: Editora da UFRGS, 2004.

GARCIA, E. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do (Eds.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 201–228.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Energy and economic myths. **The Southern Economic Journal**, v. 41, n. 3, p. 347–381, 1975.

GEORGESCU-ROEGEN, N. A lei da entropia e o problema econômico. In: GRINEVALD, J.; RENS, I. (Eds.). **O decrescimento: entropia, ecologia, economia**. Tradução Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Senac, 2012a. p. 55–72.

GEORGESCU-ROEGEN, N. O estado estável e a salvação ecológica: uma análise termodinâmica. In: **Decrescimento: entropia, ecologia, economia**. São Paulo: Senac, 2012b. p. 141–158.

GOMES, G. C.; NASCIMENTO, E. P. do. **Solidary Popular Bank, Ceará, Brazil: A practice compatible with the paradigm of degrowth**. Conference proceedings. **Anais...** In: II CONFERENCE ON ECONOMIC DEGROWTH FOR ECOLOGICAL SUSTAINABILITY AND SOCIAL EQUITY. BARCELONA: 2010. Disponível em: <<http://www.barcelona.degrowth.org/fileadmin/content/documents/Proceedings/Colares.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

GORZ, A. **Ecológica**. Tradução Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2010.

GRAMSCI, A. **Quaderni des carcere**. Torino: Einaudi Editore, 1975.

GT BRASILEIRO. **Carta ao Governo Lula**. In: [s.l.] Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM, 2004. p. 65–68.

- GUDYNAS, E. Buen Vivir: Today s tomorrow. **Development**, v. 54, n. 4, p. 441–447, 2011.
- GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir mas allá del desarrollo. **Quehacer**, n. 181, 2011.
- GUIMARÃES, V. N.; KOROSUE, A.; CORRÊA, F. Z. M. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção. In: PICCININI, V. et al. (Eds.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. DE S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. DE S. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- ICAZA, A. M. S. Movimento Social. In: CATTANI, A. D. et al. (Eds.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, p. 260–263, 2009.
- JACKSON, T. Prosperity without growth: economics for a finite planet. London, Sterling : Earthscan, 2009.
- JOHANISOVA, N.; CRABTREE, T.; FRANKOVÁ, E. Social enterprises and non-market capitals: a path to degrowth? **Journal of Cleaner Production Journal of Cleaner Production**, v. 38, p. 7–16, 2013.
- KALLIS, G. In defence of degrowth. **Ecological Economics Ecological Economics**, v. 70, n. 5, p. 873–880, 2011.
- KALLIS, G.; KERSCHNER, C.; MARTINEZ-ALIER, J. (Eds.). Special Section: The Economics of Degrowth. **Ecological Economics**, v. 84, n. 0, p. 172–269, dez. 2012.
- KALLIS, G.; SCHNEIDER, F.; MARTINEZ-ALIER, J. (Eds.). Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity? **Journal of Cleaner Production**, v. 18, n. 6, p. 511–606, abr. 2010.
- KERSCHNER, C. Economic de-growth vs. steady-state economy. **Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity?**, v. 18, n. 6, p. 544–551, abr. 2010.
- LAROUSSE. **Dicionário Larousse espanhol-português, português-espanhol avançado**. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- LATOUCHE, S. Malaise dans l’association ou pourquoi l’économie plurielle et solidaire me laisse perplexe. In: LAVILLE, J.-L.; CAILLÉ, A.; CHANIAL, P. (Eds.). **Association, démocratie et société civile**. Paris: La Découverte, 2001. p. 17–27.
- LATOUCHE, S. A bas le développement durable !: Vive la décroissance conviviale ! **Silence: Ecologie, Alternatives, Non-violence**, n. 280, p. 8–9, 2002.
- LATOUCHE, S. **La apuesta por el decrecimiento ¿cómo salir del imaginario dominante?** 2. ed. Barcelona: Icaria, 2009a.
- LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009b.

LATOUCHE, S. Degrowth. **Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity?**, v. 18, n. 6, p. 519–522, abr. 2010.

LATOUCHE, S. **Farewell to Growth**. Tradução David Macey. Cambridge, Maiden: Polity Press, 2009c.

LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. G. Economia Solidária. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 162–168.

LECHAT, N. M. P. et al. Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 175–194, 2007.

LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do. (Eds). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LIETAERT, M. Cohousing's relevance to degrowth theories. **Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity?**, v. 18, n. 6, p. 576–580, abr. 2010.

LIMA, J. C. O trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 45–62, 2004.

LLISTAR, D. Decrecimiento y anticooperación. ¿Ayudar al Sur decreciendo? **Ecología Política**, v. 35, p. 17–18, 2008.

LONGMAN. **Dictionary of Contemporary English: for advanced learners**. 5. ed. UK: Pearson Education, 2012.

MACAS, L. Sumak Kawsay: La vida en plenitud. **Am**, n. 452, p. 14–16, fev. 2010.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária coo alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANCE, E. A. Consumo Solidário. In: CATTANI, A. D. et al. (Eds.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 74–79.

MARTINEZ-ALIER, J., et al. Between science and activism: learning and teaching ecological economics with environmental justice organisations. **Local Environment**, v. 16, n. 1, p. 17–36, 2011.

MARTINEZ-ALIER J. Environmental justice and economic degrowth: An alliance between two movements. **Capitalism Nat. Social. Capitalism, Nature, Socialism**, v. 23, n. 1, p. 51–73, 2012.

MARTINEZ-ALIER, J. et al. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. **Ecological Economics**, v. 69, n. 9, p. 1741–1747, 2010.

MARTINEZ-ALIER, J. M. Socially Sustainable Economic De-growth. **Development and Change**, v. 40, n. 6, p. 1099–1119, 2009.

MEADOWS, D. H. et al. **The Limits to growth; a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MEIRA, T. **Perspetivas para um Decrescimento Sustentável: comparação entre Portugal e Brasil**. Dissertação de Mestrado—Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013.

MOSANGINI, G. Hacia otras prioridades en la cooperación: de las carencias del Sur a los excesos del Norte. **Ecología Política**, v. 35, p. 115–117, 2008.

NAKANO, M. Antegag: a autogestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. DE (Eds.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, É. A. et al. (Eds.). **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1p. 91–100.

NASCIMENTO, E. P. DO. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. DO (Eds.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 415–433.

NASCIMENTO, E. P. DO; GOMES, G. C. **Décroissance: qual a consistência? Anais...** In: VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA. Cuiabá: 2009. Disponível em: <www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT3-32-104-20090717100030.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2014

NOVAES, H. T. **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. O Fetiche da Tecnologia. **Revista ORG & DEMO**, v. 5, n. 2, p. 189–210, 2004.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. DE M. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. v. 1

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; PÉREZ, F. G. (Eds.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34–58.

REDE DE GESTORES. **A Rede: o que é Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária**, 20---. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_gestores/#>. Acesso em: 7 fev. 2014

RESEARCH & DEGROWTH. **Description**, 20---. Disponível em: <<http://www.degrowth.org/description>>. Acesso em: 22 jan. 2014

RESEARCH & DEGROWTH. Degrowth Declaration of the Paris 2008 conference. **Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity?**, v. 18, n. 6, p. 523–524, abr. 2010.

RIPESS. **¿Quién somos? | RIPESS – Red Intercontinental de Promoción de la Economía Social Solidaria**, 20---. Disponível em: <<http://www.ripest.org/quien-somos/?lang=es#mc>>. Acesso em: 8 fev. 2014

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas. In: CATTANI, A. D. et al. (Eds.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 268–272.

SCHNEIDER, F. Macroscopic rebound effects as argument for economic degrowth. In: FLIPO, F.; SCHNEIDER, F. (Eds.). **Proceedings of the First international conference on Economic De-growth for Ecological Sustainability and Social Equity**, Paris: Research & Degrowth, Telecom Sud-Paris, 2008. p. 29–36.

SCHNEIDER, F.; KALLIS, G.; MARTINEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. **Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity?**, v. 18, n. 6, p. 511–518, abr. 2010.

SCHUMACHER, E. F. **Small is beautiful; economics as if people mattered**. New York: Harper & Row, 1973.

SEKULOVA, F. et al. (Eds.). Degrowth: From Theory to Practice. **Journal of Cleaner Production Journal of Cleaner Production**, v. 38, p. 1–98, jan. 2013.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária - Versão Web. Secretaria Nacional de Economia Solidária**, 2013. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/tabcgi.exe?QtdEES.def>>. Acesso em: 25 fev. 2013

SENPLADES. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural – Version Resumida**. Quito, 2009. Disponível em: <http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/Plan_Nacional_para_el_Buen_Vivir_%28version_resumida_en_espanol%29.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2014

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. DE (Eds.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 83–127.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, B. DE S. (Ed.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 81–103.

TORTOSA, J. M. OBETS. Revista de Ciencias Sociales. **Vivir Bien, Buen Vivir: Caminar cos los dos pies**, v. 6, p. 13–17, 2011.

TRANSITION BRASIL. **Transition Towns Brasil**, 20---. Disponível em: <<http://transitionbrasil.ning.com/>>. Acesso em: 7 fev. 2014

UNEP. **Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication**. 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em: 14 out. 2013.

VAN DEN BERGH, J. C. J. M. Environment versus growth — A criticism of “degrowth” and a plea for “a-growth”. **Ecological Economics**, v. 70, n. 5, p. 881–890, 15 mar. 2011.

VEIGA, J. E. O grande embaraço da Rio-2012. **Revista Fevereiro**, v. 3, p. 2, 2011.

VENICE. **3th International Conference on Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity: Workshops description**, 2012. Disponível em: <http://www.venezia2012.it/wp-content/uploads/2012/02/WORKSHOPS-DESCRIPTION_Final2.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014

VICTOR, P. A. Growth, degrowth and climate change: A scenario analysis. **The Economics of Degrowth**, v. 84, n. 0, p. 206–212, dez. 2012.

WWF. **Living planet report 2012 biodiversity, biocapacity and better choices**. Gland, Switzerland: World Wide Fund for Nature, 2012.

REFERÊNCIAS CITADAS NOS EXCERTOS

ANDERSSON, B.; RADE, I. Daly's comments on Ayres's "The second law, fourth law, recycling and limits to growth". In: AYRES, R. U.; AYRES, L. A. (Eds.). **A handbook of industrial ecology**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002. p. 391–404.

ARIÈS, P. **Décroissance ou barbarie**. Villeurbanne (Rhône): Golias, 2005.

ARNM. **Carta del Nuovo Municipio** Associazione Rete Nuovo Municipio, [2---]. Disponível em: <<http://www.nuovomunicipio.net/documenti/carta.html>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

AYRES, R. U. The second law, the fourth law, recycling and limits to growth. **Ecological Economics**, v. 29, n. 3, p. 473–483, 1999.

BENOIT-MOREAU, F.; PARGUEL, B.; LARCENEUX, F. Comment prévenir le greenwashing? L'influence des éléments d'exécution publicitaire. **Cahiers de Recherche DMSP**, v. 379, jun. 2008.

BERTHOUD, A. **Une philosophie de la consommation, Agent économique et sujet moral**. Villeneuve-d'Ascq: Press universitaires, 2005.

BONAIUTI, M. In: SERRANO, B. (Ed.). **Objetivo Decrecimiento, Colectivo Revista Silence**. Barcelona: leqtor, 2006. p. 36–44.

CABEZAS, H. On energy and sustainability. **Clean Technologies and Environmental Policy**, v. 8, p. 143–145, 2006.

COCHET, Y. **Pétrole apocalypse**. Paris: Fayard, 2005.

DALY, H. E. Allocation, distribution, and scale: towards an economics that is efficient, just, and sustainable. **Ecological Economics**, v. 6, n. 3, p. 185–193, 1992.

DALY, H. E. In: DALY, H. E. (Ed.). **Valuing the earth: economics, ecology, ethics**. Bonton, MA: MIT Press, 1993. p. 365–381.

DALY, H. E. **Ecological economics and sustainable development: selected essays of Herman Daly**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2007.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1971.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Energy and economic myths. **The Southern Economic Journal**, v. 41, n. 3, p. 347–381, 1975.

GEORGESCU-ROEGEN, N. The steady state and ecological salvation: a thermodynamic analysis. **Bioscience**, v. 27, n. 4, p. 266–270, 1977.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **Entropy and bioeconomics: first international conference of the E.A.B.S.** Milão: 1993.

GRINEVALD, J. In: SERRANO, B. (Ed.). **Objetivo Decrecimiento, Colectivo Revista Silence**. Barcelona: leqtor, 2006. p. 59–79.

ILLICH, I. **Shadow Work**. Boston/London: Marion Boyars, 1981.

ILLICH, I. **Hommage à Jacques Ellul: L'Agora**, 1994. Disponível em: <<http://agora.qc.ca/textes/ellul.html>>

ILLICH, I. La convivialité. In: **OEuvres complètes**. Paris: Fayard, 2004.

JACQUIAU, C. **Les Coulisses du commerce équitable**. Paris: Nulle et une nuits, 2006.

JANCOVICI, J.-M.; GRANDJEAN, A. **Le plein s'il vous plaît**. Paris: Seuil, 2006.

LATOUCHE, S. **Sobrevivir al desarrollo: de la decolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa**. Barcelona: Icaria, 2004.

LATOUCHE, S. In: SERRANO, B. (Ed.). **Objetivo Decrecimiento, Colectivo Revista Silence**. Barcelon: leqtor, 2006. p. 23–35.

LIETAER, B. Des monnaies pour les communautés et les régions biogéographiques: un outil décisif pour la redynamisation régionale au XXI siècle. In: BLANC, J. (Ed.). **Exclusion et liens financiers. Monnaies sociales, Rapport 2005-2006**. Paris: Economica, 2006.

MANDEL, E. **Socialismo x mercado**. São Paulo: Ensaio, 1991.

ORTA MARTÍNEZ, M., NAPOLITANO, DORA A, MACLENNAN, GREGOR J, O'CALLAGHAN, CRISTINA, CIBOROWSKI, SYLVIA, FABREGAS, XAVIER et al. Impacts of petroleum activities for the Achuar people of the Peruvian Amazon: summary of existing evidence and research gaps. **Environmental Research Letters**, v. 2, n. 4, 2007.

PONCELET, M. **Une utopie post-tiers-mondiste. La dimension culturelle du développement**. Paris: L'Harmattan, 1994.

READER, J. **Africa: a biography of a continent**. London: Hamish Hamilton, 1997.

TAINTER, J. A. **The collapse of complex societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

TAINTER, J. A. Problem solving: complexity, history. **Sustainability Population & Environment**, v. 22, n. 1, p. 2–41, 2000.

WALTER, M. Nuevos conflictos ambientales mineros en Argentina. El caso Esquel (2002-2003). **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 8, p. 15–28, 2008.